

UNIVERSIDADE FUMEC  
ESTUDOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: SÉRIE TELEVISIVA LIBERDADE DE  
GÊNERO E A DESCONSTRUÇÃO DE UM PADRÃO BINÁRIO**

ALUNX: ANGELINA DOMICHELLI SABATINI DUARTE

BELO HORIZONTE  
Universidade FUMEC  
2017

UNIVERSIDADE FUMEC  
ESTUDOS CULTURAIS CONTEMPORÂNEOS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: SÉRIE TELEVISIVA LIBERDADE DE  
GÊNERO E A DESCONSTRUÇÃO DE UM PADRÃO BINÁRIO**

ALUNX: ANGELINA DOMICHELLI SABATINI DUARTE

Dissertação apresentada ao Curso de Estudos  
Culturais Contemporâneos da Universidade  
FUMEC, como requisito parcial para obtenção do  
título Mestre em Estudos Culturais.

Orientador: Rodrigo Rodrigues

BELO HORIZONTE  
Universidade FUMEC

2017

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D812r

Duarte, Angelina Domichelli Sabatini, 1991-

Representações sociais de gênero: série televisiva  
Liberdade de Gênero e a desconstrução de um padrão  
binário / Angelina Domichelli Sabatini Duarte. – Belo  
Horizonte, 2017.

90 f. ; 29,7 cm

Orientador: Rodrigo Fonseca e Rodrigues

Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais  
Contemporâneos), Universidade FUMEC, Faculdade de  
Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Belo Horizonte,  
2017.

1. Representações sociais - Brasil. 2. Identidade de  
gênero - Brasil. 3. Televisão - Minisséries - Brasil. I.  
Título. II. Rodrigues, Rodrigo Fonseca e. III.  
Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas,  
Sociais e da Saúde.

CDU: 316.44

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da FCH-FUMEC



UNIVERSIDADE  
FUMEC

Angelina Domichelli Sabatin Duarte

**Representações sociais de gênero: série televisiva liberdade de gênero e  
desconstrução de um discurso binário.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade  
Fumec, como requisito parcial para obtenção do título  
de Mestre em Estudos Culturais Contemporâneos.

Aprovado em: 01 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Fonseca e Rodrigues – Universidade FUMEC  
(Orientador)

Prof. Dr. Samy Lansky – Universidade FUMEC  
(Examinador Interno)

Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga – UFMG  
(Examinador Externo)

REITORIA

Av. Afonso Pena, 3880 - Cruzeiro  
30130-009 - Belo Horizonte, MG  
Tel. 0800 0300 200  
www.fumec.br

CAMPUS

Rua Cobre, 200 - Cruzeiro  
30310-190 - Belo Horizonte, MG  
Tel. (31) 3228-3000  
www.fumec.br

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Rosa Helena e John Elder, por terem me incentivado a seguir minha carreira acadêmica e, por isso, ingressar no mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade FUMEC; este é mais um passo da minha vida que dou graças ao respeito e aos ensinamentos que vocês sempre dirigiram a mim. Gostaria de agradecer também aos meus outros familiares que estiveram comigo ao longo desses dois anos de esforço e dedicação.

Em especial, agradeço à minha esposa Amanda e ao meu querido Marcelo Augusto que, durante os dois últimos anos, se mostraram fortes ao me ajudarem ao longo desse caminho árduo e denso de estudos acerca de questões que estão diretamente ligadas à minha vida. Vocês vêm me ajudando desde a graduação e, com o mestrado, não foi diferente. Obrigada por toda a paciência.

Não poderia deixar de agradecer também aos professores do curso, que pude conhecer e conversar um pouco mais e que, assim, me ensinaram muito sobre os estudos culturais, corrente com a qual me identifiquei e me apaixonei. Em especial, agradeço à Astréia Soares, coordenadora do curso e muito querida que me ajudou ao longo desse processo por meio de incríveis conversas; e a Rodrigo Fonseca e Rodrigues, orientador deste trabalho, que me deu esta oportunidade; à doutora Cynthia Greive Veiga e ao professor Samy Lansky, que, ao participarem da minha banca de qualificação, me ajudaram a perceber caminhos desconhecidos por mim sobre minha pesquisa e que aceitaram participar da minha defesa.

Meus sinceros agradecimentos aos meus amigos que estiveram por perto e me ouviram quando eu não me sentia tão forte para continuar e conseguir chegar à defesa e à formação do curso de mestrado. E, por fim, agradeço também à comunidade LGBTQIA+<sup>1</sup> pela luta diária para que tenhamos visibilidade e respeito e para que, um dia, a marginalização, o ódio e a violência existentes contra nós se extingua.

1 A sigla aqui usada será a LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais e o sinal de “+” adicionado no sentido de representar qualquer outra pessoa que não seja coberta pelas sete outras iniciais), pela importância que a autora vê na inclusão de outras sexualidades e gêneros na sigla que representa tantos movimentos.

*“Quando o homem atribuía um sexo a todas as coisas, não via nisso um jogo, mas acreditava ampliar seu entendimento: - só muito mais tarde descobriu, e nem mesmo inteiramente ainda hoje, a enormidade desse erro. De igual modo o homem atribuiu a tudo o que existe uma relação moral, jogando sobre os ombros do mundo o manto de uma significação ética. Um dia, tudo isso não terá nem mais nem menos valor do que possui hoje a crença no sexo masculino ou feminino do Sol.” (Friedrich Nietzsche)*

## RESUMO

*Identidade de gênero* é um termo utilizado, principalmente, pelos estudos de gênero/transgênero, pela antropologia, pela psicologia, pela sociologia e pela filosofia, e tem significado e significação na forma pela qual uma pessoa se vê no mundo, através de sua formação de personalidade e autoconhecimento. O padrão binário de gênero diz da maneira normatizante de se enxergar os indivíduos, uma forma de obtenção de poder sobre indivíduos que não se encaixarem nessa norma. Este trabalho propõe questionamentos acerca da questão de gênero hoje tida como “normal” a partir de uma pesquisa bibliográfica interdisciplinar de modo investigativo, com levantamento historiográfico e conceitual por meio de autores como Judith Butler, Michael Foucault, Leticia Lanz, Stuart Hall, Felipe Arocena, Paulo Ceccarelli, Michel Bozon, dentre outros; a observação das representações sociais e midiáticas existentes acerca desta questão por meio da exposição do ponto de vista de uma breve análise feita sobre a série televisiva “Liberdade de Gênero” do canal GNT, para tentar responder, por fim, sobre a importância da desconstrução do padrão binário de gênero.

**Palavras-chave:** representações sociais, identidade de gênero, desconstrução, padrão binário.

## ABSTRACT

Gender identity is a term used mainly by gender/transgender studies, anthropology, psychology, sociology, and philosophy, and has meaning and significance in the way a person sees him/herself in the world, through his or her personality and self-knowledge. The binary gender pattern says the normalizing way of seeing individuals, a way of gaining power over individuals who do not fit into this norm. This work proposes questions about the gender issue today considered as "normal" from an interdisciplinary bibliographical research in an investigative way, with a historiographic and conceptual survey through authors such as Judith Butler, Michael Foucault, Leticia Lanz, Stuart Hall, Felipe Arocena, Paulo Ceccarelli, Michel Bozon, among others; The observation of the existing social and media representations about this issue through the exposition of a brief analysis of the GNT television series "Liberdade de Gênero", in order to try to answer, finally, the importance of the deconstruction of the gender binary pattern.

**Keywords: social representations, gender identity, deconstruction, binary pattern.**



## SUMÁRIO

<b>1 – Introdução</b>	7
<b>2– Capítulo 1 - Identidade de gênero sob um olhar interdisciplinar</b>	10
1.1 – Estudos acerca de gênero na Sociologia, Filosofia, Antropologia e Psicologia	10
1.2 - Conceitos de identidade nos Estudos Culturais	27
1.3 - Os Estudos de gênero e os Estudos Transgêneros	34
<b>3 – Capítulo 2 - Movimento Feminista e Teoria <i>Queer</i></b>	43
2.1 – A influência do movimento feminista nos Estudos de gênero	43
2.2 – Estudos, teoria e movimento da Analítica <i>Queer</i>	46
<b>4 – Capítulo 3 - Identidade de gênero na mídia</b>	52
3.1 – Identidade de gênero na mídia televisiva: programa <i>Liberdade de Gênero</i>	52
3.2 – A complexidade do gênero e a importância da desconstrução teórico-conceitual do binarismo	71
<b>Conclusão</b>	77
<b>Referências</b>	80

## 1- Introdução

Esta dissertação tem como tema mudanças culturais nas definições de gênero<sup>2</sup>, que têm levado o binarismo masculino/feminino a processos que apontam para sua desconstrução como um padrão natural e inquestionável. A pesquisa da qual resultou este trabalho teve como questão central discutir *a importância da desconstrução do padrão binário de gênero*. Tal questão, por apontar a construção da identidade dos sujeitos em geral, e a identidade de gênero<sup>3</sup> em particular, como fenômenos complexos que podem ser melhor compreendidos a partir de investigações interdisciplinares, foi discutida a partir de reflexões teóricas e da análise de um produto da mídia televisiva, a série documental *Liberdade de Gênero*, com o objetivo de destacar o papel da mídia nesse contexto.

Este percurso de pesquisa foi definido com base na suposição de que a identidade de gênero e a transgeneridade são temas que, mesmo tão presentes na contemporaneidade, ainda são assuntos considerados como tabu para a maior parcela da sociedade. É possível perceber, a partir de autores como Alves e Pitanguy (1985), Joan Scott (1994), Amorim (2011), Laqueur (1990), dentre outros, que na história da humanidade a forma como a identidade de gênero se formou culturalmente como padrão binário aconteceu a partir da religião, da política e da imposição do poder social. Além disso, pode-se observar também as distorções que existem acerca da posição do “sexo masculino” sob o “sexo feminino”.

Os resultados da pesquisa que são apresentados aqui estão pautados na diferenciação conceitual de sexo, de gênero e de orientação sexual<sup>4</sup> e na intenção de definir identidade de gênero discutindo, para isto, as pessoas transgênero<sup>5</sup> e cisgênero<sup>6</sup> em seus processos identitários. A relevância desse empenho quanto à conceituação, advém do reconhecimento de que há uma crescente visibilidade das inadequações às normas da conduta de gênero nas sociedades contemporâneas, de natureza

2 “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, defende Butler (2010, p. 25), “[...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2010, p. 25).

3 A experiência emocional, psíquica e social de uma pessoa enquanto feminina, masculina ou andrógina definida pela cultura de origem, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento.

4 É a capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, incluindo, portanto, a homossexualidade, a heterossexualidade e a bissexualidade.

5 Assim como transexual, o termo se refere às pessoas que não se identificam com o gênero atribuído a elas no nascimento. De acordo com os especialistas, é a palavra universal de identificação para pessoas "trans" e também não está necessariamente ligada à cirurgia de readequação de gênero. Pessoas transgêneras preferem que se refiram a elas como "trans".

6 Pessoa cuja identidade de gênero se identifica com o sexo biológico, aquele atribuído no nascimento baseado nas genitálias: pênis, no caso do homem, e vagina, para a mulher.

cultural, social e política, que carece de diferentes debates por parte da academia, sobretudo porque podem estar em rota de colisão com antigos dogmas morais, religiosos e políticos.

O ser humano moderno vive em uma sociedade que apresenta como ideologia a ideia de que “deve-se ser igual/normal”, sendo assim, qualquer diferença pode ser mantida em segredo, causando angústia ao indivíduo. A ideia desse projeto é tentar ajudar a construir conhecimento acerca do assunto e demonstrar que para que instituições escolares, familiares, sociais e culturais possam ajudar a construir um futuro melhor, é preciso que, além de entender que a identidade de gênero é uma questão que vai muito além da binaridade, saibam lidar com as diferenças, inerentes à humanidade, que existem entre os indivíduos. Então, pode-se perguntar e tentar responder por meio desta pesquisa: qual é a importância de desconstruir o padrão binário de gênero para formação do indivíduo?

Além das necessidades de manutenção da vida, todos os indivíduos possuem também necessidades de aprovação, independência, aprimoramento pessoal, segurança e autorrealização, pois é a partir disso que serão desenvolvidos os valores existenciais, estéticos, intelectuais e morais. Uma grande problemática que uma criança, um adolescente ou adulto pode ter, é a constatação de ser uma pessoa transgênera, pelo fato de não ser entendido e aceito por uma grande parcela da sociedade com a qual convive. Assim, é travada uma batalha contra o preconceito, engajando-se na luta por direitos iguais para todos.

Como resultado da pesquisa realizada, esta dissertação apresenta três capítulos. Em primeiro lugar, mostra a identidade de gênero sob um olhar interdisciplinar, trazendo conceitos e ideias acerca de gênero para diferentes campos científicos como a sociologia, a filosofia, a antropologia e a psicologia, além de alguns dos principais conceitos de identidade para os Estudos Culturais. Trata, em especial, do surgimento dos principais conceitos empregados nos estudos de gênero e nos estudos transgêneros, por meio de autores como Stuart Hall (2000), Felipe Arocena (2012), Stryker (2006), Garii (2007), dentre outros. A revisão teórica que compõe este capítulo pretendeu, portanto, demonstrar também a relevância de uma abordagem interdisciplinar sobre o tema em pauta, cuja complexidade não poderia ser desvelada adequadamente pela leitura disciplinar.

A seguir, o segundo capítulo apresenta, a partir dos estudos de teóricos como Weber (1964), Oliveira (2014), Lara Neto (2007), Berenice Bento (2006), dentre outros, um breve histórico do movimento feminista com ênfase em seus principais objetivos e no seu desenvolvimento. Esse

capítulo apresenta também os princípios da teoria *queer* e analisa sua importância tanto teórica quanto como movimento para a questão de gênero aqui tratada.

O terceiro capítulo apresenta a identidade de gênero com relação à sua representatividade na mídia. Para isso, definiu-se por analisar a série documental *Liberdade de Gênero*, veiculada pelo canal GNT no ano de 2017. A série foi escolhida como objeto de discussão empírica desta dissertação pelo fato de o seu tema ter centralidade e os episódios cobrirem parte da diversidade da multiplicação de gênero observada nos estudos dos teóricos que serviram de base para este trabalho. Foi feita análise de conteúdo de todos os dez capítulos da primeira e única temporada da série até o momento da conclusão desta dissertação. Esse capítulo se encerra com uma discussão acerca da complexidade do gênero e da importância da desconstrução do padrão binário de gênero se levarmos em conta a discussão teórica feita nos capítulos anteriores.

Por fim, nas considerações finais, resta demonstrado a importância da discussão acerca de gênero e da representação midiática desse assunto para que seja transmitido o pensamento de que a identidade de gênero de um indivíduo é o resultado de diferentes experiências e aprendizagens que este vive, interpreta e acumula a partir de suas relações interpessoais e com o meio dentro de seu contexto sociocultural, histórico e político. Sendo assim, pode-se pensar que a identidade de gênero é fluida e mutável ao longo da vida de um indivíduo, ao mesmo tempo em que é indelével por ser parte fundamental de cada um; e que, a cada momento desse processo, torna-se mais clara a necessidade de entender e se afirmar.

## Capítulo 1: Identidade de gênero sob um olhar interdisciplinar

### 1.1 Relatos de estudos acerca de gênero na Sociologia, Filosofia, Antropologia e Psicologia

Neste capítulo, serão feitas considerações acerca do termo “gênero” em si e da identidade de gênero de acordo com as formas de abordagem do assunto dos seguintes campos científicos: Sociologia, Antropologia (incluindo uma breve visão da Antropologia do gênero), Filosofia e Psicologia. De início, vê-se necessário entender o significado do termo “gênero” e o como ele aparece nas ciências sociais e nas ciências humanas.

O termo gênero vem do Latim *genus*, que significa nascimento, tipo. O termo é utilizado como um conceito gramatical de classificação de palavras, dividindo-se entre masculino, feminino e neutro. Embora em sua origem grega o termo também fizesse referência ao sexo, foi somente a partir do século XV que essa associação passou ser mais utilizada, ou seja, que o termo gênero passou a ser sinônimo do sexo biológico<sup>7</sup> dos indivíduos. Os termos masculino e feminino tornaram-se especificações do gênero, sendo o primeiro dos machos e, o segundo, das fêmeas. (*Merriam-Webster Online Dictionary; Online Etymology Dictionary; The American Heritage Dictionary of the English Language*, 2000; *The New Oxford Dictionary of English*, 1998).

Antes da chegada dos cristãos europeus, nativos norte-americanos (tribos como Zuni, Navajo, Dakota, Ojibwe, entre outras) reconheciam cinco gêneros diferentes: masculino, feminino, dois-espíritos (*two-spirit*) e transgênero. Para esse povo, havia regras de gênero bem diferentes das vistas hoje em dia: a pessoa que apresentasse características femininas e masculinas era reverenciada, pois teria um poder grande e forte. Essa crença pode ser explicada pelo fato de acreditarem que as pessoas poderiam nascer com dois espíritos (masculino e feminino) em um só corpo. As pessoas eram julgadas pelo seu caráter e sua contribuição à tribo, e não pelo seu gênero e/ou sua sexualidade. Quando chegaram ao território norte-americano, exploradores cristãos perceberam todo esse “não-encaixe” ao padrão binário do masculino e feminino e consideraram aquilo um pecado, uma maldição que recaiu sobre aquelas comunidades por não se dedicarem ao cristianismo (*Indian Country Media Network*, 2016).

7

Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que diferenciam machos e fêmeas. Não é o mesmo que gênero.

A extinção das crenças nativas também aconteceu em outras partes do continente americano quando colonizadores espanhóis destruíram manuscritos astecas que mencionavam dois-espíritos (*two-spirit*) e seus poderes mágicos. Segundo Oliveira (2016), no Brasil, portugueses erradicaram as identidades de gêneros e comportamentos sexuais que hoje seriam considerados como transgeneridade e homossexualidade.<sup>8</sup>

Um outro dado histórico que não confirma o binarismo sexual como uma construção natural, e sim cultural, diz respeito às *hijras*, conhecidas como o terceiro gênero, transgêneros e intersexos, que foram líderes espirituais e políticos que celebravam casamentos, abençoavam crianças e, assim como os nativos norte-americanos anteriormente citados, ocupavam lugares de importância na sociedade e na cultura indiana. Textos hinduístas considerados sagrados como o *Mahabharata* e o *Kama Sutra* citam esse gênero. Assim era até a chegada da Grã-Bretanha, que colonizou a Índia e, em 1897, criou uma lei que criminalizava o fato de ser *hijra*. Elas foram, portanto, marginalizadas e obrigadas a sobreviverem à margem da sociedade; seus direitos só foram retomados no Século XXI, no ano de 2015, quando o governo indiano instituiu o terceiro gênero nos documentos oficiais e criou cotas de emprego e educação para o esse grupo social (Revista Galileu, 2016).

Esses dados sobre diversidade de gênero em povos ancestrais aqui apresentados nos servem de reflexão acerca do caráter cultural dessas construções, que se opõem ao primado naturalista e biológico na definição de gênero. Para Alves e Pitanguy (1985), o gênero seria uma construção sociocultural, que atribui ao homem e à mulher papéis diferentes dentro da sociedade. Essa atribuição depende de vários fatores, tais como os costumes de cada cultura e a forma como se organiza a vida cotidiana, familiar e política de cada sociedade.

Para a historiadora Joan Scott (1994), o gênero, como elemento essencial das relações sociais entre homens e mulheres, é uma construção social e histórica que determina a masculinidade e a feminilidade e os padrões de comportamento de cada um, aceitáveis ou não, tanto para homens quanto para mulheres. Da mesma forma a socióloga Linamar T. Amorim (2011) explica que o “gênero serve para determinar tudo que é social, cultural e historicamente definido. É mutável, pois está em constante processo de ressignificação devido às interações concretas entre indivíduos do sexo feminino e masculino” (AMORIM, 2011, p. 7).

Até o século XVIII, os sexos eram pensados, segundo o historiador Thomas Laqueur (1990), de uma forma “unissex”, acreditava-se que homens e mulheres tinham órgãos genitais iguais, sendo

que nas mulheres localizava-se no interior do corpo e nos homens no exterior; esse modelo de pensamento era chamado de *one-sex model*. Sendo assim, o gênero era entendido como uma categoria cultural, ser homem ou ser mulher era uma condição social, enquanto que o biológico, o corpo, não determinava nada e era apenas uma questão natural.

O modelo dos dois sexos como opostos surgiu no final do século XVIII. Alguns pensadores, estimulados pelas descobertas feitas no século anterior acerca da anatomia, começaram a insistir na distinção entre os sexos, afirmando que homens e mulheres se diferem física e moralmente. Estudos do esqueleto foram feitos e salientaram diferenças entre os sexos (masculino e feminino), diz a historiadora Schiebinger (1987), que afirma que a mulher era descrita como tendo menos capacidade intelectual por ter um crânio menor, sendo assim, tinha menos condições de participar de questões governamentais, comerciais, educacionais e científicas. A segregação do gênero feminino e a divisão dos gêneros (criação do padrão binário) por questões de poder são vistas claramente segundo essas ideias, tidas como verdadeiras naquele momento da História.

Essas descobertas anatômicas, segundo Foucault (1977, 1984) e Laqueur (1990), serviram aos interesses burgueses, democráticos e iluministas, que puderam, assim, justificar a desigualdade entre mulheres e homens.

A psicóloga Renata Stellmann cita Jurandir F. Costa (1995) e diz que

embora se exaltasse, no final do século XVIII, a teoria jurídica do jusnaturalismo, segundo a qual todos são iguais por natureza e, por isso, teriam os mesmos direitos jurídicos-políticos, os homens brancos e metropolitanos da época, não querendo admitir às mulheres, assim como aos povos colonizados e aos negros, direitos iguais aos seus, buscaram na natureza justificativas racionais para as desigualdades exigidas pela política e pela economia da ordem burguesa dominante (STELLMANN, 2007, p. 15).

A partir desse momento, os estudos das ciências naturais que reafirmavam as diferenças entre os dois gêneros estipulados foram aumentando e, conseqüentemente, o sistema binário de gênero se fortalecia e estabelecia as desigualdades entre mulheres e homens (COSTA, 1995). Criou-se então, ao longo do século XIX, a noção de “instinto sexual”. Essa ideia vinha dizer o que era normal e o que era patológico com relação ao sexo. Nesse sentido, foi estabelecida a distinção entre homossexualidade como patologia e heterossexualidade<sup>9</sup> como norma. Dessa maneira, os comportamentos que não estavam em conformidade com os órgãos genitais eram vistos como distúrbios emocionais ou desvios sexuais. Para Costa (1995), essa visão cultural e social começou a

mudar devido ao interesse filosófico, moral e político de dar uma justificativa à inferioridade da mulher. A alteração da visão cultural

[...] sobre a mulher aconteceu muito antes de qualquer prova científica do dimorfismo sexual originário. Distinguir a mulher do homem pela particularidade do sexo foi uma preocupação de filósofos e moralistas do Iluminismo, antes de ser uma crença científica (COSTA, 1995, p. 108).

O autor ainda afirma que

[...] ao contrário do que se pensa habitualmente, não foi o estabelecimento da diferença dos sexos que condicionou o lugar social, moral e psicológico da mulher; foi a discussão de seu novo estatuto social que deu origem à diferença de sexos como a conhecemos. A formação da nova imagem da mulher nos séculos XVIII, e sobretudo XIX, trouxe à tona a rediscussão da diferença de gêneros. Desta rediscussão surgiu a ideia da diferença de sexos entendida como bissexualidade original e não como hierarquização de funções de um só sexo fisioanatômico (COSTA, 1995, p. 104).

A compreensão do sexo num sistema binário se consolidou, então, ao final do século XIX e início do século XX, com a biologia justificando questões sociais e os dois gêneros estipulados como padrão passaram a se distanciar cada vez mais. Segundo Badlinter (1993) e Costa (1995), as mulheres, como tinham ovário e útero, foram colocadas num lugar estritamente maternal, estando restritas a cuidarem de seus lares, da educação dos filhos e da representação fiel à moral e aos bons costumes, o homem foi destinado à produção, à política e à vida pública.

Em 1930, surge a Teoria do Papel Social de Parsons, vinda das ciências sociais, para explicar os comportamentos sociais. Aqui, o comportamento humano é conduzido por expectativas de conduta dos indivíduos por si e pelo outro; os papéis sociais são um grupo de regras que servem para nortear os comportamentos ditos como normais. Estes papéis sociais são impostos a partir do processo de socialização por meio do qual os indivíduos aprendem sobre as normas de cada um deles. As pessoas teriam, assim, noções preconcebidas dessas expectativas, que se tornam previsíveis. A Teoria do Papel Social pondera que os comportamentos observados no cotidiano procedem da execução de papéis encenados pelos indivíduos. Para mudar um comportamento a teoria alega que é preciso também mudar o papel, “considerando que as pessoas procuram ficar em conformidade com seus papéis, ao alterá-los, se modificariam também as atitudes e crenças deste, tornando a mudança de comportamento mais consolidada” (STELLMANN, 2007, p. 16).

Com o surgimento dessa teoria, a área acadêmica muito produziu, inclusive com relação aos sexos (e gêneros). O historiador Connell (1995) diz que o papel sexual era entendido como grupos de expectativas acerca dos sexos (que seriam dois), sendo assim, masculinidade e feminilidade eram interpretadas como “papel sexual internalizado”, produto da socialização. Segundo Connell, Parsons (PARSONS; BALES, 1956) fez uma das declarações mais importantes da década de 1950



sobre papéis sexuais. Ele dizia do papel social estipulado como feminino como algo expressivo, importante, e o papel masculino como instrumental e responsável. Essa ideia de papéis sexuais internalizados permitia-se pensar em mudança, ou seja, agora os processos sociais poderiam alterar os papéis.

Entretanto Connell (1995) diz que a maioria dos teóricos que decorriam sobre esse tema falavam sobre papéis bem definidos, o que seria algo muito bom para a época e para a sociedade. Eles alegavam que a internalização desses papéis contribuía para a estabilidade social, mental e para as atividades sociais necessárias e admitiram existir concordância entre instituições sociais e normas acerca dos gêneros.

Apenas com os movimentos feministas acontecidos em 1960 foi lançada uma luz acerca dessas questões, e estudiosos de diferentes campos científicos começaram a estudar sobre a natureza dos gêneros masculino e feminino/ homem e mulher, o valor do sistema de papéis sexuais e as relações entre os sexos. Essa mudança será tratada de forma mais detalhada ao longo do segundo capítulo desta pesquisa.

Além disso, a tentativa do feminismo de cessar a opressão feminina estimulou novos estudos sobre as causas das desigualdades sociais baseadas e relacionadas às diferenças anteriormente estipuladas socialmente com relação ao sexo/gênero. Consequentemente, diferentes campos científicos, alguns os quais serão tratados aqui posteriormente, sentiram o efeito desses estudos, entre eles a sociologia, a antropologia e a psicologia (NOGUEIRA, 2001).

O impacto dos estudos acerca da relação sexo/gênero pode ser observado em obras atuais como da autora Judith Butler (2015) – referência nos estudos contemporâneos sobre gênero – e de Leticia Lanz (2015) cuja condição de mulher trans<sup>10</sup> faz dela uma referência instigante para este trabalho. Em seu livro *O Corpo da Roupa*, Leticia Lanz (2015) observa que o corpo não é algo que as pessoas possuem essencialmente ou inerentemente, por serem organismos biológicos. Isso se explica pelo fato de o corpo ser algo que não existe fora de “contextos político-culturais e históricos de uma sociedade” (p. 147). Outra questão muito importante para este trabalho, que foi abordada por Leticia Lanz, é que “toda cultura força o corpo humano a incorporar e representar significados sociais, ao mesmo tempo em que o naturaliza, a fim de que tal incorporação de sentidos pareça ser um puro e simples determinismo biológico” (p. 148). Lanz diz que não só na infância que se aprende sobre os usos e significados corporais, mas também na adolescência e na fase adulta, quando o ser humano continua ressignificando e transformando seu corpo, dispensando antigos

hábitos e modos de ser e moldando novos estilos de vida.

Da mesma forma, a filósofa Judith Butler diz que o “gênero não é algo que a pessoa é, mas algo que a pessoa faz: uma ação. Um 'fazer', em vez de um 'modo de ser'” (BUTLER, 2015, p. 22). A autora afirma que a identidade de gênero, ao contrário do que é entendido pela maioria, é que é a base da existência do sexo, já que a mesma é construída como um ideal normativo e regulatório pela cultura e pela sociedade. Para Butler, e o que será citado é uma das ideias-chave da autora, a identidade de gênero não deve ser construída socialmente por questões de poder social e forçadamente adaptada para uma pessoa em sua geração e nascimento porque, para ela, essa identidade de gênero é continuamente produzida e reproduzida a partir do caráter performativo de gênero, aquilo que é performatizado por cada pessoa ao longo do entendimento do seu próprio eu e do seu corpo.

Marco Antonio Torres (2012) cita Butler e afirma que o conceito de política utilizado pela autora tem sua centralidade na exigência em desfazer a noção normativa de gênero que serviu e ainda serve para “ameaçar, constranger, aprisionar, humilhar e mesmo conduzir tantos ao suicídio” (TORRES, 2012, p. 27). Sendo assim, o autor aponta que a norma indica possibilidades com base na noção de gênero não normativa, Butler diz que isso acontece a partir de uma perspectiva em que “[...] as normas são precisamente o que une os indivíduos e o que forma a base de suas exigências éticas e políticas” (*Apud* TORRES, 2012, p. 27).

Em sua obra *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, Butler (2015) diz que o gênero é construído pela cultura, sendo assim, não é o resultado do sexo, nem tão fixo quanto ele. Dessa forma, ela questiona a ideia de gênero como interpretação do sexo (BUTLER, 2015, p. 26). A autora afirma que o gênero é a “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, p. 69). Ela faz a seguinte pergunta sobre o assunto: “Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais?” (BUTLER, 2015, p. 27); e ela mesma responde dizendo que se a ideia posta como imutável do sexo é, na verdade, contestável, talvez o próprio “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; assim, a autora diz ser possível o fato de que o sexo sempre tenha sido o gênero e que, assim, a distinção entre sexo e gênero seja nula.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é

produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2015, p. 27).

Pensando na cultura que se forma a partir de toda a construção histórica citada anteriormente, a filósofa Simone de Beauvoir (1949) em *O Segundo Sexo*, sugere que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Para ela, o gênero é “construído”, mas há um agente em sua formulação, algo que de alguma forma se apropria desse gênero, podendo até assumir algum outro gênero. Beauvoir diz que alguém “torna-se” mulher, mas sempre sob o olhar da cultura, essa compulsão cultural não vem do sexo, nada pode afirmar que quem se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, segundo a autora, “o corpo é uma situação”, uma construção, não é possível “fazer uso de” um corpo que ainda não tenha sido interpretado por significados culturais, assim, o sexo não pode se qualificar como um fato anatômico pré-discursivo, este será sempre apresentado como gênero desde o começo.

Com relação à sociologia, é importante para o entendimento do tema em questão discutir como a vertente teórica decorre sobre o corpo, fortalecendo a concepção de que o corpo é uma performance, uma construção individual e social. Sobre isso, o sociólogo Anthony Giddens diz: “[...] o corpo é cada vez menos um organismo de funcionamento extrínseco do que um fenômeno social construído reflexivamente a partir de sistemas referenciais internos de modernidade” (GIDDENS, 1991, p. 7-8).

Pensar em corpo também gera necessidade de entendimento com relação a como acontece a representação desse corpo na sociedade e na cultura. Pensando nisso com relação ao gênero e em como as normas sociais instituem os modos e procedimentos socialmente aceitos de cada gênero falar, vestir e se apresentar, que se é designado no nascimento. Descumprir ou desafiar esses padrões pode resultar em sanções, marginalização e exclusão de quem foge dessa “normalidade” previamente estabelecida. Obedecer a essas normas e regras, por outro lado, assegura aceitação e inclusão em grupos sociais, por exemplo, pois elas são, em geral, criadas, colocadas e mantidas por meio da linguagem corporal entre as pessoas no dia a dia (BICHERI, 2006, p. 8-11).

Veiga (2005) cita o sociólogo Norbert Elias, e diz que, para o autor, uma questão fundamental para a sociologia se baseia na compreensão da “[...] emergência, a perpetuação e a ruptura das figurações sociais (VEIGA, 2005, p. 139). Sendo assim, para Torres (2012), para pesquisar a ascensão dos direitos LGBTQIA+ é preciso analisar o aumento da tensão em diferentes figurações, sendo elas dos grupos que lutam pelo reconhecimento das pessoas transgêneras nas políticas dos

direitos humanos. Para Elias (1970), para compreender essas figurações sociais, é preciso pensar nos caminhos dos indivíduos a partir da sociologia de forma não isolada:

Torna-se necessário não só explorar uma unidade compósita em termos das suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade. O estudo da configuração das partes unitárias ou, por outras palavras, a estrutura da unidade compósita, torna-se um estudo de direito próprio. Esta é a razão pela qual a sociologia não se pode reduzir à psicologia, à biologia ou à física: o seu campo de estudo – as configurações de seres humanos interdependentes – não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isolados (ELIAS, 1970, p. 78-79).

A partir desse pensamento, surge uma outra questão importante para o entendimento do assunto com relação à sociologia: o desvio, a transgressão, a não conformidade; termos intrinsecamente ligados ao tema desta pesquisa. Consequência da representação social de gênero e corpo por parte das pessoas transgêneras, o desvio é, para o sociólogo Macionis, qualquer violação reconhecida nas normas culturais de conduta (MACIONIS, 2006, p. 222). O desvio leva ao entendimento do conceito de transgressão, crime e violação da lei. Já a não conformidade vai desde a quebra de uma regra, um costume ou um padrão, até um atentado às leis em vigor (MACIONIS, 2006, p. 222-223).

O sociólogo Stuart Henry fala sobre a sociologia do desvio, que define como o estudo sistemático da transgressão da dita norma social (HENRY, 2009). Transgressão quer dizer rompimento, cruzamento, exceder, ultrapassar os limites previamente estabelecidos pelas normas, que são morais, religiosas, culturais, políticas, etc.

Na sociologia do desvio proposta por Becker (2005), um dos elementos fundamentais a serem analisados é como o grupo social que sustenta o comportamento desviante acaba por moldar tal comportamento, na medida em que o ingresso do desviante no grupo ajuda no desenvolvimento de uma justificativa histórica, legal e psicológica para a atividade desviante, suprimindo dúvidas e inseguranças daquele que a realiza. O clube de *crossdressers* pesquisado certamente tem este papel, o que sugere cumprir uma função de —escola de identidade para *crossdressers* (GARCIA, 2010, p. 99).

A transgressão da norma de gênero é vista por Leticia Lanz como a matriz da transgeneridade. Segundo a autora, nenhum estudo sobre a transgeneridade pode ignorar a transgressão de normas de conduta de gênero que faz parte, naturalmente, da própria origem do “fenômeno transgênero” (LANZ, 2014, p.64). Para ela, “a única característica verdadeiramente comum entre todas as pessoas transgêneras é o seu notório desvio das normas do binário de gêneros masculino e feminino em vigor na nossa sociedade” (LANZ, 2010). Ainda segundo Lanz, a pessoa considerada “gênero-divergente” sofre socialmente por não se encaixar nos padrões de gênero:

De maneira sutil ou ostensiva, ela passa a ser sistematicamente excluída do convívio com pessoas ‘normais’, ou seja, as pessoas ‘geradas’ (leia-se: obedientes, perfeitamente enquadradas e submissas ao dispositivo de gênero). Dependendo de como a sociedade enxergue a natureza da sua ‘transgressão’, pode passar a ser tratada como pervertida e depravada ou como doente mental. Para os ‘trans-gressores’ de gênero, tudo que a sociedade reserva é o estigma, a marginalização, a exclusão, o limbo social (LANZ, 2008).

Por mais que hajam diferentes visões sobre o que foi proposto por Michael Foucault, viu-se importante citá-lo como um dos precursores da Filosofia sobre os estudos de gênero.

Michel Foucault (1988) afirma que a sociedade em geral não compreende a emergência do dispositivo da sexualidade dominante da época se antes não for superada a representação que se faz da sexualidade no ocidente; a representação que associa a sexualidade à repressão (e à dominação social), que adentra o corpo apenas para a produção. O sexo, para Foucault, sempre foi visto pelo sistema ocidental como algo negativo, ele está relacionado diretamente com o poder. O autor diz que a vontade de saber sobre o sexo se encontra na vontade de saber sobre o corpo, a própria verdade do indivíduo, o reconhecer a si mesmo.

Poder-se-ia dizer, para concluir, que o problema ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico que se coloca para nós hoje não é liberar o Estado e suas instituições, mas liberar a nós mesmos do Estado e das instituições que a ele se prendem. É preciso promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que nos impuseram durante muitos séculos (FOUCAULT, 1988, p. 102-103).

No mesmo texto, Foucault também diz que a questão sobre “o que somos”, com relação ao sexo, fez os indivíduos passarem a pensar não só no sexo biológico, mas também e, principalmente, no sexo-história, no sexo-significação e no sexo-discurso. O que isso quer dizer? O autor afirma que não se deve deixar enganar-se pelas oposições binárias instituídas culturalmente ao longo dos tempos, que se referem ao sexo como uma “pura mecânica sem razão” (1988, p. 76). Para Foucault, o Ocidente colocou o sexo, o corpo, a alma, a individualidade e a história no campo da racionalidade.

Em *História da Sexualidade*, Foucault afirma que ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações sociais, é ter a lei que dá norte a essas regulações situada como princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos, e como princípio hermenêutico de autointerpretação. O sexo é, assim, regulador, e se torna uma estratégia de regulação de poder (*Apud* BUTLER, 2015).

Em outra obra intitulada *História da Sexualidade II; O Uso dos Prazeres*, Michel Foucault (1984) aborda o tema “corpo”, que está presente de maneira marcante, no capítulo “Dietética”, que trata da arte da relação cotidiana do indivíduo com o próprio corpo. O autor analisa como filósofos, médicos e moralistas da Antiguidade Grega procuraram definir um regime para a atividade sexual, para que houvesse, de uma certa maneira, uma forma de o indivíduo cuidar ativamente de seu corpo, buscando integrar o comportamento sexual à gestão da vida e da saúde. Pensando nisso, pode-se dizer que o “cuidar do próprio corpo” seja também uma forma de ser o único responsável por ele e pelo que ele representa para si, para a sociedade e a cultura.

Nesse mesmo texto, Foucault ainda discute sobre a dominação social dos homens sobre o corpo das mulheres e as mulheres em si:

Chegará o dia em que o paradigma utilizado mais frequentemente para ilustrar a virtude sexual será o da mulher ou da jovem que se defende contra os avanços daquele que tem todo o poder sobre ela; a salvaguarda da pureza e da virgindade, a fidelidade aos compromissos e aos votos constituirão, então, a prova típica da virtude. Essa figura não é, certamente, desconhecida na Antiguidade; mas parece claramente que o homem, o chefe, o senhor capaz de controlar seu próprio apetite no momento em que seu poder sobre outrem lhe fornece a possibilidade de usá-lo à vontade, representa melhor, para o pensamento grego, um modelo daquilo que é, na sua própria natureza, a virtude de temperança (FOUCAULT, 1984, p. 75-76).

Essa “temperança” descrita por Foucault quer dizer, no sentido observado, aquilo que controla e modera os “apetites sexuais”, a sexualidade, os desejos e as paixões.

Uma terceira obra do mesmo autor que se julga necessária ser também brevemente citada é *História da Sexualidade III: O Cuidado de Si*, que diz que “é preciso que te ocupes contigo mesmo, que não te esqueças de ti mesmo, que tenhas cuidado contigo mesmo” (FOUCAULT, 2010, p. 6). Nesse mesmo sentido, Foucault diz também que ocupar consigo indica uma relação “singular, transcendente, do sujeito em relação ao que o rodeia, aos objetos que dispõe, como também aos outros com os quais se relaciona, ao seu próprio corpo e, enfim, a ele mesmo” (FOUCAULT, 2010, p. 50). A partir daí, pode-se pensar que o entendimento acerca da identidade de gênero e da transgeneridade, seja ela qual for, envolve também o respeito com relação ao próprio corpo e ao corpo do outro; se, para Foucault, como já dito, o conhecimento, aceitação e “domínio” do corpo é algo que se relaciona diretamente ao “conhecer a si”, então respeitar o corpo, transgênero ou não, é respeitar a si e ao outro.

Uma outra vertente analítica sobre o tema em pauta pode ser encontrada na antropologia em a *Antropologia do Gênero*. A noção de gênero na antropologia surge nos anos 1930, quando Margaret Mead publicou *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Melanésias* (1935), trata-se de uma “construção cultural do gênero”, que se baseia na constatação inicial de que “mulher” e “homem” são diferentes, cada um possuindo conteúdos variáveis nas diversas sociedades. Assim, é introduzido o gênero como uma questão antropológica (SEGATO, 1998, p. 5).

[...] a partir dos anos 70, a ênfase colocada por um conjunto de autoras na questão da universalidade da hierarquia de gênero, seguida por uma tentativa de gerar modelos para dar conta desta tendência universal da subordinação da mulher na dimensão ideológica das representações culturais. Esta constatação, naturalmente, não negou as estratégias singulares das mulheres para participar do poder ou situar-se em posições de autoridade, mas disse respeito à estrutura que rege a ideologia de gênero nas mais diversas sociedades,

que, embora apresentando diferenças, tendem a representar o lugar da mulher como um lugar subordinado (SEGATO, 1998, p. 5-6).

Segato (1998) cita Gayle Rubin, Sherry Ortner, Harry Whitehead, Michelle Rosaldo e Rayna Reiter como autoras que instituíram a antropologia do gênero como uma área de estudos específica. Elas explicaram por que, apesar das diferenças culturais, apesar do princípio relativista, dá-se essa tendência geral à subordinação da mulher.

Mais tarde, os estudos feitos por Sherry Ortner e Harry Whitehead (1981) demonstram que é uma tendência universal da sociedade associar masculinidade e prestígio social; o homem foi construído, a partir da filogênese, como um ser dignificante, de prestígio, capaz de corromper todas as tarefas e campos de atuação que estejam ligados a ele.

Rayna Reiter (1975) mostrou como a esfera doméstica tinha mais importância nas sociedades tradicionais e pré-modernas, assim como as mulheres tinham mais poder e prestígio, do que no mundo moderno; a partir dessa ideia, ela diz que essas sociedades pareciam ser palco de mais igualdade. Já o texto teórico de Gayle Rubin (1975) converge a antropologia estruturalista com a psicanálise falando que a “matriz sexo-gênero” – que para Judith Butler (2015) é a matriz primigênia do poder na experiência social e na vida do sujeito – separa o sexo anatômico do que é chamado de “simbólico” e da dimensão cultural, fazendo o gênero ser particular em cada tradição.

Michelle Rosaldo (1974) coloca a hierarquia como a origem da divisão entre os trabalhos da mulher e do homem nas esferas doméstica e pública, sendo que a esfera pública tem a característica de ter mais prestígio, de ser mais valorizada, na grande maioria das sociedades.

Outro texto citado por Segato (1998) é o artigo “*Is Female to Male as Nature is to Culture*”? de Sherry Ortner (1974), que propõe a oposição Lévi-Straussiana entre cultura e natureza associando a mulher com a natureza e o homem com a cultura. A partir dessa ideologia, surge a tendência social de representar a mulher associada à natureza/objeto, e o homem como parte da cultura/ação transformadora (masculinidade e prestígio social): uma clara ideia de hierarquia, que rege o mundo moderno, em que a esfera pública é mais importante que a doméstica, mantendo assim o homem com o domínio da vida social nas mãos.

Gonçalves (2000) apresenta um mapeamento relevante a respeito da trajetória da antropologia com relação ao objeto desse estudo. O autor relata que, além da compreensão de gênero, diferença sexual e sexualidade enquanto construções sociais, um aporte importante da antropologia com relação ao



assunto também se deu no questionamento das feministas acerca das diferenças sexuais enquanto aspectos políticos. O padrão binário e o machismo – sinteticamente entendidos como o “domínio” masculino sobre as mulheres – como discursos predominantes na época, foram questionados, e os direitos femininos teriam ganhado espaço nesse cenário.

A partir dessa evolução histórica nos estudos antropológicos a respeito de gênero, Butler (2003) fala sobre os problemas existentes acerca do paradigma de identidade.

Inúmeras foram as situações que trouxeram à tona a dificuldade em se lidar com o conceito de gênero, como o determinismo biológico impondo-se ao construcionismo social, e como a separação entre biologia e cultura e a consequente superposição da cultura, sendo a responsável por fazer o gênero produzir uma nova pessoa (MELO, 2013, p. 6).

Importante trazer para esta discussão a antropóloga inglesa Mary Douglas (1970) para quem o corpo é

[...] um microcosmo do corpo social, uma poderosa forma simbólica, um recipiente no qual são inscritas e permanentemente reforçadas as normas centrais, as hierarquias e até os comprometimentos metafísicos de uma cultura através do exercício da linguagem corporal (DOUGLAS, 1970, p. 32).<sup>11</sup>

A autora afirma que os símbolos representados pelo corpo humano servem para expressar a experiência social, assim como servem para que a experiência social expresse o corpo, ela diz ainda que a sociedade ensina ao corpo humano a expressar sua individualidade (p. 21-34).

Sobre a abordagem antropológica vale citar Mireya Suárez (1995), que observa que a primeira dificuldade da antropologia de lidar com as questões de gênero “tem a ver com o lugar que ainda ocupam os estudos do gênero no recorte da realidade feito pela Antropologia” (SUÁREZ, 1995, p. 8).

Enquanto a Antropologia encare as diferenças e relações de gênero como campo de dados para estudar realidades tais como o parentesco, o casamento, a mudança e continuidade da ordem social, etc., será bastante difícil escapar da ideologia que entende o masculino e o feminino como categorias essenciais. (SUÁREZ, 1995, p. 8)

No vigésimo aniversário do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (UNICAMP), os Cadernos Pagu (2014), publicação semestral, lança um dossiê acerca da produção antropológica sobre gênero e sexualidade no Brasil.

O interesse em realizar uma avaliação dessa produção tem relação com nossa preocupação em compreender os deslocamentos e as novas tendências presentes no conhecimento antropológico na área, considerando a explosão de estudos sobre sexualidade que teve lugar

11 A microcosm of the social body, a powerful symbolic form, a vessel in which the central norms, hierarchies and even the metaphysical commitments of a culture through the exercise of body language are inscribed and permanently reinforced (DOUGLAS, 1970, p. 32).



a partir da década de 2000 e levando em conta que, no Brasil, o peso da antropologia é alimentada pelo feminismo e pelo movimento homossexual que passou a ser visível já a partir do final da década de 1970 (PISCITELLI, 2014, p. 159).

O conjunto dos artigos mostra como, desde os anos 70, o debate acadêmico e político no campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil tem sido influenciado pelos campos feministas, gays, lésbicos e *queer* internacionais. No entanto, é importante destacar o quanto a produção de conhecimento nacional parte de reflexões relativamente independentes e igualmente ricas, a partir de uma atuação política e acadêmica contemporânea.

Na psicologia, os estudos sobre as diferenças sexuais se iniciaram na década de 1910, a partir da necessidade masculina de compreensão da natureza das mulheres (Hare-Mustin e Marecek, 1994). Esses estudos sustentaram a inferioridade feminina, limitaram sua esfera de ação, restringiram sua autonomia e sua liberdade de se moverem na sociedade como um todo.

Percebe-se desde o início dos estudos da psicologia acerca desse tema uma grande resistência com relação à aceitação das críticas feministas referentes aos paradigmas teóricos, devido à ênfase positivista que dominou a disciplina e que se fundamenta na neutralidade e na objetividade (Hare-Mustin & Marecek, 1990). Essa resistência ganha força no discurso de que a procura do conhecimento científico deva ser neutra, objetiva (perspectiva da ciência moderna), o que se mostra o contrário dos estudos e movimento feministas; as críticas feitas por estes são então consideradas como sendo empíricas, pós-modernistas (NOGUEIRA, 1997). Essa nova postura na teoria feminista na psicologia social vê o gênero como uma construção social, e não um fato inevitável biológico (Amâncio, 1994; Hare-Mustin & Marecek, 1990; Nogueira, 1997; Reskin e Padavic, 1994; Unger, 1990).

Em uma palestra sobre Feminilidade, no ano de 1933, Sigmund Freud disse que, quando duas pessoas se encontram, a primeira distinção feita é sobre o outro ser homem ou mulher. Em suas obras, a palavra “gênero” não é citada, porém ele fala de um “segundo gênero”. No seu texto “Sobre as teorias sexuais das crianças”, Freud (1908) explica que a criança inserida desde o nascimento no universo cultural e discursivo da sociedade aceita a existência do pai e da mãe, coloca-se de um lado ou de outro, e diferencia aquele que não se assemelha a ela. Essa distinção só é possível porque normalmente “suas lembranças mais antigas já incluem um pai e uma mãe” (FREUD, 1908, p. 215).

Então conclui-se que, para Freud, existe uma classificação segundo o gênero; uma distinção que começa em uma etapa anterior à castração, sem levar em conta a anatomia, cuja base é a diferenciação que é feita entre o pai e a mãe. O entendimento dos gêneros se faz sem levar em conta o órgão sexual. A presença ou a ausência do órgão sexual masculino ou feminino não constituem uma garantia que o sujeito se coloque do lado dos homens ou das mulheres.

Já a noção de androginia, que surge no início dos anos 1970, pretende desafiar a perspectiva binária acerca do gênero e de todos os estudos feitos anteriormente pela teoria a partir da combinação de atributos femininos e masculinos ao mesmo tempo (Morawski, 1990). A psicologia passa a estudar essa noção andrógina a partir de Alice Eagly (1987), que elaborou a sua teoria de papel social tendo como tese central a ideia de que as diferenças sexuais são um produto dos papéis sociais que regulam o comportamento da vida adulta (NOGUEIRA, 1997). Nogueira ainda afirma que os papéis de gênero passam a ser definidos como “expectativas partilhadas acerca das qualidades e comportamentos apropriados dos indivíduos, em função do seu gênero socialmente definido. Esses papéis de gênero induzem quer direta quer indiretamente a diferenças sexuais estereotipadas” (NOGUEIRA, 1997, p. 15).

O psicanalista Ceccarelli, em seu artigo “A Invenção da Sexualidade” (2010), pretende mostrar que o gênero vem sendo discutido por várias áreas do conhecimento, lembrando que essa discussão não é recente. O autor aponta que, por exemplo, a utilização do termo é feita pela antropologia para mostrar que as noções de gênero, as diferenças dos sexos anatômicos, o modelo binário de masculino e feminino, devem ser percebidos e entendidos como uma criação própria a cada cultura.

Nas relações psicossociais ou interpessoais, o gênero é um modo de organização de modelos que são transmitidos aos indivíduos, e através dos quais as estruturas sociais e as relações entre os sexos se estabelecem: a divisão de trabalho, as relações de poder entre homens e mulheres, que determinam tanto os processos de subjetivação e de socialização quanto as interações sociais. Em psicologia, fala-se de identidade de gênero e de papel de gênero para designar o modo que o sujeito vive o gênero ao qual se sente pertencer, e responde aos ideais social e historicamente construídos e atribuídos ao gênero em questão (CECCARELLI, 2010, p. 270).

Ceccarelli afirma que a questão do gênero em psicanálise deixa claro duas perspectivas que conflitam entre si: “a interseção do individual (da constituição do Eu ou do sujeito) e as construções sociais como tributárias de processos históricos” (CECCARELLI, p. 270-271). O autor salienta que existem ideias diferentes acerca da importância dos estudos de gênero na psicologia e, principalmente, na psicanálise:

Para alguns psicanalistas, por mais que os processos sociais possam interferir nas construções constitutivas do Eu, os conflitos observados são sempre individuais, relacionados a mecanismos intrapsíquicos inconscientes, logo, independentes, com raras exceções, do social. Para estes, o conceito de gênero não traria grandes contribuições à psicanálise, e os trabalhos de Freud sobre a sexualidade, sobretudo a infantil, já trazem no seu bojo postulados bem avançados e ideias inovadoras e originais para a época sobre a questão de gênero. Outros, partindo da famosa observação freudiana segundo a qual “toda psicologia individual é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (FREUD, 1921, p. 91), entendem que o tema contribui para a compreensão de certos conflitos (CECCARELLI, 2010, p. 271).

A distinção entre sexo e gênero surge nos estudos psicanalíticos por intermédio do psicanalista norte-americano Robert Stoller (*Apud* Butler), isolando os aspectos da psicosexualidade que, para ele, são “independentes” do biológico. Para tanto, o autor se baseia no que outro psicanalista, Sigmund Freud, chama de “caracteres sexuais mentais” (atitude masculina e feminina) que são independentes dos órgãos sexuais e do “tipo de escolha de objeto” (CECCARELLI, 2010).

Para Stoller (1978), a aparência de um “eu” com quaisquer traços de gênero é produzido pela regulação das faculdades segundo linhas de coerência culturalmente estabelecidas (BUTLER, 2015). Stoller ainda separa os dois aspectos do conceito de Freud de bissexualidade, o biológico e o psíquico, para examinar o sexo (aspecto biológico) por meio do estudo dos interssexuais, e o gênero (aspecto psíquico) pelo estudo dos transexuais. Stoller conclui que o gênero apresenta primazia sobre o sexo, o que reforça a importância da desconstrução do binarismo de gênero a partir do sexo biológico.

Ceccarelli (2010), por sua vez, critica a posição de Stoller (*Apud* Ceccarelli) sobre assunto:

A proposta de Stoller [...] restabelece o binarismo “natureza/cultura”, dando ao “sexo” a conotação de biológico e “natural”, o que escamotearia completamente o fato de que o sexo, assim como o gênero, é uma construção conceitual. Não se trata, evidentemente, de negar a diferença biológica, mas os Estudos de Gênero (Gender Studies) há muito nos ensinaram a não confundir esta diferença com o uso ideológico que delas fazem as sociedades (CECCARELLI, 2010, p. 272).

O feminismo empirista da psicologia, também na década de 1970, pretendeu remover os vieses sexistas e desafiaram muitas das afirmações da psicologia acerca das explicações apenas biológicas acerca do gênero. Autoras feministas da época pensaram que as diferenças sexuais não deveriam ser “reformuladas”, e sim “reformadas” (HARE-MUSTIN; MARECEK, 1994).

Nos anos 1990, Morawski afirmou que o conhecimento científico deve ser compreendido como poder social, não como leis universais que se apresentem como verdade. Para o autor, se a ciência passasse a ser compreendida em termos sociais, as oportunidades práticas para a pesquisa feminista poderiam ser exploradas (Morawski, 1990).

Alexandra Rutherford (2012) em seu texto *O feminismo precisa da Psicologia? Reconstruindo a história de uma relação*, aponta a existência de perspectivas que apresentam a psicologia norte-americana com poucas influências feministas, mostrando o distanciamento entre o feminismo e a psicologia na América do Norte. A autora argumenta, a partir daí, que não é possível entender a construção de gênero sem que haja uma interação maior entre o feminismo e a psicologia

(RUTHERFORD, 2012, p. 24). Rutherford apresenta, então, três interações entre feminismo e psicologia, feitas por Leta Stetter Hollingworth, Georgette Seward e Naomi Weisstein:

Leta Stetter Hollingworth desempenhou um papel importante na percepção de novas subjetividades de gênero, ela buscou adquirir conhecimento científico a respeito das diferenças de gênero na psicologia, de maneira empírica, durante boa parte de sua vida profissional. Já Georgette Seward teve como contexto a exclusão das mulheres na psicologia do esforço da Segunda Grande Guerra e dificuldades na busca por vagas para ingresso na carreira docente. Ela desenvolveu estudos sobre impactos das diferenças biológicas e sociais no trabalho feminino e colocou a Segunda Guerra como fonte de oportunidades de trabalho e reconhecimento. [...] Ambas fizeram parte do movimento constituído pelas primeiras psicólogas feministas empiristas. Elas atuavam convictas de que, se pesquisas científicas fossem feitas cuidadosamente, os resultados iriam desmantelar as suposições enviesadas e não científicas que formavam a base das crenças mais comuns na época. A partir de 1968, Naomi Weisstein publicou artigos questionando injustiças cometidas contra as mulheres e a falta de reconhecimento da psicologia como parte do problema. Sugeriu que a psicologia não proporcionava conhecimento expressivo da mulher, por desconsiderar muitas vezes o contexto social e não reunir evidências científicas para embasar suas teorias (PASSARELLI; MIRANDA, 2014, p. 700).

Já para Bertini (2009), não existe uma lei – ao contrário do que diz Lacan (1985) sobre o Outro lacaniano, tudo que determina o modo de ser humano, ser o responsável pela construção da identidade sexual de cada indivíduo – que determine as construções individuais de gênero, “nada determina nada” (2009), nenhuma determinação provisória ou ordem simbólica acerca do gênero faz sentido para o autor.

Importante citar também Lago (2008) que aponta que, em meados do século XX, a psicologia debateu entre duas ideias distintas acerca do “gênero”, a essencialização, que considera o gênero uma faculdade do sujeito, um atributo estável da personalidade; e socialização, que considera o gênero como resultado de processos sociais e culturais.

Oliveira e Knönen (2005) citam Azeredo (1998) para explicar que a psicologia utiliza o termo “gênero” e permite compreender o sujeito a partir da ideia que ele faz de si mesmo. Eles ainda contam que, no final dos anos 1960, foram feitos estudos por médicos e psiquiatras que afirmaram que mudar o sexo biológico de um indivíduo era mais fácil do que alterar o sentimento de masculinidade ou feminilidade do mesmo. Esses estudos resultaram na ideia de que a identidade de alguém é autônoma, ao contrário da anatomia fisiológica, isso emerge a importância do conceito de gênero (OLIVEIRA; KNÖNEN, 1995).

A geração de estudos que dialoga com a Psicanálise é contestada hoje por autoras feministas que tentam destruir a tese da universalidade da estrutura hierárquica do gênero. Porém, ainda existem sociedades que possuem “formas de compensação do domínio masculino por algum tipo de

exercício de poder feminino e fala-se, assim, de sociedades mais igualitárias ou menos hierárquicas, porém, não de sociedades totalmente igualitárias” (SEGATO, 1998, pág. 9). Algumas autoras feministas, dentre elas Judith Butler, por exemplo, criticam o aproveitamento de tais estudos por se mostrarem, muitas vezes, como dispositivo de regulação da sexualidade humana.

Narvaz e Koller (2007) também fazem críticas à teoria psicanalítica sobre o gênero:

Embora a psicanálise não possa ser considerada, desde sua origem, um discurso unívoco, havendo diversas versões, díspares e incongruentes dos discursos freudianos, “uma verdadeira Babel psicanalítica” (Birman, 1991, p. 215), sua disseminação teve importantes implicações na constituição de discursos e de práticas relativas à sexualidade humana. A psicanálise, em muitos aspectos, constitui-se em “dispositivo moral de regulação das individualidades e opera como uma tecnologia de adaptação dos indivíduos” (Birman, 1991, p. 219). Tais discursos, ainda que heterogêneos, têm sido alvo de problematizações (Birman, 1999a, 1999b, 2001; Butler, 2004; Castel, 1978; Costa, 1986; Foucault, 1991; Kehl, 1998; Roudinesco, 2003) (NARVAZ; KOLLER, 2007, p. 221).

É interessante lembrar que as feministas viram na Psicanálise de Freud uma porta para os estudos de gênero e sua emancipação, porém, um tempo depois, elas passaram a ver um androcentrismo no psicanalista. O problema surgiu, de fato, quando, em 1925, Freud falou sobre a fase fálica no desenvolvimento das meninas. Ao responder as reivindicações feministas, Freud as patologizou: “Não devemos nos permitir ser desviados de tais conclusões sobre a formação do superego nas mulheres pelas negações dos feministas, que estão ansiosos por nos forçar a encarar os dois sexos como completamente iguais em posição e valor” (Freud, 1925, p. 320). Sobre a relação entre Freud e o feminismo, Ceccarelli (2010) aponta que:

O rompimento quase definitivo com a teoria psicanalítica por parte de algumas feministas se deu em 1927 em *O Futuro de uma ilusão* e em 1929 em *O mal-estar na civilização*. Nestes textos, Freud fala das injustiças sociais e das classes oprimidas, sem mencionar a opressão social que sofrem as mulheres (CECCARELLI, 2010, p. 270).

Ceccarelli afirma que Lacan critica a noção de “gênero” porque, para ele, tal noção não leva em conta que a identidade sexual se constitui pela articulação do real e do simbólico.

Uma vez que o real do sexo é inacessível, o essencial para a construção da identidade sexual é que ela seja simbolicamente reconhecida pela palavra do Outro, encarnada por quem acolhe a criança no mundo. Esse reconhecimento inscreverá o recém-nascido na função fálica e transformará a criança em ser falante, homem ou mulher. Nada, no psiquismo, permite que o sujeito se situe como macho ou fêmea; é do Outro que o ser humano aprende, peça por peça, o que fazer como homem ou como mulher (Lacan, 1985).

Segundo a psicanalista e escritora norte-americana Shari Thurer:

Houve um tempo em que havia apenas dois gêneros: masculino e feminino. Homens eram, tipicamente, sujeitos grandes e peludos que não necessitavam de abaixar o assento do vaso sanitário. Mulheres eram as pessoas menores e menos peludas, que necessitavam abaixar o assento do vaso sanitário. Os membros desses dois grupos só tinham olhos uns para os outros. Era fácil distinguir quem era quem. Hoje em dia deixou de ser tão fácil. Homens usam rabo de cavalo e brincos e frequentam cursos de como cuidar de bebês; mulheres

exibem tatuagens e bíceps fortes e fumam charutos. Onde quer que a gente olhe – na TV, no cinema, em revistas, em livros de autoajuda – vemos não dois gêneros, mas algo mais próximo de um cruzamento entre eles, um ponto qualquer dentro de um — *continuum* (THURER, 2005, p. 1).

Pedro Ambra (2016), psicanalista que questiona o padrão binário de gênero e o machismo, diz que a psicanálise já se distanciou de uma abordagem que considere a homossexualidade como uma patologia. Entretanto a teoria trata a transexualidade<sup>12</sup> como uma “entidade psicológica única” (AMBRA, 2016, p. 6). Ambra diz que a psicanálise, que durante mais de meio século foi o saber ao qual eram endereçadas as questões de sexualidade, hoje perde essa posição para, por exemplo, o crescimento dos *Gender e Queer Studies*, e para a organização política das minorias sexuais que produzem saberes próprios acerca do tema.

Ambra ainda diz que, do ponto de vista clínico, a psicanálise não é cisnormativa, visto que o inconsciente é a instância que implode as possibilidades de norma compartilhada, por instaurar sua própria norma e, já em Freud, não distingue masculino e feminino. Sendo assim, no inconsciente não há reconhecimento da contradição (FREUD, 1925). Cada sujeito vive e se aliena de modo distinto. Para Ambra, a imagem que uma pessoa tem de si é mais um entrave do que um interesse, sua verdade está no sofrimento (gozo, para a Psicanálise) e nas formas pelas quais o sujeito se fixa nela.

## 1.2 - Conceitos de identidade nos Estudos Culturais

Gênero é um aspecto importante da constituição da identidade do sujeito e é uma construção que não se faz sem participação direta do contexto cultural. É partindo desse pressuposto que se torna relevante perguntar como os estudos culturais tendem a conceituar e refletir sobre identidade para que seja feita a discussão acerca de uma possível desconstrução cultural do binarismo de gênero.

Aqui, será tratado o tema “identidade” e suas definições de acordo com quatro autores, Kathryn Woodward (2011), Stuart Hall (2011), Tomaz Tadeu Silva (2011) e Felipe Arocena (2011), para que se entenda como a identidade de gênero pode ser percebida para além de um padrão binário de entendimento e aceitação sociais. A obra a ser estudada com relação à questão proposta nesta parte deste trabalho é o livro *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, que foi escrito por três autores aqui mencionados: Woodward, Tadeu da Silva e Hall.

Kathryn Woodward (2011) inicia sua discussão contando uma história que se passou numa guerra entre sérvios e croatas na antiga Iugoslávia. Eis a história: em um dos embates, um estrangeiro

12 Ou transexual, diz-se das pessoas que se identificam com o sexo oposto ao seu e querem ser reconhecidas como alguém que pertence a esse “sexo psicológico”, e não como o que dita a morfologia corporal. (Disponível em: <<https://br.mundopsicologos.com/artigos/voce-sabe-o-que-e-a-transexualidade>>. Acesso em: 25/08/2017).

indagou a alguns soldados sérvios: “estou tentando entender porque vizinhos começam a matar uns aos outros. O que faz vocês pensarem que são diferentes”? O homem sérvio então respondeu: “Vocês estrangeiros não entendem nada [...]. Aqueles croatas pensam que são melhores que nós. Pensam que são europeus finos e tudo mais. Vou lhe dizer uma coisa... somos todos lixo do Balcãs” (p. 7-8). Com esse exemplo a autora diz que

Esta história mostra que a identidade é relacional. A identidade sérvia depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade (croácia), de uma identidade que ela não é, que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, forneça as condições para que ela exista. A identidade sérvia se distingue por aquilo que ela não é. Ser um sérvio é ser um “não-croata”. A identidade é, assim, marcada pela diferença (WOODWARD, 2000, p. 9).

Para Woodward, essa identidade evidenciada pela diferença possui símbolos que ajudam a identificar quem é, por exemplo, mulher ou não nas relações sociais. Sendo assim, a construção da identidade é simbólica e social, e a luta para afirmar uma identidade ou as diferenças que a cercam tem causas e consequências materiais. A autora exemplifica dizendo que

Os homens tendem a posições-de-sujeito para as mulheres tomando a si próprios como ponto de referência, sendo assim as mulheres são as significantes de uma identidade masculina partilhada. A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares (WOODWARD, 2000, p.10-11).

Vê-se necessário mostrar o conceito de identidade para que seja possível examinar a forma como essa se insere no “círculo da cultura” e a forma como identidade e diferença se relacionam com o discurso sobre a representação. Tendo sua origem na Psicanálise, esse conceito descreve o processo pelo qual o sujeito se identifica com o outro, seja pela ausência de consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades. A identificação é um conceito base do entendimento da fase edipiana de uma criança, que se identifica como um sujeito sexuado. Nos Estudos Culturais, o conceito de identificação é retomado para explicar a ativação de desejos inconscientes direcionados a pessoas ou imagens (teoria do cinema) fazendo com que seja possível que o indivíduo se veja na imagem ou na personagem que é apresentada na tela (WOODWARD, 2000).

Passa-se a pensar a partir daqui sobre o poder de representação e que as práticas de significação produzem significados que envolvem relações de poder, incluindo aquele que define quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível a escolha por um modo específico de subjetividade, mais especificamente a escolha por identidades subjetivas consideradas padrões para determinada cultura, que tenta imobilizar a



questão e encaixotar os indivíduos marginalizando aqueles que não se encaixam no que foi dito previamente como “normal”. Os integrantes da sociedade e da cultura são constrangidos, não apenas pelas várias possibilidades (representações simbólicas) oferecidas, mas também pelas relações sociais que estreitam as escolhas que possam ser feitas (WOODWARD, 2000).

A autora cita o argumento de Jonathan Rutherford (*Apud* Woodward), que diz que

[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação (RUTHERFORD, 1990: 19-20).

Essas representações e esses sistemas simbólicos concedem à experiência das divisões e desigualdades sociais e às formas como alguns grupos sociais são excluídos e marginalizados, novos sentidos: as identidades são questionadas.

Essa discussão sobre identidades feita por Woodward sugere a emergência de novas posições e de até mesmo “novas identidades”, que podem ser produzidas, por exemplo, em circunstâncias econômicas e sociais diferentes em opiniões e sentidos. Woodward questiona se as mudanças sugerem haver uma crise de identidade. Ela mesma responde dizendo que essa crise se deve a diversos fatores como, por exemplo: a globalização, que dá origem à migração dos trabalhadores (processo de desigualdade relacionada ao desenvolvimento).

Nessa lógica, o conceito de diáspora ajuda a entender identidades sem pátria, como no exemplo citado no início do capítulo sobre a antiga Iugoslávia; a falta de histórias, as mudanças sociais e o surgimento de novos movimentos sociais e políticos. Sendo assim, a diferença é evidenciada, com relação à identidade, por meio de sistemas classificatórios que constroem sistemas simbólicos por meio da exclusão. Em função disso, tanto as identidades quanto as diferenças são construídas, e não colocadas, dadas e finalizadas. Não obstante, as identidades são investidas porque elas ajudam na compreensão sobre o eu, a subjetividade e o que envolve o modo de vida (psique) humano.

Woodward (2000) diz que a complexidade da vida moderna exige que sejam assumidas identidades diferentes que podem estar em conflito. Os indivíduos em suas vidas pessoais vivem tensões entre diferenças de identidade quando aquilo que é “exigido” por uma identidade bate de frente com exigências de uma outra. “As demandas de uma interferem com as demandas da outra e, com frequência, se contradizem” (WOODWARD, 2000, p. 32). Passam a surgir então os movimentos sociais que mesclam o pessoal e o político pela luta das identidades divergentes, que serão



posteriormente citados e descritos neste trabalho como, por exemplo, os movimentos LGBTQIA+ e *Queer*.

Tomaz Tadeu Silva (2000) fala sobre a identidade pela perspectiva específica dos Estudos Culturais; Silva diz que a identidade e a diferença resultam de um processo de produção simbólica e discursiva; ele afirma que essas são relações sociais e, por isso, estão sujeitas a relações de poder, imposição, disputa e classificação. Para o autor, o processo de produção da identidade tende para a fixação, porém a identidade sempre escapa disso por causa dos processos que tendem a subvertê-la e desestabilizá-la.

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 81).

Com relação à produção social, o autor diz que a identidade parece ser uma positividade, uma característica independente, autônoma. Por conseguinte, ela é autocontida e autossuficiente. Nesse sentido, a diferença pode ser vista como aquilo que o outro é. Assim como a identidade, a diferença é concebida então como autorreferenciada. Entretanto, essas afirmações só fazem sentido se forem compreendidas uma em relação à outra; como a identidade depende da diferença, o contrário também ocorre. Elas são inseparáveis (SILVA, 2000). Silva também alerta para o fato de que tanto a identidade quando a diferença serem fruto da linguagem e, por esse motivo, criadas social e culturalmente, o que as torna maleáveis e instáveis por consequência do caráter vacilante da linguagem.

Elas não só são definidas como também impostas, elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. A identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder: o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 81).

No entanto, mesmo que a identidade tenda à fixação, seu processo oscila entre o processo que tende a fixá-la e estabilizá-la e o processo que tende a subvertê-la e desestabilizá-la, tornando-a cada vez mais complicada. Por esse motivo, a identidade e a diferença devem ser representadas. Silva diz que apenas a partir da representação estas adquirem sentido:

É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam ao sistema de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre a identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade (SILVA, 2000, p. 91).

Silva afirma que a identidade é um significado cultural e socialmente atribuído, ele diz que para a teoria cultural contemporânea, a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas

de representação, de performatividade. A partir dessa ideia, Silva recorre a Judith Butler (1999) para dizer que “a mesma repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos que reforçam as identidades existentes pode significar também a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas” (SILVA, 2000, p. 95).

A repetição pode ser interrompida. A repetição pode ser questionada e contestada. É nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes. É essa possibilidade de interromper o processo de “recorte e colagem”, de efetuar uma parada no processo de “citationalidade” que caracteriza os atos performativos que reforçam as diferenças instauradas, que torna possível pensar na produção de novas e renovadas identidades. (SILVA, 2000, p. 95-96).

Stuart Hall (2000), por seu turno, aborda questões que tratam do motivo pelo qual os indivíduos se “submetem” à identidade, mesmo que isso cause prejuízo de suas vontades. Hall utiliza das teorias de Freud e Lacan para tentar explicar a questão pela psicanálise. Nesse sentido, a identidade é entendida como um processo moldado pela fantasia, pelo que é ilusório, e que necessita “daquilo que lhe falta – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (HALL, 2000, p. 110).

Outra questão importante tratada por Hall é o processo articulado de sutura do indivíduo com as posições de sujeito que ele é obrigado a assumir culturalmente a partir de alguma instituição e/ou ideologia que o molde até mesmo de forma inconsciente. O autor também questiona o trabalho de Foucault sobre a teoria dos “corpos dóceis”, aqueles que sofrem com o controle social e a disciplina imposta. Para Hall, Foucault erra quando mostra que considera o indivíduo como assujeitado, que não vislumbra práticas de liberdade, além de também não ter falado sobre as razões que levam os indivíduos a agirem dessa forma.

Stuart Hall (2006) argumenta que, a partir da modernidade, surgiu uma nova forma de sujeito com relação à sua identidade. O autor diz que, no passado, a individualidade do ser humano era estabelecida divinamente, isso significa que o sujeito muda, a partir do Iluminismo do século XVIII e do Humanismo Renascentista do século XVI, para um ser supremo, o que gera o sistema social da modernidade e um rompimento com o mundo antigo. Aqui será tratada, especificamente, a identidade do sujeito pós-moderno de Hall, que é aquele que não tem uma identidade “fixa, essencial ou permanente”, mas sim uma “celebração móvel: formada transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). E definida historicamente, e não biologicamente” (Hall, 2006, p. 2-3).

O sujeito passa a assumir, na modernidade, identidades diferentes em momentos diferentes da vida, sendo assim, as identificações humanas são continuamente deslocadas, isso acontece à medida que a representação cultural se multiplica e dá para o sujeito uma multiplicidade de identidades

possíveis (Hall, 2006). Hall afirma que a globalização provoca fluxos culturais e, assim, as pessoas passam a partilhar identidades; ele também sustenta que o ser humano vive em um contexto de hibridismo, e que sua criatividade produz novas formas de cultura, que são consideradas mais apropriadas à pós-modernidade.

A perspectiva dos Estudos Culturais com relação a toda essa reflexão feita sobre identidade e diferença sugere alguns questionamentos importantes como: 1) o processo dialético existente entre identidade e diferença, onde é necessário definir se uma é mesmo inseparável da outra ou se são questões distintas (p. 75). A obra analisada, que mostra reflexões feitas pelos três autores aqui mencionados, confirma que diferença e identidade não podem ser separadas, Woodward diz isso pelo viés social, Silva pela linguagem e, Hall, pela psicanálise; 2) é “possível sermos socialmente excluídos [...] e não sermos simbolicamente marcados como diferentes”? (p. 33). Como já dito, a diferença denota a identidade e vice-versa, o processo de diferenciação se caracteriza pela forma de operar da ideologia que marginaliza o outro. Sendo assim, o excluído é marcado como negativo social e culturalmente.

Dessa forma, o livro *A Identidade Cultural na pós-modernidade* esboça uma descrição sobre as principais mudanças acerca da conceitualização de sujeito e identidade ao longo da modernidade (HALL, 2000). Todavia, perante a complexidade do mundo moderno, o sujeito iluminista, aquele centrado e imutável, vê a sua essência em constante transformação na interação com o outro e com outras culturas. Assim, esse sujeito se percebe sendo transformado, em sua individualidade e autossuficiência, que perdem força com o surgimento de novas compreensões do eu modificado pela interação com a cultura, pelo meio. A concepção de sujeito iluminista perde a capacidade de representar essa nova concepção de sujeito que se forma e se transforma na relação com o outro. Hall apresenta a concepção sociológica de sujeito: “O sujeito ainda tem um núcleo ou uma essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (Hall, 2004, p.11).

Essa concepção de sujeito avalia a subjetividade e o próprio mundo cultural (entendido como estrutura) no qual o sujeito exercita essa subjetividade na forma de identidade. Essa avaliação torna unificados os sujeitos e mundos culturais por eles habitados. Conforme essa visão, o sujeito sociológico estabiliza e preenche as lacunas entre mundo pessoal e público/político, e consegue dar seguimento à modernidade, potencializando suas demandas que estão em constante progresso de autonomia, liberdade, razão e ciência.

Com relação à diferença, ainda pode-se dizer que esta, de certa forma, se interessa pelas singularidades e particularidades e menos pelas semelhanças e identidades (MATOS, 2009, p. 40); a importância em compreender o sujeito está relacionada aqui à possibilidade de questionar as

“verdades” impostas sobre as identidades como “padrão”, “normal”. Esses questionamentos destacam o quanto a identidade dita normal pela maioria depende da existência do diferente, pois é por meio do estranhamento que surge o novo, o múltiplo. Sobre isso, Tomaz Tadeu da Silva diz:

Em certo sentido, “pedagogia” significa precisamente “diferença”: educar significa introduzir a cunha da diferença em um mundo que sem ela se limitaria a reproduzir o mesmo e o idêntico, um mundo parado, um mundo morto. É essa possibilidade de abertura que podemos pensar na pedagogia como diferença (SILVA, 2004, p.101).

Pode-se pensar então, que a forma como a identidade e a diferença são tratadas pela sociedade que está inserida em uma cultura de tal forma que exclui/marginaliza aquele cuja identidade não condiz com o que foi preestipulado. A forma como a identidade se constrói é ignorada, tornada algo que deve se caracterizar de modo biologicamente estável e, assim, a diferença inerente à formação do indivíduo torna-se fator subjugante.

O último autor que aqui será citado é Felipe Arocena (2012), que diz que a cultura é o conjunto de significados que explica e orienta o comportamento humano, o que ele faz, diz ou pensa. Ele cita também o conceito de cultura de Geertz (1990):

O conceito de cultura que eu defendo não tem múltiplas percepções e nem pelo meu conhecimento nenhuma ambiguidade especial: a cultura denota um esquema historicamente transmitido de significados representados em símbolos, um sistema de conceitos herdados e expressados em formas simbólicas, por meios com os quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes frente à vida. (AROCENA, 2012, p. 24-25).<sup>13</sup>

Arocena (2012) também diz que na sociedade civil de hoje, que está cada vez mais desintegrada por causa dos processos de modernização e de urbanização das grandes cidades, há um enfraquecimento das ideologias políticas modernas, o que produz o reaparecimento de grupos de resistência em que as pessoas constroem suas próprias identidades. O autor ainda cita Anthony Appiah (*Apud* Felipe Arocena), que diz:

É muito importante sempre lembrar que não somos simplesmente preto, branco, amarelo ou marrom, gay, heterossexual ou bissexual, judeus, cristãos, muçulmanos, budistas ou confucionistas, também somos irmãos e irmãs, pais e filhos, liberais, conservadores e esquerdistas, professores e advogados, fabricantes de automóveis e jardineiros, surfistas e cantores, poetas e amantes de animais de estimação, alunos e professores. Nós não devemos deixar nossas identidades nos sujeitarem a novas tiranias (*Apud* Felipe Arocena, 2012, p. 34).

E conclui mostrando que “a repressão de uma identidade é um dos atos mais radicais de poder”, já que assim se nega a existência do outro; e que a recente necessidade de reconhecimento cultural como uma luta por libertação e empoderamento das comunidades etnoculturais foi negada, e essa

negação é uma luta pelo poder de classes que se dizem dominantes e superiores (AROCENA, 2012, p. 34).

Pode-se perceber que esses quatro autores anteriormente citados, todos apresentam conceitos de “identidade” que mostram como o ser humano se vê em uma situação de dicotomia entre a emergência de liberdade para viver diferentes momentos com possíveis diferentes identidades, e a vontade de poder que impede que isso aconteça; o que faz pensar numa grande necessidade de libertação do indivíduo com relação ao que sente, pensa e, conseqüentemente, se tornará ação na sociedade em que vive.

### 1.3 – Os Estudos de gênero e os Estudos Transgêneros

O conceito de gênero surge por volta dos anos 1950 com o doutor John Money, psicólogo, sexologista e autor da Universidade John Hopkins, que o utiliza no estudo da redesignação sexual<sup>14</sup> de pessoas intersexuais; o questionamento de Money se voltava para o fato de pessoas terem genitálias ambíguas e este deixava claro que o genital não era decisivo na questão de gênero.

Entretanto, esse modelo de compreensão de gênero, que se baseava apenas em uma decisão que não era do indivíduo que ali estava sendo tratado, se mostrou falho e, hoje, existem movimentos e demandas de pessoas intersexo para que se tenha autonomia na decisão de seu próprio gênero, para que não seja baseado em uma decisão médico/familiar. Pode-se considerar que John Money possibilitou desdobramentos teóricos importantes, apesar de alguns conceitos equivocados.

Paralelos aos estudos de John Money, começaram a surgir nas universidades norte-americanas demandas de estudos e disciplinas, consideradas não acadêmicas naquele momento, como os estudos sobre questões e movimentos negros, latinos, feministas, dentre outros. Aqui surgiu um campo conhecido como *Woman Studies*, surgido em 1969 na universidade de *Cornell* (Nova York, Estados Unidos) e, no âmbito desses estudos, o conceito de gênero passa a ser representativo como ao que é conhecido nos dias atuais.

O Núcleo de Estudos Transgêneros da Universidade do Arizona (*University of Arizona Transgender Studies Faculty Cluster*), que surgiu no ano de 1975, apresenta os objetivos da área de “Estudos Transgêneros”, que são: estudar a diversidade e a contingência de gênero, sexualidade, identidade e corporalidade ao longo do tempo, do espaço, linguagens e culturas, dando atenção às

consequências sociopolíticas, legais e econômicas da não conformidade com as normas de gênero; às narrativas de vida e organização social de pessoas e comunidades transgêneras; às formas de produção cultural que representam ou expressam a diversidade de gênero; à medicalização das identidades transgêneras e despatologização das diferenças corporais; assim como ao surgimento de novas formas de subjetividade corporificada dentro de ambientes tecnoculturais contemporâneos (LANZ, 2015).

Sendo assim, o campo dos Estudos Transgêneros pode ser entendido como a pesquisa e a análise sistematizada das dimensões da transgeneridade, considerando como transgressão<sup>15</sup> das normas de conduta do dispositivo binário de gênero<sup>16</sup>. Os Estudos Transgêneros abordam temas como a relação entre sexo, gênero e orientação sexual; transgressão e conformidade de gênero; a roupa como veículo de expressão de gênero; subjetivação e corporalidade (o ‘corpo vestido’ ou ‘*dressed bodies*’); travestilidade; passabilidade e visibilidade social.

Os Estudos Transgêneros têm o seu início nos EUA, no início da década de 1990, surgidos a partir dos Estudos Feministas e da Teoria *Queer*, a qual será abordada mais profundamente no segundo capítulo, como dizem Bettcher e Garry (2009):

Estudos transgêneros surgiram no início dos anos 90 em estreita ligação com a teoria queer. Pode ser melhor caracterizada como a vinda de voz de (algumas) pessoas trans que há muito foram os objetos pesquisados de sexologia, psiquiatria, psicanálise e teoria feminista (não trans). O pioneiro de Sandy Stone, em seguida, *Empire Strikes Back: Um Manifesto pós-transgeneral*" (1991) procurou ir além dessa bolsa, escrevendo a partir da posição-sujeito de uma (pós) transsexual. Ao reconhecer as pessoas trans como seres humanos de carne e sangue com acesso a experiências de transness e opressão transfóbica como ponto de partida, os estudos trans visam abrir uma forma de teorizar trans, para pessoas trans e não-trans, que idealmente resiste, Em vez de reforçar, mecanismos de transfobia. A publicação do *The Transgender Studies Reader* em 2006 é evidência do notável crescimento dos estudos trans pela sua idade (BETTCHER; GARRY, 2009, p. 1).<sup>17</sup>

15 Palavra “transgressão” usada aqui apenas no sentido daquela pessoa que é gênero-divergente e que, por isso, transgride as normas de gênero ,e não ligada à criminalidade.

16 O binarismo de gênero postula que as pessoas são exclusivamente homens ou exclusivamente mulheres (ou somente masculino e feminino), consequentemente nega e oprime toda a multidiversidade de gênero que existe no mundo.

17 Transgender studies arose in the early 1990s in close connection to queer theory. It can be best characterized as the coming-to-voice of (some) trans people who have long been the researched objects of sexology, psychiatry, psychoanalysis, and (non-trans) feminist theory. Sandy Stone’s pioneering *Then Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto* (1991) sought to move beyond such scholarship by writing from the subject-position of a (post)transsexual. By recognizing trans people as flesh and blood human beings with access to experiences of transness’ and transphobic oppression as its starting point, trans studies aims to open up a way of theorizing trans, for trans and non-trans people, alike that ideally resists, rather than reinforces, mechanisms of transphobia. The publication of *The Transgender Studies Reader* in 2006 is evidence of the remarkable growth of trans studies its coming of age (BETTCHER and GARRY, 2009, p. 1).

De acordo com a acadêmica transgênera da Universidade do Arizona, Susan Stryker, uma das principais representantes dessa nova disciplina, o principal objetivo dos Estudos Transgêneros é — “mudar as condições do conhecimento-produção em fenômenos transgêneros e aumentar o alcance do que conta como ‘conhecimento especializado’” (STRYKER, 2006). Stryker complementa dizendo que:

Uma das coisas que enfatizo... é que o gênero é um sistema sociocultural humano como a linguagem ou o parentesco - ele muda ao longo do tempo e do lugar e desempenha um papel crucial em moldar-nos nos tipos específicos de seres que somos. Compreender como o gênero funciona é uma empresa vital [...] ser gênero é parte do que significa ser humano e ser transgênero pode ser uma maneira de explorar o que significa ser humano, ou mesmo posthuman, de maneiras muito concretas. Transgender Studies é uma ótima maneira de se concentrar em uma borda evolutiva da vida no planeta Terra (STRYKER, 2006).<sup>18</sup>

Letícia Lanz diz que uma vez constituído como campo de conhecimento autônomo, seria necessário que os Estudos Transgêneros também se concentrassem em temas de estudo e pesquisa que se encontram dispersos em diversas outras áreas acadêmicas atualmente: travestilidade, identidades e expressões gênero-divergentes, transição, inclusão/exclusão das identidades transgêneras no DSM e CID<sup>19</sup>, normas, conformidade e transgressão de gênero, etc., devendo ainda tornarem próprios os numerosos estudos e pesquisas já realizadas por diversos especialistas sobre questões relacionadas à transgeneridade (LANZ, 2014).

Com relação às noções de “sexo”, “gênero” e “orientação sexual”, Letícia Lanz (2015), autora do livro *O Corpo da Roupa*, diz que “sexo” é um termo que define aquilo que descreve o sexo biológico/genital com o qual se nasce (macho, fêmea, intersexuado ou nulo); o “gênero” é algo com o que não se nasce ou simplesmente algo que se tem, mas sim algo que o indivíduo constrói, algo que é performatizado. A “orientação sexual”, por sua vez, está relacionada ao desejo erótico-afetivo de uma pessoa. Agora, vê-se necessário também definir brevemente os termos “identidade de gênero” e “transgeneridade”.

A partir do que já foi descrito como sendo “gênero”, pode-se pensar que “identidade de gênero” seja um termo que defina aquele gênero pelo qual o indivíduo se identifica perante a sociedade e como ele é adotado e reproduzido pela pessoa transgênera. Uma pessoa é considerada cisgênero quando sua identidade de gênero concorda com o que lhe foi atribuído ao nascer, ou seja, quando

18 One of the things I stress... is that gender is a human sociocultural system like language or kinship - it changes over time and place, and plays a crucial role in shaping us into the specific kinds of beings that we are. Understanding how gender works is a vital enterprise... Being gendered is part of what it means to be human, and being transgender can be a way of exploring what it means to be human, or even posthuman, in very concrete ways. Transgender Studies is a great way to focus on an evolving edge of life on planet Earth (STRYKER, 2006).

19 DSM: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e CID: Classificação Estatística Internacional de Doenças.



sua conduta psicossocial está inteiramente de acordo com o que é esperado socialmente de pessoas do seu sexo biológico. E, diferente das cisgeneridade, a transgeneridade é um fenômeno social de desvio ou transgressão das normas de conduta estabelecidas pelo dispositivo binário (homem/mulher ou masculino/feminino) de gênero; é um termo que reúne todas as identidades gênero-divergentes (não-binário, pós-gênero, pangênero, bigênero, *dragqueens*, dentre outros), ou seja, identidades que, de alguma forma e em algum grau, descumprem, ferem e/ou afrontam o dispositivo binário de gênero (LANZ, 2015). Transgênero tampouco diz respeito ao gay (ou lésbica<sup>20</sup> ou bissexual<sup>21</sup>), assim como, para Lanz, não deve ser considerado como doença mental ou comportamento depravado, tratando-se apenas e tão somente de uma circunstância sociopolítica de inadequação às normas de conduta de gênero. A identidade de gênero é algo que toca mais a fundo muitas pessoas e mesmo com essa presença constante de casos de pessoas transgêneras (pessoas com gênero não definido como “cis” na sociedade atual) esse assunto colide com dogmas morais, religiosos e até políticos.

Segundo Aleksandra Horvath, uma das autoras da *Encyclopedia of Gender and Society*,

Hoje, o termo transgênero não se refere apenas aos casos de indivíduos que optam pela mudança de gênero sem meios cirúrgicos - como argumentado pelo Príncipe da Virgínia -, mas também transsexuais (de sexo feminino a masculino ou masculino), travestis, Drag queens<sup>22</sup> e reis, homens gays afeminados, indivíduos intersexuais, indivíduos assexuados e membros de culturas indígenas não-ocidentais que reivindicam tais identidades. Apesar de todas as complexidades e controvérsias em torno das questões de transgressão de gênero, uma grande quantidade de trabalho intelectual, cultural e político foi feito sob a rubrica transgênero desde o início dos anos 90. Houve um aumento no nível de interesse em questões de transgênero na mídia, especialmente após a aparição do filme *Boys Don't Cry* (2000), que chamou a atenção para o grave problema da violência antitransgênero. Os estudos transgêneros também adquiriram o status de uma área recente de pesquisa acadêmica, crescendo a partir do nexos da história da sexualidade, do feminismo e da teoria estranha (HORVATH, 2009, p.384).<sup>23</sup>

20 Pessoa do gênero feminino que tem preferência sexual por ou mantém relação afetiva e/ou sexual com outra pessoa do gênero feminino.

21 Pessoa que sente atração sexual e afetiva por pessoas tanto do gênero feminino quanto do gênero masculino.

22 *Drag queens* são artistas performáticos que se travestem com um intuito profissional/artístico. Normalmente chamamos de drag o homem que se veste com roupas femininas para fins de entretenimento. (Disponível em: <<http://closetonline.com.br/2014/01/22/voce-sabe-o-que-e-uma-drag-queen-entenda-como-elas-surgiram-e-sua-importancia-cultural/>>. Acesso em: 25/08/2017).

23 Today, the term transgender does not refer only to the cases of individuals who opt for gender change without surgical means—as argued for by Virginia Prince—but also transsexuals (either female-to-male or male-to-female), transvestites, drag queens and kings, effeminate gay men, intersex individuals, asexual individuals, and members of non-Western indigenous cultures who claim such identities. Despite all the complexities and controversies around the issues of gender transgression, a great deal of intellectual, cultural, and political work has been done under the transgender rubric since the early 1990s. There has been a heightened level of interest in transgender issues in the media, especially after the appearance of the feature film *Boys Don't Cry* (2000), which called attention to the serious problem of antitransgender violence. Transgender studies have also acquired the status of a recent area of academic inquiry, growing out of the nexus of the history of sexuality, feminism, and queer theory (HORVATH, 2009, p. 384).



A área de Estudos Transgêneros está se tornando um importante campo de pesquisa acadêmica nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa, por acompanhar o aumento da visibilidade de identidades e expressões transgêneras na cultura popular. Pode-se pensar também nessa importância com relação ao Brasil que, hoje, se mostra ansioso por discussões, respostas, movimentos e apoio com relação ao assunto; vê-se na mídia, *on-line* e televisiva, por exemplo, fagulhas de esforço por entendimento sobre a transgeneridade. O termo transgênero tem sido usado no senado americano e desde 1998 está incluído no dicionário Merriam-Webster. Atualmente existem nos Estados Unidos e na Europa inúmeras entidades nacionais e organizações estaduais e municipais dedicadas à defesa dos interesses transgêneros (VALENTINE, 2000, p. 34). Para Letícia Lanz, esses recentes e persistentes progressos na abertura da sociedade direcionados às expressões de gênero sugerem uma importante mudança de paradigma nesse campo, representado pela consciência transgênera que inclui mudanças em nível sociocultural, interpessoal e intrapsíquico (LANZ, 2014).

Segundo aponta Bockting (1997):

Socioculturalmente, o esquema de gênero predominante da cultura ocidental é desafiado por identidades transgêneras que transcendem a dicotomia de gênero. Pessoas interpessoais e transgêneras estão saindo para suas famílias, amigos e locais de trabalho, e não escondem sua identidade única. Intrapsicicamente, a afirmação de sua identidade como transgênero alivia a vergonha e é experimentada como libertadora. Uma comunidade transgênera crescente fornece o suporte necessário. Essa mudança de paradigma tem implicações para o manejo clínico da disforia de gênero. O tratamento já não se limita a ajudar os indivíduos disfóricos de gênero a se ajustarem em um e / ou ao outro papel de gênero, mas inclui a possibilidade de afirmar uma identidade de transgênero única. As identidades transgêneras são diversas e podem ou não incluir mudanças parciais ou completas nas características do sexo primário ou secundário. Os méritos das mudanças físicas devem ser avaliados no contexto do desenvolvimento da identidade do indivíduo com ênfase no conforto pessoal e no bem-estar (BOCKTING, 1997, p.48).<sup>24</sup>

Por ser uma disciplina recente, os estudos transgêneros ainda não aparecem oficialmente em nenhum currículo acadêmico do Brasil. Por sua vez, a bibliografia da área de Estudos Transgêneros também é ainda muito pouco divulgada no país, mesmo que contenha títulos que, isoladamente, já são bastante conhecidos em outras áreas do conhecimento. É o caso de autores como Susan Stryker (2006), Kate Bornstein (1997), Virginia Prince (2005), Leslie Feinberg (1992), David Valentine (2007), Sandy Stone (1993), Patrick Califia (2002), Rita Felski (1995), Viviane Namaste (2000), Patricia Soley Beltran (2009), dentre outros. Torres (2012) diz que no Brasil a luta da comunidade

24 Socioculturally, the prevailing gender schema of Western culture is challenged by transgender identities that transcend the gender dichotomy. Interpersonally, transgendered individuals are coming out to their families, friends, and workplaces, and no longer hide their unique identity. Intrapsychically, affirmation of one's identity as transgender alleviates shame and is experienced as liberating. A growing transgender community provides the necessary support. This paradigm shift has implications for the clinical management of gender dysphoria. Treatment is no longer limited to assisting gender dysphoric individuals to adjust in one and/or the other gender role, but includes the possibility of affirming a unique transgender identity. Transgender identities are diverse and may or may not include partial or complete changes in primary or secondary sex characteristics. The merits of physical changes should be evaluated in the context of the individual's identity development with an emphasis on personal comfort and well-being (BOCKTING, 1997, p.48).

transgênera objetiva o esclarecimento acerca das identidades trans para instituições, como a escola e a família, por exemplo, que são as teias de interdependências onde os sujeitos buscam significados às suas existências.

Com relação aos estudos de gênero, atualmente, a maioria se baseia no construtivismo, contestando o determinismo biológico e afirmando a plasticidade humana. A partir de estudos da antropologia social e cultural, da história e da sociologia, é defendido que, com relação à masculinidade e à feminilidade, não existe um modelo que seja único, mas sim uma variedade conforme tempos e lugares. É ressaltado também que as sociedades não se restringem apenas à anatomia (ou biologia) para definir e afirmar a identidade sexual.

Dessa forma, identificam, orientam e corrigem marcas da pertença sexual, objetivando o desenvolvimento das sociedades, entre outros, com relação a processos simbólicos, educativos e físicos (Journet, 2002; Moreau, 2002; Spence et al., 1985). Os estudos de gênero compreendem “macho e fêmea” como aspectos da humanidade e “masculinidade e feminilidade” como conceitos relacionais e reativos, que definem um em relação ao outro e reagem às transformações um do outro.

Barbara Garii (2007), autora e militante do Movimento Transgênero moderno diz que ele surgiu a partir de dois eventos no final dos anos 1960, nos Estados Unidos, e pela publicação de dois livros vinte anos depois. O primeiro evento aconteceu em 1966, quando a polícia foi chamada para retirar vários clientes da cafeteria *Compton*, em Tenderloin, São Francisco, do estabelecimento, que estava em um bairro onde moravam travestis, transexuais e outros transgêneros. A resposta da comunidade à ação da polícia resultou em tumulto e prisões. Um ano depois, um grupo local de transexuais fundou o COG (*Conversion Our Goal, or Change: Our Goal*), que, apesar de durar pouco tempo, criou bases para outras organizações semelhantes na Califórnia, como, por exemplo, a *National Transsexual Counseling United* e a *Transsexual Action Organization* (Beemyn, 2008).

O segundo evento aconteceu em 1969, em Nova York, quando a polícia invadiu o *Stonewall Inn*, um bar em *Greenwich Village*. *Drag queens, butchs* e outros transgêneros enfrentaram a polícia, provocando a revolta de *Stonewall*, que é conhecida como o início do movimento pelos direitos dos homossexuais (Garii, 2007). Essa desagradável situação contribuiu para a formação do *STAR* (*Street Transvestites Action Revolutionaries*) e do *Queens Liberation Front* (Beemyn, 2008). Ainda segundo Garii, mesmo que as pessoas presentes nos dois eventos tenham sido reconhecidas apenas

como “gays”, o movimento gay e LGBTQIA+ reconhece a comunidade transgênera como heroína da revolta (GARII, 2007).

As organizações dos transexuais fundadas nos anos 1970/80 estavam mais focadas em apoio pessoal e socialização dos participantes e ‘pessoas-alvo’ do que em protestos e militância/ativismo. Somente a partir da década de 1990, a organização política das comunidades dos transgêneros se expandiu e se diversificou em todo Estados Unidos, e assim se desenvolveram também diversas organizações nacionais e cresceu o número de movimentos pelos direitos dos transexuais e pelo fim da violência à população transgênera (BEEMYN, 2008). Além disso, com a falta de atenção para a AIDS, foi renovada a militância do Movimento LGBTQIA+ que inspirou uma nova geração de ativistas transgêneros. O *Transgender Nation*, grupo que se formou em 1992 a partir do *Queer Nation* de São Francisco, foi a primeira organização que desafiou a transfobia<sup>25</sup> dentro do movimento LGBTQIA+ e da sociedade em geral (BEEMYN, 2008).

Vê-se necessário destacar também o surgimento da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans And Intersex Association* (ILGA) em 1978. A ILGA é uma federação que luta pela igualdade de direitos para pessoas LGBTQIA+ de todo o mundo (representa mais de 110 países de todos os continentes). A ILGA é a única federação internacional a reunir Organizações Não-Governamentais (ONG’s) que concentram a sua atuação na luta pelo fim da discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Toda esta contextualização do Movimento Transgênero nos permite pensar sobre a articulação do movimento LGBTQIA+ e do próprio Movimento Transgênero, inseridos em um movimento político transnacional e portadores de uma agenda de luta contra as discriminações sofridas por esse coletivo.

Helena Vieira (2015), escritora e pesquisadora de Gênero e Sexualidade, diz que os Estudos Feministas influenciaram o surgimento dos Estudos de Gênero quando Angela Davis, filósofa e socialista estadunidense, e outras feministas negras, latinas, operárias, lésbicas, criticaram o dito “feminismo clássico”, aquele que se mostrava branco, de classe média, acadêmico e elitista, e viram a necessidade de pensar também as demandas sociais que surgiram após a Revolta de Stonewall (manifestações feitas pela comunidade LGBTQIA+ em junho de 1969 em Nova York).

Ainda segundo Vieira, é nesse momento que o termo “gênero” passa a ser entendido em sua fluidez e, aqui, se encaixa a afirmação de Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”

25

Palavra criada para representar a rejeição e/ou aversão às transexuais. A expressão está mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBT.

(BEAUVOIR, 1973). Entretanto, mesmo com essa questão posta, os estudos e movimentos LGBTQIA+ defendiam corpos desejáveis, belos e hetenormativos. Essa questão é discutida no texto “Teoria *Queer* – Uma política pós identitária para a educação”, de Guacira Lopes Louro (2001), que fala sobre a identidade gay “positiva” que se cria, subentendendo a construção de identidades “negativas”, associadas ao gay afeminado, às travestis, às lésbicas masculinizadas, andróginos<sup>26</sup> e homens transexuais.

Até este momento não existia uma distinção entre Identidade de Gênero e Sexualidade, isso só acontece com mais clareza a partir do artigo *The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of sex* da antropóloga feminista Gayle Rubin, que afirma que é necessário pensar os dois termos e conceitos como categorias distintas mesmo que, em determinados momentos, tais categorias se amparem em sustentação mútua da cis-heteronorma (RUBIN, 1975).

No cerne dessas discussões surge também as reflexões sobre a travestilidade e a transexualidade como sendo também questões relativas à gênero; isso acontece porque, como diz Judith Butler (2015), citando Vieira, em seu livro *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, a forma possível de se pensar sobre “mulheres” é pensando em “mulheridades”, sem que seja universalizada a ideia de um conceito de identidade imutável (BUTLER, 2015).

É neste sentido que a vivência das mulheres trans, das travestis e das pessoas não binárias que se identificam com a feminilidade podem ser compreendidas como vivências femininas, e que devem ser respeitadas como tal. Obviamente, há diferenças na vivência de uma mulher cisgênero e de uma mulher trans. Disso não há dúvidas, entretanto, ambas possuem vivências de suas feminilidades, das opressões diárias, dos enfrentamentos a partir de uma perspectiva do feminismo (VIEIRA *Apud* Butler, 2015).

Com relação aos estudos gays e a teoria *Queer*, Denilson Lopes (2002) diz:

Os estudos gays, lésbicos e transgêneros são áreas interdisciplinares de estudos emergentes na academia norte-americana pós os anos 60, com o estabelecimento de disciplinas, programas, centros, realização de congressos. Essa área sofre crítica nos anos 90 pela teoria dos estudos *queer*, ao retomar uma radicalidade política na contraposição a uma visão integrativa que o termo gay foi assumindo na sociedade norte-americana. O termo *queer* inclui simpatizantes e é paralelo ao interesse pelo transgênero, pela bissexualidade (LOPES, 2002).

26 Refere-se à expressão simultânea de gêneros. É comum que a pessoa andrógina se vista com roupas consideradas unissex e use cortes de cabelo e acessórios que dificultem a identificação de um gênero específico. Essa categoria não está associada à orientação sexual.

Sobre os estudos de gênero nas instituições escolares e acadêmicas, o psicólogo Nilson Dinis (2008) defende a inclusão do debate sobre diversidade sexual e de gênero neste espaço e diz que essa aconteceu em meados dos anos de 1970 e deve-se à pressão dos grupos feministas e LGBTQIA+ que denunciaram a exclusão de suas representações dos programas curriculares das instituições escolares. Dinis discute também sobre o plano acadêmico internacional, que surgiu como movimento com os departamentos de Estudos da Mulher e, posteriormente, com os Estudos de Gênero e os Estudos LGBTQIA+, com o objetivo de criar alternativas de pesquisa e de resistência aos problemas relacionados ao sexismo, ao machismo e à homofobia. O autor fala que, no Brasil, tal questão esteve restrita a campos como a Sociologia, a Psicologia e a Literatura; na Educação, os Estudos de Gênero apareceram nos anos de 1990 por meio dos trabalhos da historiadora brasileira Guacira Lopes Louro sobre a exclusão das minorias de gênero na história da educação. O trabalho de Louro, para Dinis, tem sua singularidade relacionada a recursos metodológicos de suas análises, baseadas nas teorias pós-estruturalistas e na divulgação da publicação de seu livro *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva pós-estruturalista*, de 1997. A partir de então, pesquisadores da área da Educação passaram a debater temas como gênero e sexualidade a partir de visões culturalistas, rompendo assim com o paradigma predominantemente biológico (DINIS, 2008).

Lopes ainda diz que os estudos e movimentos LGBTQIA+ precedem a teoria *Queer* e são sua base mesmo sendo considerados deficientes com relação à representação da multiplicidade de gênero e sexualidade e o combate à discriminação e marginalização de pessoas LGBTQIA+ e transgêneras. Sendo assim, a teoria *Queer*, que será tratada de forma mais detalhada no próximo capítulo deste trabalho, surge para desenvolver novos entendimentos, reflexões e lutas em busca de igualdade.

Os estudiosos de gênero reconhecem atualmente que ‘gênero’ é um conceito que se constrói dentro de um campo complexo de diferença, e não só naquilo que é considerado crime, perversidade, passando por questões como classe social, etnia, idade, sexualidade, nacionalidade, religião. Graças à variedade de contextos sociais e culturais, os conceitos de gênero apresentam diversos âmbitos. Como cada saber trata de dimensões diferentes, trabalhos interdisciplinares mostram-se cada vez mais importantes, especialmente os que associam os saberes da Sociologia, Antropologia e Psicologia.

Posteriormente, neste trabalho, serão abordados, descritos e exemplificados os temas propostos por esta dissertação também com relação ao movimento feminista e à teoria *Queer*, para que seja

possível entender a contribuição dessas vertentes para os Estudos de Gênero, relacionando-os com a ideia de poder que os ronda.

## **Capítulo 2: Movimento Feminista e Teoria *Queer***

### **2.1 A influência do movimento feminista nos estudos de gênero**

Analisar a influência do movimento feminista é de suma importância para o estudo dos gêneros entendidos em sua multiplicidade, uma vez que demonstrar uma possível conexão entre o gênero e a busca da igualdade entre homens e mulheres traduz a igualdade independente de qual genitália o ser humano possua. Afinal, a distribuição de poder na sociedade é claramente desproporcional e privilegia os homens, criando uma imensa disparidade nas relações sociais entre os indivíduos tidos por femininos e masculinos.

O movimento feminista é definido por Oliveira (1969) como um “movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos” (OLIVEIRA, 1969, p.424). O feminismo se traduz pela busca por igualdade, que inicialmente pautava-se em direitos sociais, jornadas de trabalho, liberdades sociais, e manifestação igualitária.

Para Green (*Apud* Weber), o desejo de romper com a ordem patriarcal e diminuir as desigualdades entre os homens e mulheres, e até mesmo para buscar direitos mais humanos para estas, dá origem ao movimento que em seu âmago considerava o patriarcalismo moderno “uma situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a

dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas” (WEBER, 1964, p. 184).

A necessidade desse movimento se deu para contrapor o discurso médico-científico que trouxe as diferenças apontadas pela ciência em relação ao corpo masculino e o corpo feminino, e enraizou conceitos e limitações que colocavam a mulher em uma posição absolutamente inferior ao homem. Os conceitos traziam a crítica ao corpo feminino como sendo como uma cópia defeituosa do corpo do homem, apresentando-a como frágil e sujeita às desordens decorrentes dos seus órgãos reprodutivos e suas alterações hormonais que permitiam a reprodução, mas que também eram capazes de causar desordens psíquicas.

Todo o discurso apresentado pela ciência, fundamentava-se na limitação feminina para a atuação social-profissional e extremamente adequada para colocação da mulher em âmbito doméstico e familiar, conferindo-lhe um estatuto particular na sociedade. E assim, partindo-se de um suposto determinismo natural, confina-se, segundo “a feminilidade ideal na esfera estreita que a ordem social lhe destina: a mulher, sã e feliz, a mãe de família, guardiã das virtudes e dos valores eternos” (BERRIOT-SALVADORE, 1991).

Ambroise Pairé, médico e cientista ilustre do século XVI, vê no organismo feminino a prova da inferioridade da mulher: ‘Porque o que o homem tem externamente a mulher o tem internamente, tanto por sua natureza quanto por sua imbecilidade, que não pode expelir e pôr para fora estas partes’. Acrescenta que os órgãos femininos tornam as mulheres ‘disformes e vergonhosas quando nuas (ALVES, 1985, p.22).

Essa definição de feminino, que pode ser considerada limitada, trouxe, conseqüentemente, a limitação de direitos e a subordinação da mulher aos homens. E os primeiros registros das ideias feministas acompanham os registros históricos das transformações políticas e econômicas, não se dando de forma isolada, e, especialmente no século XIX, quando se intensificam os movimentos políticos, o feminismo se destaca como instrumento de crítica e reivindicação (ALVES, 1985).

A busca por igualdade entre homens e mulheres apresenta, conseqüentemente, a desigualdade imposta em função do gênero e a imposição da padronização binária de gênero: de um lado têm-se o homem, forte e apto para atuação político-social, para atuar como superior hierárquico, e do outro lado, na verdade abaixo deste, têm-se a mulher, inferiormente construída e considerada, limitada às necessidades familiares e considerada incapaz de exercer as mesmas funções que os homens.

A consciência de gênero e as primeiras ideias feministas foram identificadas, historicamente, no bojo das transformações políticas e econômicas da Europa setecentista, conforme Sardenberg & Costa que analisam detalhadamente esse contexto em *Feminismos, feministas e movimentos sociais* (1991). O Feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII, tomando corpo no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, transformando-se, também, em instrumento de críticas da sociedade moderna. E, apesar da diversidade de sua atuação, tanto nos aspectos teóricos, quanto nos aspectos práticos, o Feminismo vem conservando uma de suas principais características que é a reflexão crítica sobre as contradições da modernidade, principalmente, no que tange à libertação das mulheres (SILVA, 2008, p.1-2).

No tocante à América Latina, os primeiros impulsos do movimento feminista se deram por influências de mulheres que atuaram em movimentos guerrilheiros, participantes do movimento estudantil, partidos políticos progressistas, organizações acadêmicas, políticas e por mulheres que foram obrigadas a exilar-se de seu país por manifestarem seus pensamentos contrariando a ordem institucional vigente (OLIVEIRA, 2014).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU), declara esse ano como o Ano Internacional das Mulheres, contribuindo para o fortalecimento dos movimentos feministas. Em comemoração à data, foram organizados dois eventos: um por grupos informais e privados de mulheres e com o apoio da ONU e, outro, pelo Movimento Feminino pela Anistia, com a participação de mulheres que vivenciaram o exílio, inovando a forma de pensar das brasileiras (OLIVEIRA, 2014, p.5).

Já em meados da década de 1990, um grande marco na busca de direitos e liberdades das mulheres se deu com a IV Conferência Mundial da Mulher (encontro organizado pelas Nações Unidas entre 4 de setembro e 15 de setembro de 1995 em Pequim, na China), que ouviu os apelos dos projetos feministas, pautados na garantia dos direitos humanos, especialmente quanto à violência doméstica contra a mulher, e que impulsionou a luta por garantias efetivas, por políticas públicas que assegurassem essas garantias e especialmente no Brasil, têm-se a alteração no Código Penal por meio da criação da lei Maria da Penha no ano de 2006, como medida de garantia das conquistas obtidas.

Depois de conquistas minimamente básicas, como regulamentação de jornada de trabalho (lei n.º 1.596, de 29 de dezembro de 1917, que instituiu o Serviço Sanitário do Estado, proibiu o trabalho de mulheres em estabelecimentos industriais no último mês de gravidez e no primeiro puerpério. Em âmbito federal, o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, pelo decreto n.º 16.300, de 21 de dezembro de 1923, facultava às mulheres, empregadas em estabelecimentos



industriais e comerciais, descanso de trinta dias antes e outros trinta dias mais após o parto)<sup>27</sup>, direito ao voto (código eleitoral Provisório, pelo decreto n.º 21076, de 24 de fevereiro de 1932)<sup>28</sup>, liberdade de expressão e proteção à violência doméstica, sabe-se que há muito a se reivindicar ainda, mas a amplitude do movimento contribui para outras lutas. Afinal, restou demonstrado que o discurso médico de inferioridade e padronização de comportamentos a partir da diferença biológica dos corpos não deve prosperar: não há limitação ou sobreposição de direitos que possa se pautar nas características biológicas do indivíduo (SILVA, 2008).

O feminismo objetiva essa assimetria entre os gêneros, combate as diferenças culturalmente impostas e não biologicamente consideradas:

Grosso modo, pode-se dizer que ele corresponde à preocupação de eliminar as discriminações sociais, econômicas, políticas e culturais de que a mulher é vítima. Não seria equivocado afirmar que feminismo é um conjunto de noções que define a relação entre os sexos como uma relação de assimetria, construída social e culturalmente, e na qual o feminismo é o lugar e o atributo da inferioridade (GREGORI, 1993, p. 15).

Uma breve e rápida análise histórica aponta que a desigualdade em função do gênero e a necessidade de padronização binária se deram em função da supremacia masculina, onde a opressão do outro pesava contra as mulheres. A luta por igualdade visa desconstruir a supremacia imposta pelo machismo e, conseqüentemente, amplia os estudos e análise de gênero, apresentando a desnecessidade da manutenção do padrão binário em respeito às pessoas que nele não se adéquam. E, uma vez que a supremacia de um gênero sobre outro seja questionada, desnecessário é classificá-lo somente em dois tipos: masculino e feminino, afinal, independentemente do gênero ao qual a pessoa se perceba, o respeito e os direitos serão iguais (LAQUEUR, 2001).

O movimento feminista apresentou o termo gênero, permitindo uma análise das identidades feminina e masculina mais ampla, sem reduzi-las ao plano biológico, indicando que essas identidades estão sujeitas a variações determinadas pelos valores dominantes. O emprego do termo gênero substituindo o uso do termo sexo permite que se fale de homens e mulheres fora do conceito simplesmente biológico, o que é de suma importância, afinal, traduz o fato de que as maiores diferenças entre o masculino e o feminino não são naturalmente impostas por aspectos biológicos, mas reflexos da constante construção social da realidade (SABADEL, 2005, p. 234).

27 Referência disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1765](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1765)>. Acesso em: 10/08/2017.

28 Referência disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932>>. Acesso em: 10/08/2017.

## 2.2 Estudos, teoria e movimento da Analítica *Queer*

Uma difícil tarefa se põe neste momento do trabalho, a de tentar formular uma definição para os estudos *queer* e sua abrangência. Isso acontece pelo fato de as exigências do meio acadêmico fazerem com que a teoria regresse ao quadro de categorizações ao qual a analítica *queer* busca refutar. Sendo assim, aqui será exposta uma breve síntese dos estudos *queer* e a sua importância para o presente trabalho, numa tentativa de não categorização. Ao que se pretende demonstrar, a teoria *queer*, seus estudos e movimentos não são imutáveis ou engessados.

Miskolci (2007) afirma que o pensamento *queer* surge do encontro entre os estudos culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês. Para o autor, a afirmação foucaultiana de que a sexualidade se tornou um dispositivo histórico de poder desenvolvido pelas sociedades ocidentais com o intuito de usar o sexo como regulação social é o ponto de partida do pensamento *queer*.

É necessário salientar os precursores da analítica *queer* que, segundo Pino (2007) são: Michel Foucault (1984), Joan Scott (1990) e Gayle Rubin (1975), Louis Althusser (1969) e Jacques Lacan (1958). Para Pino (2007), os teóricos Teresa de Lauretis (1991), David Halperin (2003), Judith Butler (2002), Steven Seidman (1995), Michael Warner (1991), Beatriz Preciado (2002), Jacques Derrida (1998) e Judith Halberstam (1998)<sup>29</sup> são representantes do pensamento *queer*. Enfim, é possível afirmar que o pensamento *queer* surge com a ideia de desconstruir o caráter permanente do padrão binário masculino/feminino.

“*Queer*” é uma palavra de origem inglesa, usada por anglófonos<sup>30</sup> há mais ou menos 400 anos. Na Inglaterra (em Londres) havia uma rua onde vivam as pessoas que eram marginalizadas pela sociedade inglesa (endividados, prostitutas, gays, etc.), essa rua era chamada de “*Queer Street*”. Encontra-se então na analítica *queer*, uma referência subjacente aos considerados socialmente desviantes.

A partir da prisão de Oscar Wilde, influente escritor, poeta e dramaturgo britânico do século XIX, o termo ganhou maior notoriedade, significando, basicamente, termos usados como manifestação de

29 *Apud* Pino (2007).

30 “Que tem o inglês como língua oficial ou dominante.” Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/angl%C3%B3fono>>. Acesso em 23/08/2017.

preconceito, segregação e ofensa contra homossexuais, travestis, transexuais e outras pessoas que se desviam da cis-heteronormatividade como, por exemplo: “viadinho”, “sapatão”, etc; Berenice Bento (2006) propõe uma tradução para o termo *queer* como “transviado” (BENTO, 2006).

Um dos primeiros problemas teóricos acerca do assunto é como traduzir o termo *queer* para a Língua Portuguesa. “*Queer* pode ser traduzido por *estranho*, talvez *ridículo*, *excêntrico*, *raro*, *extraordinário*”, diz Louro (2004, p. 38). Em meados da década de 1980, a ideia dos estudiosos foi a de dar outro sentido a essa forma pejorativa de se referir aos homossexuais. Segundo Butler (2002), apontada como uma das precursoras de Teoria *Queer*, “*Queer* adquire todo o seu poder precisamente por meio da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2002, p. 58). O termo foi usado e ressignificado como forma de empoderamento; nesse contexto, a partir da higienização das identidades LGBTQIA+ e do questionamento do “ser mulher” e do “ser homem”, surge o movimento *queer*, que é marcado pelas diferenças como ferramenta de crítica.

Segundo Miskolci (2009), a Teoria *Queer* se originou dos estudos culturais norte-americanos e se fez notada quando se mostrou como um contraste crítico acerca dos estudos sociológicos sobre minorias sexuais, a política identitária dos movimentos sociais e gênero. O autor afirma que a teoria foi baseada na filosofia pós-estruturalista para gerar conhecimento e compreensão da forma como a sexualidade estrutura a ordem social contemporânea.

Um seminário feito nos anos 1980 por Teresa de Lauretis (1987) levou o nome *queer*. A autora foi a primeira a pensar em “Tecnologias de Gênero”, ou seja, as “técnicas” ensinadas a todos pelas sociedades sobre como ser homem ou ser mulher. Para a autora, o gênero é pensado de forma dual pelo fato de serem introduzidos significações e efeitos discursivos que geram a ideia de “diferença sexual” aprendida e vivida pelas pessoas desde o nascimento; esses discursos perpetuam as diferenças estereotipadas que são impostas socialmente diferenciando masculino e feminino. No texto *A Tecnologia do Gênero* (1987), Lauretis procura um conceito de gênero que não se apoia nessa premissa:

[...] Para isso, pode-se começar a pensar o gênero a partir de uma visão teórica, que vê a sexualidade como uma ‘tecnologia sexual’; desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como autorrepresentação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como as práticas da vida cotidiana (LAURETIS, 1987, p. 208).

Lauretis ainda diz que o gênero se concretiza no comportamento dos sujeitos; sendo assim, o termo pode ser entendido como a representação de cada indivíduo em uma relação social preexistente ao próprio indivíduo. Além disso, a autora mostra que a divisão sexual masculino/feminino constitui

um sistema de gênero que põe o sexo como o centro das relações e conteúdos culturais de uma sociedade que interage com valores e hierarquia. Com relação à representação do gênero, Lauretis diz ser uma construção:

[...] um conjunto de relações sociais que se mantém por meio da existência social, então o gênero é efetivamente uma instância primária de ideologia, e obviamente não só para as mulheres” [...] “Ao afirmar que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva e que, vice-versa, a representação subjetiva do gênero – ou sua autorrepresentação – afeta sua construção social, abre-se uma possibilidade de agenciamento e autodeterminação ao nível subjetivo e até individual das práticas micropolíticas cotidianas. [...] a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (por exemplo, o cinema) e discursos institucionais (por exemplo, a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero (LAURETIS, 1987, p. 209).

A Teoria *Queer* também ganhou reconhecimento a partir de conferências realizadas nas universidades de *Ivy League*<sup>31</sup>, na qual foi exposto seu objeto de análise: a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais; e além dessas conferências, uma coleção de livros sobre teoria social contemporânea foi lançada em 1990 com o título “*Queer Theory/Sociology*”<sup>32</sup>. Esse diálogo entre a Teoria *Queer* e a sociologia foi marcado pelo estranhamento (por parte da teoria com relação à teoria social que derivava do fato de que, ainda na década de 1990, as ciências sociais tratassem a heterossexualidade como ordem social, fato descrito por Miskolci em seu artigo intitulado *Estranhando as ciências sociais: notas introdutórias sobre teoria queer*<sup>33</sup> de 2014) e pela afinidade de pensamentos com relação à compreensão da sexualidade como construção social e histórica.

A escolha do termo *queer* para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para destacar o compromisso em desenvolver uma análise da normalização que, naquele momento, era focada na sexualidade. Foi em uma conferência na Califórnia, em fevereiro de 1990, que Teresa de Lauretis empregou a denominação *Queer Theory* para contrastar o empreendimento *queer* com os estudos gays e lésbicos (MISKOLCI, 2009).

É imprescindível a contribuição de Judith Butler para os estudos *queer*, pelo fato de a autora ter publicado nos anos 1990 o livro *Problemas de Gênero*, a autora desenvolveu o que ela chamou de teoria da performatividade, segundo a qual “O gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Nesse regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva” (BUTLER, 2003, p. 64). Para Butler, precursora da teoria *queer*, o termo em si se relaciona com uma prática linguística que visa degradar as pessoas LGBTQIA+. “*Queer* adquire

31 Criada em 1964 e composta pelas universidades Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth, Harvard, Princeton, Universidade da Pensilvânia e Yale.

32 Green, Adam Isaiah. *Queer Theory and Sociology: locating the subject and the self in sexuality studies*. 2007.

33 MISKOLCI, Richard. *Estranhando as Ciências Sociais: nota introdutórias sobre Teoria Queer*. *Revista Florestan Fernandes*. Dossiê Teoria Queer. v. 1 n. 2, p. 08-25, 2014.

todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2002, p. 58).

A teoria da performatividade de Butler tenta entender como a ritualização e repetição de normas cria sujeitos que são resultados dessas repetições e que, se se comportam fora dessas normas, sofrem consequências como, por exemplo, a marginalização que gera preconceito e violências.

Uma das principais propostas do movimento é dar um novo significado ao termo, se tornando então uma prática de vida que se coloca contra as normas impostas social e culturalmente. Sendo assim, um dos maiores esforços da teoria está na crítica da chamada heteronormatividade (que se estipulou como norma a partir da ideia, mostrada no primeiro capítulo, de “instinto sexual”), defendida por quem vê o modelo heterossexual de orientação sexual como único certo e saudável, não doente.

A Teoria *Queer* propõe o pensamento acerca de “gênero” com algo fluido, socialmente e subjetivamente construído, performado e sistêmico. Por esse motivo, os primeiros trabalhos *queer* mostram que esse modelo foi construído para normatizar as relações românticas e sexuais. Pesquisadores e ativistas visam desconstruir este argumento que faz pensar na sexualidade apenas como seguidora de um curso natural. “Os estudos *queer* atacam uma repronarratividade e uma reproideologia, bases de uma heteronormatividade homofóbica, ao naturalizar a associação entre heterossexualidade e reprodução” (LOPES, 2002, p. 24).

Com relação à influência em Foucault, pode-se pensar que a analítica *queer* defende uma visão pós-identitária e fragmentada em relação ao padrão binário de gênero e a ideia de heterossexualidade como “normal”. Em um padrão binário, existirão sempre grupos desvalorizados, colocados como minoria que, sendo diferentes ou “desviantes”, poderão ser “tolerados” pela sociedade. Sendo assim, é impossível pensar em múltiplas sexualidades pelo fato de o múltiplo fugir a ela (LOURO, 2004).

Pocahy (2007) observa que a homofobia, a transfobia e a hierarquização existente nas relações homens/mulheres (sexismo), são resultado de uma sexualidade binária que cria um espaço limitado de lugares que podem ou não ser ocupados.

Uma das questões tratadas pela analítica *queer* é explorada por Devreux (2005), quando ela afirma que a divisão do poder se sustenta também na categorização, na definição de categorias, por exemplo, relacionadas ao gênero e à sexuação social. Essa categorização é efetuada por meio de um conjunto de fatores associados à divisão dos sexos com relação ao poder e ao trabalho (DEVREUX,

2005, p. 568). Em conformidade com Devreux, Torrão Filho (2004) enfatiza que a diferenciação entre os sexos categoriza e predetermina as identidades masculinas e femininas como sendo apenas duas e limitadas em suas representações. É importante citar esses autores, mesmo que eles entendam a questão de gênero como binária, para entender um pouco dos objetivos e pensamentos da analítica *queer*.

Acredita-se que o pensamento *queer* não é apenas uma teoria, por não ter como objetivos construir teorias. O pensamento *queer* pode ser definido como uma forma de analisar a sexualidade sem relacioná-la com as relações de poder que produzem o padrão binário de gênero; como o pensamento estuda essas relações de poder a partir de Foucault, considera-se não como uma teoria, mas sim como analítica. Uma questão surge a partir do que já foi explicitado: o que diferencia a analítica *queer* dos estudos de gênero? Os seguintes aspectos da analítica respondem essa pergunta: a crítica ao modelo binário; a defesa do fim das classificações relacionadas às identidades; o combate à heteronormatividade; e a desnaturalização do sexo.

Por fim, além de buscar por política pós-identitária, a analítica *queer* pretende também desnaturalizar a heteronormatividade. Pino (2007) diz que a heterossexualidade compulsória obriga os indivíduos a se relacionarem apenas com pessoas do sexo biológico oposto. Sendo assim, a heteronormatividade enquadra as relações amorosas e sexuais num binarismo de gênero que visa organizar as práticas, os atos e desejos baseando-se num modelo heterossexual, diretamente ligado à ideia de reprodução. A analítica *queer* tem também como objetivo combater essa heteronormatividade por meio da denúncia de seu pressuposto de heterossexualidade como algo natural, fundamental e unicamente normal para a vida em sociedade (MISKOLCI, 2007).

No Brasil, as questões que envolvem a analítica *queer* pouco são produzidas, pesquisadas e entendidas por meio dos estudos culturais e dos estudos de gênero, que ainda estão em formação e consolidação no país. Mesmo que aqui também aconteçam os mesmos processos ditos anteriormente de normatização dos corpos e identidades presentes na sociedade.

O autor Denilson Lopes (2002) diz que os estudos gays e lésbicos precedem a teoria *queer*, dão a ela a base para sua criação e desenvolvimento, mas são considerados insuficientes quanto à representação da multiplicidade sexual e o combate à discriminação e exclusão de pessoas *queer* e transgêneras. Desse modo, a teoria *queer* surge para representar novos entendimentos, reflexões e lutas relacionados à questão de gênero como um todo.

Voltando à Guacira Lopes Louro (2004), encontramos a observação de que a teoria *queer* é uma concepção inovadora e perspicaz acerca das diversidades e problematizações que envolvem as questões de gênero; a teoria é, para a autora, uma representação da minoria que é excluída e marginalizada por uma sociedade normatizante.

Perante a norma binária de gênero, principal ideia que a teoria *queer* pretende desconstruir e ressignificar, Jagose (1996) diz:

Em sentido genérico, *queer* descreve as atitudes ou modelos analíticos que ilustram as incoerências das relações alegadamente estáveis entre sexo biológico, gênero e desejo sexual. Resistindo a este modelo de estabilidade – que reivindica a sua origem na heterossexualidade, quando é na realidade o resultado desta – o *queer* centra-se nas descoincidências entre sexo, gênero e desejo. [...] quer seja uma performance travesti ou uma desconstrução teórica, o *queer* localiza e explora as incoerências destas três concepções que estabilizam a heterossexualidade. Demonstrando a impossibilidade de qualquer sexualidade “natural”, coloca em questão até mesmo categorias aparentemente não problemáticas como as de “homem” e “mulher” (JAGOSE, 1996, p. 71).

Ainda sobre os focos e objetivos da teoria *queer*, María Laura Moneta Carignano (2009) diz que:

A ideia é afirmar, positivamente, o caráter estranho, abjeto e ininteligível dos modos de vida e de práticas sexuais e de gênero minoritários. O alvo do discurso *queer* não é apenas o heterossexismo compulsório de nossas sociedades, mas também o processo de normalização do movimento social e o modo de vida das minorias sexuais. Por isso que a teoria *queer* aponta não para um binarismo de gênero, como no discurso da heteronormatividade, mas para uma proliferação e dispersão de gêneros (CARIGNANO, 2009, p. 35).

Vê-se então a importância da teoria *queer* para o entendimento acerca da questão de gênero e da importância da desconstrução do padrão binário de gênero; a analítica *queer* representa tudo o que diz respeito às minorias relacionadas a sexo e gênero em suas especificidades e pluralidades para que seja colocada em prática uma cultura diferente, múltipla que é a dos grupos sociais LGBTQIA+.

Para tanto, é importante que a academia amplie e intensifique a sua produção de conhecimento acerca das questões de gênero. É necessário que, cada vez mais, os estudos *queer*, assim como os estudos LGBTQIA+ como um todo, ocupem espaços historicamente negados, e se valer da academia como instrumento para tanto. A teoria apenas não constrói uma identidade mas ajuda em sua enunciação e afirmação nos sentidos político e sociais; assim diz Lauretis: “A construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas



práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo” (LAURETIS, 1987, p. 209).

### **Capítulo 3: Identidade de gênero na mídia**

#### **3.1 Identidade de gênero na mídia televisiva: programa *Liberdade de gênero***

A nova série do canal GNT, “Liberdade de Gênero” conta as histórias de vida de várias pessoas transgêneras pelo país, passando por Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo para conhecer melhor essas pessoas que não se identificam com o gênero designado a elas ao nascerem. A série é dirigida e produzida por João Jardim, cineasta e documentarista, que tem uma história criativa e multidisciplinar que o permite transitar por diversas áreas da produção audiovisual; o diretor e produtor entra nas casas desses personagens e de suas famílias com discrição e sensibilidade para abordar os temas transexualidade e identidade de gênero como um todo, abordando e mostrando vários papéis de gênero diferentes.

Não é só sobre identidade e sexualidade que a série trata. São 10 episódios que mostram 14 histórias de amor, desejo, compreensão e alegria, mas também de frustração, preconceito e sofrimento. Homens trans, mulheres trans, não binários, cada um dos entrevistados relata de forma aberta e honesta suas trajetórias até assumirem o gênero que os define. Eles contam como se perceberam diferentes, como se desdobraram nesse destino inevitável de se assumirem como pessoas transgêneras. São relatos de pessoas que mostram força e coragem para se manterem contra um padrão normativo que os oprime.

Sem focar em excentricidade, o programa usa o afeto para narrar as histórias. Assim, filhos, netos, parceiros, amigos e, principalmente, as mães, contam como foi lidar com a transgeneridade dentro da própria família, quais os dramas e as alegrias de ter um filho ou uma filha trans. Tornar familiar o que, em princípio, é estranho – é essa a aposta do programa.

## Episódio 01 – AMANDA

“O meu nome é Amanda e ponto final” - diz Amanda, que se identifica como uma mulher transsexual heterossexual que, nesse episódio, conta como era, no seu passado, se olhar no espelho e não se reconhecer, sentir um enorme desconforto com o órgão genital. Ela conta que fazia “xixi” uma vez só ao dia para não ter que tocar no pênis e que já pensou várias vezes em ir à cozinha, pegar uma faca e cortar o “intruso” que estava em seu corpo, pois, segundo ela, era melhor morrer do que continuar vivendo com um pênis. Amanda conta também que a identificação com o seu gênero aconteceu desde a sua infância, com uma relação de choque inicial com sua família e a negação da mesma. Amanda conta que, no início, pensava que tinha um problema e se isolava socialmente, o preconceito e o *bullying* faziam com que ela não quisesse ir para a escola ou, simplesmente, sair de casa, assim, ela não se permitia fazer amizades por causa do medo do julgamento social, ela diz que assim acontece com as pessoas “trans” em geral.

O papel de aceitação da família se mostra extremamente importante para o transexual que, a partir desse fator (não só desse, mas também de outros tão importantes quanto), externa a sua verdadeira imagem e passa a conseguir se sentir feliz consigo mesmo. A mãe de Amanda conta que já protegeu a filha em algumas situações de preconceito e diz: “Não é preciso aceitar, é preciso respeitar”.

Na adolescência, Amanda pensava que era um menino gay “brincando de ser menina”, porém, depois de algumas tentativas, percebeu que a relação sexual gay não a satisfazia, ela descobriu, então, que não sentia prazer com o órgão sexual que lhe foi designado ao nascer. Com relação ao seu corpo, ela diz que alguns transexuais não veem a necessidade de fazer cirurgias, mas outros, sim, e este foi o seu caso: Amanda descobriu que a Ásia era um país onde se faziam cirurgias de redesignação sexual por um valor mais baixo do que no Brasil e foi morar lá, porém, não falava sobre ser transexual por medo de sofrer preconceito sozinha em outro país. Depois da cirurgia, Amanda conta que descobriu que prazer e sexo são coisas individuais, ela diz sentir o seu prazer também por se sentir ela mesma enquanto faz sexo.

A internet (mídia) é um importante meio que fornece informações para as pessoas (trans, mais especificamente), que passam a se entender vendo o outro que pensa, sente e vive da mesma forma. Os *animes* (animações japonesas), principalmente, faziam com que Amanda se visse naqueles personagens que, assim como ela, eram transsexuais. O *MSN* e o *Orkut* também a ajudaram a entender seu próprio gênero, quando, em contato com o outro (conversa com uma amiga que se identificava como mulher transexual e grupo no *Orkut*: “disforia de gênero<sup>34</sup>”), pôde perceber que não era a única pessoa que se sentia assim. O fato de perceber que não está sozinho, ajuda o transexual a se entender e começar o longo e doloroso processo de se assumir enquanto pessoa trans. Em, 2014, Amanda criou um canal no *Youtube* (Entitulado “*Mandy Candy*”, o canal possuía, na época da entrevista, 17 mil visualizações e 330 mil inscritos) para fazer *gameplay* e contou para seus seguidores sobre ser transexual e, como a resposta, em sua maioria positiva, também a ajudou em seu processo de autoconhecimento/aceitação. Em 2016, publicou seu livro *Meu nome é Amanda*.

## Episódio 02 – LETÍCIA

“Nem homem, nem mulher, nem trans, eu sou Letícia Lanz, uma construção de mim mesma”; “gente em transformação” - diz Letícia Lanz, que foi batizada como Geraldo (um nome “masculino”), mas é uma mulher transexual lésbica que diz que sua identidade de gênero é algo que ela construiu também com a imaginação para ser aquilo que melhor combina com ela. Letícia diz que não nasceu no corpo errado, e sim na sociedade errada; e que o feminino sempre esteve nela, sempre a atraiu desde a infância, quando ela começou a se sentir como uma “aberração” e queria ser ela mesma.

Desde a infância, ela sentia a dificuldade de viver não podendo se expressar como sempre foi, diz se identificar tanto com o que é tido como feminino que gosta de “mulher ao ponto de querer ser uma”; o corpo da mulher lhe era atraente em todos os sentidos de entendimento, daí a importância da transição física. Uma semana antes de se casar com sua atual esposa, o medo de não ser aceita “voltou”, e toda a pressão aumentou com relação à sua identidade de gênero. Letícia começou a transição aos cinquenta anos, o estopim foi a descoberta de que o pai tinha outra família, então ela começou a participar de grupos de *crossdressers*, e essa “fantasia” se tornou constante. Letícia não

34

Esse quadro diagnóstico é uma revisão dos critérios anteriormente adotados para se diagnosticar o distúrbio de identidade de gênero em crianças, adolescentes e adultos. Para uma pessoa ser diagnosticada com disforia de gênero, ela deve apresentar uma diferença marcante entre o seu gênero expresso e o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. A disforia de gênero se manifesta em uma variedade de maneiras, incluindo fortes desejos de ser tratado como membro de outro gênero, desejo de se livrar de características sexuais primárias (genitais), ou uma forte convicção de que se tem sentimentos e reações típicas do outro gênero.

aguentou toda a pressão, enfartou e percebeu que morreria se não se assumisse como era e começasse sua transição inclusive com a terapia hormonal.

A aceitação por parte da família sempre foi importante, pois Letícia é filha de militar e fala sobre como o pai a aceitou, mesmo que por meio da exposição de travestis que vivem nas ruas se prostituindo e como aquilo era perigoso. Disse que ela deveria ser quem é realmente, e que não deveria ter medo de se casar porque se a esposa a amasse de verdade, a aceitaria também. Os três filhos que teve com sua esposa também a aceitam, mesmo que com certa dificuldade no início, quando lhes foi revelada sua identidade de gênero. Aqui, Letícia diz que é pai e é Letícia e que não gostaria de ser vista diferente disso, para ela é importante dar continuidade ao dia a dia do passado: “Geraldo não morreu, só evoluiu”.

“Sexo genital está entre as pernas, gênero está no cérebro, e orientação sexual está entre os braços, é de natureza afetiva, erótica” - diz Letícia, e afirma também que a religião impõe o binarismo - “Vai pro inferno”; o dispositivo binário de gênero normatiza os comportamentos de homem e mulher, transforma o diferente em doente ou delinquente - “Eu sou gente”. Para ela, a sociedade impõe dois modelos: homem / mulher, e se a pessoa não se enquadra nesse padrão, ela sofre pressão social com relação ao que se é. Quando Letícia se assumiu trans, as pessoas “palpitaram” sobre o seu relacionamento e sua família, por isso e por outras várias formas de pressão sofridas, ela diz que “sair do armário” como transexual é pior que como gay.

Letícia Lanz é autora do livro *O corpo da roupa* (dissertação de mestrado), lançado em 2014, que objetiva estabelecer o debate e o diálogo acerca de gênero de forma dialética. A autora e participante da série documental “Liberdade de gênero” diz que a questão de gênero em si perde o sentido quando as funções de homem e mulher começam a ser executadas igualmente pelos dois, quando surge uma nova realidade a partir do abrir mão de artigos, mostrando assim a necessidade atual da discussão acerca do tema.

### Episódio 03 – ERICK

“Eu nasci com o corpo feminino, só que eu me entendo como homem. Ser homem é muito além de genital” - diz Erick Babi, um homem transexual<sup>35</sup> heterossexual que se achava um “E.T.”, um louco por se perguntar durante a infância: “Porque eu sou desse jeito”?, ele sempre achou que era um

menino, principalmente quando teve o primeiro contato com os corpos: “menino tem ‘pipi’, menina tem ‘pepeca’”, ele dizia “não” para esses conceitos preestabelecidos.

Erick fala sobre a importância da aceitação da família, a dele sempre esteve ao seu lado, desde os seus pais, que contam que ele sempre demonstrou “isso” em casa, na escola e no seu meio como um todo, e que sempre tentaram entender Erick mesmo com as dificuldades iniciais, principalmente da mãe, que o “forçava” a se vestir com roupas “de menina”. A avó materna dizia que “nem sempre quem nasce João é João, e nem sempre quem nasce Maria é Maria”; até a irmã, que diz que “sempre teve um irmão”.

Sobre a infância, Erick diz que “gostou” da primeira menina quando tinha, mais ou menos, uns nove anos, mas só fantasiava (relações platônicas), não podia chegar perto. Até certa idade, pensava que “isso” mudaria naturalmente, que “Deus daria um jeito”, porém descobriu, quando teve seu primeiro ciclo menstrual, que estaria “fadado” a viver como menina; nesse momento, ele conta que se trancou no banheiro e quis se matar; “Era uma sentença de morte, todas as minhas esperanças morriam ali”. A adolescência foi difícil porque achou que tinha que ser uma lésbica e viver naquele corpo, que tinha nascido errado. Continuou crescendo/envelhecendo e se tornou o “ser assexuado”, quando viu o filme *Meninos não choram* (1999), descobriu ser um homem transexual. Nesse momento se inicia uma intensa ansiedade pela transição, pela operação, pela mudança de voz, pela barba.

Erick começou sua transição em 1999, depois desse primeiro momento de autoconhecimento, ele procurou por endocrinologistas que “fecharam as portas para ele até que, um dia, encontrou um trans brasileiro que estava começando a transição hormonal, sentiu aí o alívio em saber que não estava sozinho no mundo. Em seguida, começou a participar de um grupo de transexuais, e uma das mulheres lhe passou o telefone de um endocrinologista que poderia atendê-lo. Erick começou então a tomar hormônios aos vinte e dois anos de idade.

Ele fala sobre as mudanças na estrutura do corpo que acontecem a partir do tratamento hormonal. Logo depois, ele fala sobre a cirurgia (reconstrução e tórax) que fez a partir do contato com o médico que cuidou da gravidez da mãe, ele ajudou com o processo de mamoplastia. No momento da transição a família mostra ser ponto de apoio e faz seu “batismo” quando ele chega do hospital. Erick inicia o processo de mudança de documentação, troca que só aconteceu em 2008. Por ser um processo demorado, ele precisou ir conversar com a psicóloga que estava responsável para permitir que a mudança acontecesse.

Erick é casado e conheceu a esposa (que é psicóloga) quando frequentava o centro de referência LGBTQIA+ de Campinas, depois de um tempo de amizade, ela se separou do ex-marido e ficou com Erick. Ela conta que, no início, era difícil imaginá-lo nu, e ele tinha medo de não ser aceito por ela. Ela diz que o “um homem trans é um homem, num corpo diferente” e que “o homem trans tem um período de negociar essa masculinidade com a sociedade, até ela entender que ele é um homem como qualquer outro”.

“Ao mesmo tempo que sou tão homem quanto ou outros, eu não preciso de trejeitos e atitudes machistas (...) Ah, então você não é tão homem assim... é uma cobrança o tempo todo dessa masculinidade de um homem que não é transexual. Tudo bem se ele for um homem que não gosta de futebol, ninguém vai cobrar dele ser menos homem por conta disso, mas um homem trans vai ser cobrado”. Erick diz que se não se descobrisse transexual, teria se matado, pois “a pessoa transexual só fica doente se ela não pode mudar”.

#### Episódio 04 – NÃO BINÁRIOS<sup>36</sup>

Este episódio começa com Liniker, que se identifica como uma pessoa não binária que prefere se referir a si mesma por meio do pronome feminino. Ele fala sobre sua infância, quando brincava com “coisas de menina”, colocava uma blusa na cabeça e fingia ser a “Pocahontas”: “a primeira vez que coloquei uma saia, foi o momento mais libertador da minha vida”. “Eu sou uma bicha preta. O Liniker é Liniker, tem o gênero fluido<sup>37</sup>”. Não binária é a pessoa que não se identifica exclusivamente nem com o gênero masculino nem com o gênero feminino.

Liniker conta que foi criado só por mulheres e gostaria de brincar e ser como elas. Ele fala sobre a importância da família na autoafirmação e de como sua mãe deu forças para que pudesse se reafirmar como é e o que sente, como se expõe e se coloca no e para o mundo, ela também se desconstruiu para amá-lo como ele é. O cantor fala que permitir espaços de desconstrução e saber de si com propriedade faz com que sua arte adquira mais potência. Como artista, Liniker representa e inspira outras pessoas transgêneras e não binárias por meio da mídia.

36 São as identidades de gênero de pessoas trans que não são uma simples mulher OU um homem, ou seja: são gêneros que não são exclusiva, totalmente e sempre femininos e também não são exclusiva, totalmente e sempre masculinos.

37 Aquele que não tem uma identidade de gênero fixa, transitando entre os gêneros.

A segunda parte do episódio mostra um pouco sobre Bennet, Jesse e Lune, três transexuais não binários que se identificam também como pansexuais<sup>38</sup> e que preferem se referir a si mesmos através do pronome masculino. Lune diz: “Eu não nasci menina, eu nasci com ‘pepeca’, designado para ser mulher, mas não”. Jesse diz: “Não sou um nem o outro, eu sou eu. Eu não preciso me encaixar”. Bennet diz que não se importa com o órgão genital com o qual nasceu.

Eles falam que as ideias de masculino e feminino são construções sociais e que a roupa que se usa não define necessariamente o que se é. Os três fazem tratamento hormonal, sentem a redistribuição do corpo e falam sobre as dificuldades que enfrentam nesse sentido, ao longo do tratamento; “parece uma puberdade”, muda o corpo, a genitália e a mente. Trans Não Binário é a pessoa trans que não se identifica nem com o gênero masculino nem com o gênero feminino. E Cisgênero é a pessoa que se identifica com o gênero que ele foi designado biologicamente no nascimento.

Bennet conta que pensava ser uma mulher lésbica até se questionar sobre as suas roupas, e isso foi incômodo por perceber que aquilo era “só um pano”. A autoidentificação como trans não binário aconteceu a partir da pesquisa, leitura acerca do tema, quando se questionou sobre sua identidade de gênero por causa da orientação sexual (pansexual).

Eles falam também sobre a dificuldade em se conseguir um emprego e que sentiam a vida profissional prejudicada por serem transgêneros, se encontraram através da *internet* e se tornaram sócios em um estúdio de tatuagem que abriram juntos em São Paulo. O que mostra a importância de as pessoas trans se unirem para se apoiarem e se mostrarem por uma causa: a necessidade de visibilidade, entendimento e respeito pela sociedade.

#### Episódio 05 – WALLACE

“Eu sou atriz, sou performer, antropofágica, eu me alimento do outro, do coletivo, e mais, sou mais tudo que puder ser” - diz Wallace Ruy, que não fez modificações no corpo, não tomou hormônios (não que nunca tenha pensado nisso, mas a interferência na “libido”, no “desejo”, não a atrai), porém expressa sua identidade de gênero como feminina; “se for para colocar em caixas [...], eu sou uma mulher trans não binária, porque eu transito entre essas duas maneiras, de feminino e de masculino. Eu sou Wallace Ruy e sou mulher”. Wallace diz também que está, neste momento da



vida, performando essa identidade de gênero. “A criação de caixas para nos aprisionar faz com que também criemos caixas para nos libertar”.

Ela fala sobre a importância da aceitação da família e conta que a mãe pedia para ela (com doze anos de idade) e para a irmã (que também a entende e aceita) irem ao salão de beleza para cortarem o cabelo, e o dela era praticamente raspado enquanto ele dizia que gostaria de deixar o cabelo crescer, coisa que só se realizou quando Wallace foi para a faculdade. No episódio, a mãe participa de um momento em que Wallace explica a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero, já o pai se preocupa apenas com a violência. Se reconhecer como “menina” é algo muito recente em sua vida, foi ao longo do período em que cursava graduação em Ouro Preto que passou a participar de grupos pesquisa sobre sexualidade e gênero e ler e pesquisar sobre o tema o fez perceber que as possibilidades de construção social são imensas e são de controle da sociedade, do desejo, o que o permitiu se identificar como “trans não binária”. O *start* aconteceu com a Laerte, que transmite o universo feminino de forma mais fluida.

Quando questionada pelo diretor João Jardim sobre gosta de ser chamada, no masculino ou no feminino, Wallace responde “independente de qual artigo for utilizado, se for para se referir a mim, será ao ‘eu’ objeto”. Aqui, ela fala sobre a “passabilidade”, “quando param para pensar, eu já entrei e saí do banheiro e está tudo certo”.

Wallace diz que a própria nomenclatura é recente e que a criança não racionaliza, ela apenas vivencia. As categorias/caixas existem por causa dos adultos, “gostar de menino / gostar de menina”, gostar de uma cor ou de outra, gostar de brincar disso ou daquilo, por exemplo. Ela diz que quando o nome social<sup>39</sup> for um direito, a luta será fazer com que a necessidade da modificação de nomes acabe. Para ela, o amor é um fator crucial, o/a trans pensa se “será que tal pessoal” lhe ama a ponto de “andar de mãos dadas” com elas pelas ruas. A trans que sofre com a questão do banheiro, por exemplo, é aquela que vive na periferia, que tem a barba grossa, o rosto quadrado, essa é a marginalização do/a trans.

“A minha vivência nesse mundo só acontece no coletivo”. Wallace é atriz e diz que existe um problema na mídia com relação à transgeneridade, quando coloca a mulher cis para interpretar a mulher trans. Nesse momento do programa, é entrevistado José Celso Martinez Corrêa (ator, diretor e dramaturgo), que cita Friedrich Nietzsche e diz que o filósofo já falava sobre o trans homem /

trans mulher (que transcende as condições impostas pela sociedade, não se apreende e nem deve se apreender, à ordem, aos papéis impostos) mal traduzido no Brasil como “super-homem”.

“Vou viver como Wallace e é isso que sou, Wallace”.

## Episódio 06 – CAROL E GLAMOUR

O episódio começa com a entrevista com Carol (modelo e atriz, Carol participou de filmes e séries como mulher trans: *Romance policial – Espinosa*, de 2015 e *A Glória e a Graça*, de 2017); “Ser trans é ter a sorte, o privilégio de escolher quem de fato você é. Costumo dizer que ser trans é ser mulher ao quadrado, é querer ser mais”.

O diretor do programa aqui analisado, João Jardim, pergunta sobre o momento em que Carol percebeu que se sentia “mais mulher do que homem” e ela conta que sua infância foi difícil, ela sempre brincou com os brinquedos da irmã; da mesma forma, acontecia nas brincadeiras da escola, assim era chamada de “bichinha” e “mulherzinha”, sofria *bullying* e se sentia solitária. Não bebia água para evitar frequentar o banheiro para não apanhar dos meninos e fazia “xixi na calça” por isso. Na adolescência conheceu meninos gays, mas percebeu que ela não era “isso”, ela conta que queria ser como a irmã e as amigas. Sobre a adolescência e a juventude, ela ainda diz que nunca se comportou como homem, mas não assumia a mulher que era: “Era uma coisa andrógina, e foi assim durante anos até que eu me cansei: Chega! Até quando eu vou ser uma mentira para agradar os outros”? Antes disso, se sentia como se tivesse vestindo uma roupa do lado avesso com relação ao próprio corpo e a si mesma, logo, a terapia a ajudou a se descobrir e se entender.

Carol foi criada em Belo Horizonte, mas foi para o Rio de Janeiro fazer faculdade. Lá se hospedava na casa de uma amiga da família que conta que ela saía de casa com “roupas de mulher” na bolsa, até que um dia a amiga a esperou voltar para casa, a viu com as roupas e maquiagem e a questionou sobre o porquê de ela não se assumir. Nesse momento Carol fala sobre sempre ter tido problemas com a família por serem muito “tradicionais” e diz que o processo de transição foi difícil e que quem contou para a mãe sobre ela foi o seu psicólogo. Quinze dias depois (na véspera do Natal) ela colocou a prótese mamária, o que foi um choque para a família. Carol tirou as roupas antigas do armário e conta que a cada peça tirada, era como se ela estivesse tirando um pedaço da mãe. No dia que se assumiu como a mulher que é, foi como tirar um peso das costas. “Eu era uma mentira, eu fui buscar a minha verdade pra ser feliz”.

Outra amiga conta sobre quando Carol começou sua transição, no ano de 2012, e foi chamada para desfilar de biquíni no Minas Trend como uma modelo transexual. Algum tempo depois, saíram fotos e reportagens sobre quando ela desfilou para o Fashion Rio (que aconteceu também no ano de 2012). Nessa época, ela foi em um bar e estava “azarando um carinho” quando olhou para o chão e viu o jornal no qual sua foto estava, ela o dobrou disfarçadamente com o pé para que o rapaz não visse. Nesse momento da entrevista, Carol fala sobre como é conhecer parceiros amorosos e sexuais sendo uma mulher transexual; ela fala que, certa vez, conheceu um rapaz numa festa que, ao deixá-la em casa, percebeu que ela era trans, e ficou nervoso e violento. Então, ela resolveu a situação dizendo: “se você não sabe diferenciar um saco de um absorvente, você não é homem para mim”.

“Você é mulher até a página dois”. Carol fala que os homens conhecem as mulheres trans e querem se relacionar casualmente com elas, porém “escondido” e, como é difícil encontrar um namorado que assuma o relacionamento, ela diz que já aceitou isso e que é muito segura da mulher que é e que os homens que agem dessa forma não são homens que ela se relacionaria. Ela prefere que as pessoas a conheçam primeiro, como ser humano, pois “antes de ser trans, eu sou tantas outras coisas”.

A segunda parte desse episódio consiste em uma entrevista com Glamour/Daniela, que é uma atriz transexual heterossexual (tem dois prêmios de melhor atriz). “Ser uma mulher não tem nada a ver com ser cis ou não, ser trans ou não”. Glamour diz que a transexualidade sempre foi naturalmente acontecendo desde a sua infância e, mesmo com as “informações de proibição”, ela sempre foi ela mesma, uma mulher que entendia claramente que era transexual e que, em algum momento, isso não seria fácil.

Glamour fala que “apagou” de si as lembranças da violência que sofreu e chora ao dizer que perdeu muitas pessoas que amava por causa da transfobia e da homofobia. Para ela, a violência nesse sentido chega a ser algo sem um porquê, sem sentido; “ser xingada, ser humilhada, apontada, vulnerabilizada... isso aí eu vivi mais do que trezentos e sessenta e cinco dias exponenciados em cem vezes”.

Quando criança, a mãe ficou grávida, e Glamour conta que torcia para ter uma irmã, “foi uma bonequinha”. A irmã diz que sempre viu Glamour (Dani) como uma irmã, uma pessoa completamente diferente do que as pessoas esperam de um menino. A mãe dela é psiquiatra e, para ela, isso ajudou a família a lutar contra o preconceito. Não conversam muito sobre isso, porém

Glamour se dá ao direito de viver como ela é com a família, ao contrário, por exemplo, do que às vezes tem que agir com outras pessoas, explicando sobre quem se é. O pai, mesmo sendo um homem que, segundo a irmã, é viril por ser peão e trabalhar com rodeios, aceita Glamour e liga para ela no dia da mulher. Ela enfrentava os pais, com dez anos já depilava o seu corpo e deixava os cabelos crescerem; com quinze ou dezesseis anos quase não tinha pelos pelo corpo. Glamour faz apenas o tratamento hormonal e ainda não tem intervenções cirúrgicas, mas fará a redesignação sexual em breve; para ela, o corpo “atual” não é um fardo, ela diz que já aprendeu a lidar com ele e que ser mulher não tem a ver com o corpo. Glamour diz que organizar tudo isso dentro de si foi uma “montanha russa”.

“Viver é um processo de organizar uma coragem contra o mundo”. Glamour diz que a pessoa trans tem o direito da “não vida”, “a sociedade faz de tudo para você não existir”. Nesse contexto, ela diz que luta pelo direito à vida. O episódio mostra um trecho de um vídeo feito com Glamour há quatro anos antes, e nele vídeo ela diz: “existe ser homem dentro de uma quantidade de regras, e ser mulher dentro de uma quantidade de obediência e, de repente, você se vê na metade disso... Não é uma transformação, é um fato”.

Com relação ao seu relacionamento amoroso, o namorado de Glamour (juntos há dois anos da data das filmagens) diz que nunca a viu como transexual, sempre como uma mulher, “o importante é ser feliz”.

## Episódio 07 – SILLVIO LÚCIO

Sillvio é um homem transexual que vive em Pacatuba, Ceará. Ele inicia sua história ao lado da esposa e diz sobre a cumplicidade e a sintonia (indiferentes ao corpo físico) que existem entre eles. Filho de um casal de três filhos, “eram dois meninos e, supostamente, uma menina, que era eu”, Sillvio fala que desde pequeno se sentia diferente na forma de andar, de olhar para as mulheres, foi criado na religião evangélica, que não o permitia usar calças ou brincar de bicicleta, por exemplo. Sendo assim, negociava os brinquedos e brincadeiras com os irmãos.

Aos treze anos de idade, teve a primeira relação sexual, com uma mulher (uma professora), e mesmo diante da inexperiência, “não sabendo o que fazer”, relata a desenvoltura natural do corpo: “mas o corpo sabe”. Naquele momento se estabeleceu a preferência sexual por mulheres.

Se assumir para a mãe trouxe um afastamento da pessoa que até então era sua amiga. A influência religiosa fez com que a família repetisse para ele, em todos os momentos, que assim ele não seria mais o filho de Deus, que ele iria para o inferno e que nunca seria feliz. “Se não fosse o preconceito, nem teria percebido que eu era lésbica, eu teria percebido que eu era um ser humano normal, como qualquer outro”. Sillvio então saiu de casa sem que lhe fosse permitido levar qualquer roupa. “A ferida que você abre, nunca mais fecha”. Após sair de casa, a mãe se deprimiu e ele em sua “cabeça de adolescente”, se sentia culpado e, para compensar a falta “dela” à mãe, engravidou propositalmente da filha (que é registrada pelos avós como pais biológicos) que foi doada à mãe, para que esta pudesse ter sua filha novamente. E assim foi ao casamento de sua filha, como homem transexual e heterossexual, de gravata e paletó, mas não foi reconhecido como “família da noiva”. Com relação ao preconceito e à violência, Sillvio relata agressão policial em um bar gay quando apanhou “feito homem”, já que “queria ser homem” pelas palavras do policial que lhe bateu.

Atualmente é casado há dezesseis anos, e há doze anos se reconhece como homem trans. Para a esposa, a nomenclatura “trans” não alterou em nada no relacionamento e na visão que ela sempre teve dele, visto que ele sempre foi um homem, ainda que se reconhecesse anteriormente como uma “mulher lésbica”.

Em uma Conferência dos Direitos Humanos, Sillvio conheceu um homem trans e então se reconheceu imediatamente como um, esse foi o momento em que se deixou viver o desejo pessoal de ser reconhecido como um homem que se sentia e, através de mecanismos externos, foi adaptando o seu visual. Sillvio ainda não se submeteu às cirurgias, usa cinta para esconder o volume dos seios e já usou próteses para volume peniano. Ele tomou testosterona de maneira clandestina no passado, mas hoje é acompanhado pelo SUS, através do CAPS, por um psiquiatra e um psicólogo, se medicando de maneira segura.

Hoje, Sillvio trabalha na ouvidoria municipal e é reconhecido como articulador político, atuando como assessor do prefeito, que sofreu retaliações políticas para que se afastasse da imagem do “acesso transexual”. Com cinquenta e dois anos, Sillvio já não busca o reconhecimento de sua transexualidade ou se dispõe a enfrentar demandas judiciais em busca do nome social, mas sim uma busca pelo direito de ser “Sillvio Lúcio”.

## Episódio 08 – MÁRCIA

“A pessoa gosta daquilo que gosta... Você me pergunta porque eu sou trans. E eu te pergunto: Por que você não é”? - Diz Márcia, uma travesti lésbica de cinquenta e um anos que conta que sua “primeira memória” como transgênera foi aos quatro anos quando ainda se atraía pelas coisas da mãe. Quando entrou para o jardim de infância, Márcia se mantinha próxima das meninas, mas depois foi avisada de que era um menino e que deveria ficar com eles naquele ambiente. Por esse motivo não queria mais ir para a escola, pois entendeu que deveria se vestir, agir e expressar como menino. “Eu entendi que eu era um menino”. A partir dali se externava como um menino, até mesmo com relação à agressividade. Porém, intimamente, se sentia uma menina e brincava de casinha sozinha.

Aos doze anos de idade, com a puberdade das colegas, desejou ver em si as mudanças femininas. Nessa mesma época, conheceu uma travesti que lhe contou o hormônio que tomava e ela começou a tomar também, tendo o aumento dos seios como consequência. Ao perceber essas mudanças, o pai a levou ao médico que a convenceu a não tomar mais hormônios porque ficaria estéril, não poderia ter mais filhos, e este era um de seus desejos (atração sexual por mulheres, vontade de construir família e aceitação do pênis), então ela parou.

Por um tempo, Márcia manteve uma vida “dupla” se “montando” de tempos em tempos sem o conhecimento da família. “A gente se obriga a uma hipocrisia que não torna ninguém feliz”. Ela se casou aos vinte e nove anos e teve uma filha. Márcia sempre falou para suas companheiras da sua “fantasia”, e elas sempre aceitaram. Separou pouco tempo depois e sempre manteve a guarda compartilhada da filha. Se casou novamente com uma mulher que a incentivava a ser quem ela é e, aos trinta e nove anos, começou uma transição definitiva, se hormonizando, sempre buscando conseguir manter uma ereção peniana que fosse satisfatória.

Após dois anos de hormonização, a ex-mulher perdeu a atração, em função da “mulher em que ela havia se transformado”, e então se instalou uma crise: “Agora eu tenho que escolher entre estar com a mulher que eu amo e ser quem eu sou.” Se separaram depois de um tempo, e ela assumiu publicamente. Sobre isso a mãe diz: “Levei o maior susto, quase desmaiei. Fiquei triste, né? Não gostei, não”, já a filha: “Aí foi mais difícil. Eu me preocupava mais com os outros do que comigo...

Pra mim não mudou absolutamente nada”. A mãe relata que nunca desconfiou de nada: “Marcos para mim vai sempre ser Marcos, nasceu Marcos, nasceu de mim, né”?

Márcia relata que a tensão foi tanta com relação ao comportamento das pessoas que quase desistiu. Ficou quatro anos sem namorar por acreditar que outra mulher não a desejaria. Até que começou a se sentir desejada enquanto mulher, por mulheres lésbicas. Daí começou a sentir o preconceito da própria comunidade gay. Ela se mantém como empresária e advogada e sente também nesses segmentos o preconceito e a vulnerabilidade do sexo feminino. Hoje se relaciona com uma mulher lésbica, possui quatro empresas, fala três idiomas, é formada em Direito pela PUC, mas reconhece que se, aos treze anos, tivesse investido em seguir com a transição, desobedecido ao pai (quanto a se manter “no armário”), não seria hoje nada do que é profissionalmente. “Eu quero ser trans com a cabeça erguida”.

Ao questionar a filha quanto a ser um bom pai, ela responde a ele: “Muito melhor... Me ensinou muito mais do que noventa por cento dos pais ensinam a uma filha [...] não tem como eu dizer que você não é um bom pai. Você é o melhor pai que eu poderia ter [...] A pessoa que sou hoje, sou por conta dele”.

#### Episódio 09 – OLIVER E DANI

O episódio começa com Oliver, um rapaz trans não binário que se identifica com o artigo masculino quanto ao tratamento individual. “Eu sou trans e sou não binário. Eu não sou mulher, mas também não sou homem. Eu sou eu”. Oliver se incomoda com o tratamento no artigo feminino: “Sou muito visto como mulher e sofro muito com isso”. O reconhecimento pessoal não foi cedo, na verdade, ele entende que foi “tarde”. Oliver se entendeu como trans por meio de um grupo em uma rede social de pessoas trans não binárias. A identificação com o “ele” surgiu quando pediu para ser chamado de “Rodrigo” pelos amigos e pelos irmãos. Nesse momento diz que se sentiu melhor do que imaginava se sentir.

Os pais relatam uma infância “normal”, em que Oliver transitava bem entre os universos masculino e feminino. Na adolescência se relacionou com meninos e, depois, com meninas. Em uma apresentação escolar, a mãe percebeu que ele escondia os seios. Quando questionou o filho, a primeira reação à resposta positiva quanto à questão foi negação, mas depois aceitou (ainda que sem

entender) e perguntou como ele gostaria de ser tratado. Os pais falam também sobre uma tristeza sentida inicialmente com relação ao “luto” (fruto da “perda” da filha): “Cadê minha filha”? “Eu não tenho mais uma filha”? E seguem dizendo que demoraram um certo tempo para assimilar que a filha estava ali, que aquela era a mesma pessoa que eles já conheciam.

Oliver diz que não tem interesse em fazer tratamentos hormonais ou cirurgias e “luta” pelo não reconhecimento físico como “ele”. Ele trabalha com crianças e admira a facilidade de compreensão delas. “Eu luto para não ter que ter vergonha do meu corpo, para não ter que esconder nenhuma parte do meu corpo. Eu luto para poder chegar na rua, tirar a camisa e gritar que esse sou eu e ninguém vai me calar”. A partir desse discurso, surgiu uma nova militância que trouxe consigo e uma ressignificação dos seios: mamilos como objeto de luta.

“Eu quero ser bonita e quero que as pessoas me reconheçam como a mulher que sou” - diz a segunda entrevistada desse episódio: Dani Balbi, mulher transexual de vinte e sete anos que é professora de Literatura. Dani se chateia quando é tratada no “masculino”, mas “não me abalo em minha certeza da constituição da minha identidade. Quanto mais me percebo uma mulher transexual, [...] vou ficando mais calma e vou me apoderando disso, independentemente de qualquer coisa e da resposta das pessoas”.

Dani foi muito bem recebida por seus alunos: “A gente ficou feliz em saber que ela era uma mulher trans, porque pra gente era uma inovação total aqui na escola e nós teríamos a honra de receber uma professora assim [...] como se fosse uma vitória dos transexuais em conseguir entrar, ar aula em um ambiente escolar” - dizem seus alunos.

A mãe de Dani relata uma infância com “traços e comportamentos afeminados”, com muitas críticas, preconceitos e *bullying*. Destaca que, na pré-adolescência, aos doze anos, uma personagem de novela interpretada por Cláudia Raia trouxe a primeira forma sensível da transexualidade e, assim, se reconheceu: “Tive plena convicção de que eu precisava passar por aqueles procedimentos para me encontrar”. Dani diz que foi angustiante viver com um pênis por não reconhecer aquele órgão como seu e que a possibilidade de adequação sexual, o “horizonte de interromper, de modificar a sua condição genital é muito alienador”. Durante a adolescência, no segundo grau do ensino médio, vivia uma vida dupla quando, longe de casa, se apresentava como Danielle, uma mulher transexual. No primeiro ano de faculdade, aos dezenove anos, descobriu que a UFRJ fazia acompanhamentos e tratamentos de transexuais, e começou a ser acompanhada por psicólogo e



psiquiatra, mas o medo de se assumir para a família ainda existia: Dani escondeu a transexualidade da família por dezessete anos.

Aos vinte e seis anos, após concluir o mestrado (em março de 2015), Dani começou a hormonoterapia e relata os efeitos da hormonização. Após esse início, quando decidiu sobre a cirurgia, reuniu a mãe e a madrinha para lhes contar. A recepção da notícia foi a pior possível: “De hoje em diante você não tem mais mãe: 'sai' da minha casa”. Em setembro de 2015, houve um novo contato com a mãe que diz: “com o tempo, eu fui entendendo que, para ela ser feliz, teria que acontecer isso” e “sempre amei, sempre vou amar, sabe que vai contar comigo pra sempre. Fez, tá feito”. Dani então se submeteu à cirurgia de redesignação sexual e, para tanto, realizou um empréstimo de R\$40.000,00 que está sendo pago com uma campanha feita por seus alunos e amigos.

#### Episódio 10 – CASAIS TRANS

Este episódio da série documental em questão começa entrevistando Helena e Anderson, juntos há quatro anos, que se conheceram quando Anderson (homem transexual) não percebeu que Helena era uma mulher também transexual. Ele só tomou conhecimento disso após uma semana, quando ela lhe disse. Anderson se denominava andrógino, mas depois de começar a se relacionar com Helena se “encontrou”, deixando de ser Andressa para então se assumir Anderson.

Helena sempre quis ser mãe e, nesse relacionamento, vislumbrou a realização desse sonho. Anderson gerou o filho deles, o amamentou e o bebê reconhece Helena como mãe e Anderson como pai. Helena ressalta que há uma “sintonia”, ou reconhecimento do filho com o Anderson, ela acredita ser em razão de Anderson quem amamenta. Anderson diz que não tem vergonha ou constrangimento em amamentar: “as pessoas dizem que nós só trocamos de corpo”.

O segundo casal entrevistado é formado por Bárbara e Patrick, que se conheceram através de amigos em comum, namoram há um ano e meio. Bárbara começa dizendo que “desde cedo convivo com aquela coisa assim: fala igual homem, engrossa a voz. Eu não sou essa pessoa, eu não sou um homem, eu sou uma mulher”.

Patrick teve uma infância que denomina “livre” podendo brincar com o que quisesse (boa, bicicleta, *videogame*). “Brincadeira que a gente fala que são de menino, eu sempre fui muito livre para fazer”. Sua dificuldade era ter que “ir a outro lugar, se fantasiar de menina”. Ainda na infância a mãe relata a dificuldade com o uso da carteira do plano de saúde, uma vez que o nome na carteira não remetia à imagem da criança que ele era. “Eu cresci gordo, eu cresci preto, só não cresci sabendo que eu era um homem de fato [...] Ser homem trans pra mim é ser livre”.

Na adolescência as pessoas interpretavam que Patrick era uma mulher vestida de homem. Ele conta que usava *binder* (cinta de compressão) e que não tirava nem para dormir porque os seios eram algo que o incomodava muito: “Eu via no banho porque eu tinha que ver, tinha que passar a mão [...] mas era o que mais me incomodava”.

Patrick diz que seu convívio social quase não existia, não fazia amizades por não se sentir bem consigo. Ele começou então a procurar por outras pessoas trans e falou com a mãe e avó sobre quem ele verdadeiramente é. A mãe diz que foi um choque, mas que “correu atrás” por amar o filho e Patrick passou a não mais se sentir sozinho. Sua mãe e sua avó conseguiram juntar o dinheiro necessário para que ele fizesse a mamoplastia. Patrick se hormoniza com testosterona há pouco mais de três anos e relata mudanças no corpo (pele, cheiro) e na mente: “É uma nova puberdade”.

“Trans de transcender, eu vejo assim, como uma transcendência, e não uma transformação, porque ele sempre se sentiu ele” - diz a mãe de Patrick, e completa: “Ser trans não é doença, não é anormal, nem imoral, né? É um ser”. “Ser homem trans é liberdade, eu pude construir o homem que eu sou hoje, o que eu sempre quis. Eu me sinto muito mais livre comigo, mas muito mais preso no mundo”. “Eu sou um homem como qualquer outro”.

Assim como Oliver (entrevistado do episódio 09), Bárbara participa do espetáculo coletivo de artistas “Primavera das mulheres – um show manifesto”. Em um momento do espetáculo que foi mostrado na série, Bárbara diz: “Não foi minha culpa não corresponder às expectativas sociais dos meus pais porque disseram para eles que eu era um menino. Não foi minha culpa por não representar a masculinidade esperada, e por conta dessa feminilidade, por volta dos sete/oito anos, ter sido perseguida pelas ruas do bairro, tendo sido levada à força para trás da padaria em construção, onde fui abusada, violentada, estuprada. Sim, estuprada. Não foi minha culpa”.

Com relação à família, Bárbara conta que ainda tem problemas com o pai, que é idoso e militar. Ela diz que apanhou pela primeira vez do pai com “três para quatro anos” (a cicatriz ainda existe). A

mãe não quis aceitar num primeiro momento. Dos cinco aos doze anos de idade ela morou praticamente na rua, voltava esporadicamente para casa; ela recebia dinheiro das pessoas, comida e/ou abrigo. Bárbara diz que descobriu a prostituição não por ser transexual, mas por ser criança de rua.

Transformistas<sup>40</sup> e *drag queens* chamavam sua atenção. Aos doze anos de idade, começou a se travestir. “Eu sou uma mulher, eu tenho que resolver isso”. Aos dezoito anos parou de cursar o Ensino Médio por apanhar na escola e começou a se hormonizar, depois de seis meses já via mudanças no corpo e se assumiu definitivamente.

O casal não se imaginava, individualmente, com outras pessoas trans. Eles contam que a intimidade se desenvolveu ao longo dos primeiros seis meses de relacionamento por vergonha e dificuldade de aceitação dos corpos, mas hoje os incômodos não existem mais. Eles aprenderam que “cada pessoa com cada outra pessoa vai ter um prazer diferente” – diz Bárbara. Eles questionam a operação e dizem que não veem mais a necessidade de fazer cirurgias de redesignação sexual.

“Eu transpiro felicidade, eu transformo realidades e eu transpareço exatamente aquilo que sou, e eu sou uma mulher trans” - diz Bárbara, que conta que a pior parte de ser uma mulher trans é a dificuldade de inserção social. Ela conta que foi demitida de uma casa noturna por ser trans, e Patrick diz que nunca conseguiu um estágio fora da faculdade. As carreiras profissionais são prejudicadas por simplesmente serem as pessoas que são.

Agora serão feitas algumas considerações sobre a representação e a discursividade midiática sobre gênero descritas anteriormente. Com relação à série documental *Liberdade de Gênero*, pode-se pensar na representação midiática por ela feita a partir de duas perspectivas: a ética, que está relacionada às responsabilidades morais e éticas que os produtores, o tema e os observadores têm com a obra; e a cultural, que está relacionada a uma aproximação semiótica que determina os símbolos usados na imagem e seus significados em determinada sociedade ou cultura. Toda forma de linguagem, inclusive a midiática, é produto da ação de seres psicossociais que são parte consciente das práticas sociais e representações imaginárias da cultura a qual pertencem.

40 É o simples ato de alguém transitar e “brincar” entre identidades polarizadas e historicamente estabelecidas como modelo para nosso padrão de convivência, assumindo e representando, então, identidades diferentes. Disponível em: <<https://memorabiliagay.blogspot.com.br/2009/08/arte-transformista.html>>. Acesso em: 25/08/2017.

O filósofo e escritor Mikhail Bakhtin (2003), fez uma ligação entre sujeito e linguagem, destacando o caráter sócio-histórico e a instauração deste através da alteridade e da intersubjetividade. O sujeito se forma subjetivamente por meio do reconhecimento do outro, através da mídia, por exemplo. O discurso midiático contemporâneo propõe amostras de variadas subjetividades e a ideia de liberdade ligada a elas. Segundo Bakhtin, o dever do discurso midiático é, então, dar espaço à demanda de liberdade relacionada à constituição do sujeito que se diferencia e é aceito pela sociedade.

Além das perspectivas colocadas anteriormente, é preciso dizer que a indústria cultural televisiva é uma fonte mediadora de processos híbridos culturais. Além disso, estudos sobre a caracterização da identidade de gênero na mídia têm sinalizado que o binarismo de gênero orienta historicamente as narrativas identitárias, diferenciando homens e mulheres num sentido anátomo-fisiológico. Vê-se necessário apontar também o fortalecimento, na contemporaneidade, de discursos cientificistas que visam explicar o comportamento humano por meio da tecnologia e do mercado. Pensando nas crenças e lógicas que figuram o cenário midiático contemporâneo, analisa-se a participação deste na construção do conceito de identidade de gênero e transgeneridade.

A mídia televisiva produz e apresenta um produto do discurso midiático, o objetivo é reproduzir uma linguagem publicitária que explora imagens e as torna armas indefensáveis à mente dos indivíduos; mecanismos são criados à medida que os significantes incorporam no cotidiano das pessoas. A mídia se torna um método de controle específico, sistemático. Ressalta-se também a importância que as práticas discursivas como algo que se faz parte da vida social, ganhando um panorama de transformação a partir do uso da linguagem na política, no trabalho, na propaganda, na mídia, etc., esse processo é denominado de tecnologização do discurso (FAIRCLOUGH, 1996).

Para Rosa Fischer (1999), os discursos feitos pela mídia tendem a ser entendidos como poderosos efeitos de verdade, que contribuem para a construção de identidades dos indivíduos. Sendo assim, pode-se afirmar que a mídia televisiva pode ser considerada como um espaço de educação por produzir conhecimentos sobre a vida e o mundo, sobre comportamentos ditos como certos e/ou errados, o que se deve gostar ou não e o que é considerado “normal” ou “anormal”. Fischer (2001) também argumenta que a televisão provê na constituição e formação dos sujeitos contemporâneos. A autora diz que “[...] a presença da TV na vida cotidiana tem importantes repercussões nas práticas escolares, na medida em que crianças, jovens e adultos de todas as camadas sociais empreendem modos de ser e estar no mundo também nesse espaço da cultura” (FISCHER, 2001, p. 30).

A subjetividade e a identidade não são produtos apenas da formação de personalidade individual ou da construção do Eu, estas atravessam signos concretizados também em contextos sociais. “A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social”, sustenta Bakhtin (2006, p. 33). Sendo assim, pensa-se na consciência individual como algo socioideológico que se cumpre nas relações sociais e que possui uma materialidade semiótica; a consciência do Outro dá sentido à consciência do eu. Sobre isso Amorim (2002) diz que “a subjetividade bakhtiniana é sempre da ordem do ‘entre’ ou, se preferirmos, da intersubjetividade” (AMORIM, 2002, p. 18).

Para Bakhtin (1997), os indivíduos vivem das palavras do outro, conduzindo-se, assimilando e reagindo a partir delas para enriquecer a cultura humana. Para o autor, a palavra do outro impõe ao indivíduo a tarefa de compreender essa palavra; a palavra do outro em seu exercício de fala e comunicação transforma-se em uma outra palavra “minha” (BAKHTIN, 1997, p. 383-386). Pode-se pensar que, da mesma maneira, acontece com relação à mídia, mais especificamente a televisiva, que, com a comunicação feita, passa aos indivíduos a representação midiática que se deseja por meio da palavra.

A mídia atua em um movimento duplo e contraditório de favorecimento da percepção da heterogeneidade e da homogeneidade. Ela divulga discursos sobre diferentes formas de vida, porém, de uma forma que engessa os modos de ser. Grande parte da mídia constrói atributos identitários como se fossem intrínsecos, imutáveis e imóveis aos indivíduos, apagando sua natureza social e subjetiva; tal forma de representação pode ser vista de forma diferente no documentário anteriormente analisado, que tem a ética, a cultura e a subjetividade sendo preservadas a partir da ideia de liberdade individual na formação de personalidade e modo de vida, de uma forma que não é estática e previamente construída e estipulada.

### **3.2 - A complexidade do gênero e a importância da desconstrução teórico-conceitual do binarismo**

A compreensão das questões de gênero, como pôde ser visto até agora, percorre por vários conceitos e estudos, desde a construção daquilo que é considerado masculino e feminino, do que forma a identidade dos sujeitos, da sexualidade, da violência contra a mulher, etc., até as questões que relacionam gênero e poder, evidenciando que a subordinação feminina e dos transgêneros não é natural, estática e imutável como se pensa a partir de ideias machistas e normativas. Percebe-se no prosseguimento histórico que as identidades não são fixas, mas mutáveis e propensas à transformação, além de serem muitas e plurais (como visto anteriormente neste trabalho). Dessa maneira, a concepção de gênero vai se construindo como pertencente das relações sociais entre indivíduos e de um modo de significar as relações de poder. Poder este também explicitado no contexto histórico da questão de gênero já tratado aqui.

Recapitulando esta questão, vê-se necessário lembrar que as concepções de gênero se baseavam no binarismo masculino/homem/feminino/mulher sob o olhar de dominantes/dominados que foca no entendimento biológico do gênero baseado no sexo biológico e no “instinto sexual”. Quando se refere ao poder, a abordagem se concretizada no homem como dominante, tratando o gênero como destino e marginalizando e vitimizando a mulher e o transgênero. O tema era tratado de forma essencialista e fixa, desconsiderando as resistências relacionadas às desigualdades postas às mulheres e à comunidade LGBTQIA+.

Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo*, afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1973). Essa afirmação não foi feita diretamente sobre a questão da existência de identidades múltiplas de gênero, mas sim especificamente sobre o gênero feminino, que não era entendida como um “outro”, mas sim como ser inferior que só se constituiria a partir do sujeito homem, sendo dependente deste. Para Beauvoir, isso não deveria ser dessa forma, já que os primeiros estudos feministas trazem uma ótica essencialista de “diferença de gênero”, diferença essa que se constituiu e ainda se constitui apenas a partir de interpretações de dados biológicos.

Por esse motivo, são questionadas aqui as organizações sociais fundamentadas na neutralidade dos aspectos biológicos/naturais, a partir do momento que são perceptíveis as relações de poder que implicam nesses aspectos. Será tratada aqui a concepção de poder para Foucault citado por Gallo (2005):

Para a nova compreensão do poder, é imperativo que as suas conotações negativas – o poder como repressão – sejam anexadas também às suas concepções positivas – o poder como fonte de produção social. É o que Foucault chama de tecnologias do poder. [...] nosso filósofo inverte o centro das preocupações com o poder e sobre o poder, buscando não no topo, mas na base das relações sociais (*apud* GALLO, 2005, p. 87).

Diante dessa compreensão de “poder”, verifica-se que este estaria alastrado na base das relações sociais. Vale destacar também a relação entre poder e saber, que existe assim como a relação entre identidade e diferença. Pensa-se então como este poder influencia no processo de constituição da identidade de gênero. Sobre isso, Scott diz que:

O gênero é um elemento constitutivo de relações fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um único sentido (SCOTT, 1990, p.14).

O papel do poder aqui então é significar um saber e colocá-lo como verdade absoluta, como norma/regra, como padrão. Saberes e discursos são constituídos pelo poder, que determina o que e qual identidade deve ser considerada como “normal” e como ela deve se relacionar em meio social e cultural. Sendo assim, poder e saber estão implicados na forma dos indivíduos estarem no mundo. Lançando o olhar para a compreensão do conceito de gênero, não há como não perceber as características relacionadas ao gênero visto de forma binária, que rejeita outras esferas do termo. Identidade e diferença vistas dessa forma definem categorias sociais sobre corpos e mentes puramente sexuais.

Entender o gênero como duas categorias distintas é um fato presente na ordem social, onde a sexualidade deve ser considerada como um “fato social” relacionado à conduta dos indivíduos, como aquilo que faz parte da construção da identidade e como questão a ser explorada cientificamente (BOZON e GIAMI, 1999).

Dessa forma, pesquisadoras feministas norte-americanas usaram o termo “gênero” com o objetivo de evidenciar a organização social da relação entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico contidos nos termos “sexo” e “diferença social”, sendo assim:

‘Gênero’ opõe-se, pois, a ‘sexo’: enquanto este último termo fica reservado aos aspectos estritamente biológicos da identidade sexual, o termo ‘gênero’ refere-se aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual. Essa separação hoje questionada por algumas perspectivas teóricas, que argumentam que não existe identidade sexual que não seja já, de alguma forma, discursiva e socialmente construída, mas a distinção conserva a sua utilidade (SILVA, 2004, p.91).

Em artigo da revista Galileu (2006), diz-se que ao nascer, o ser humano é automaticamente colocado em uma de duas “caixas” de definições de gênero preestabelecidas: homem, se tiver um pênis ou mulher, se tiver uma vagina; a partir desse momento deve-se seguir as características

também pré-definidas que são designadas a estes dois gêneros padrões. Meninos têm que gostar da cor azul e de brinquedos e brincadeiras ditas como “masculinas”, têm que ser fortes, não transparecer emoções, e meninas têm que gostar da cor rosa e brinquedos e brincadeiras ditas como “femininas”, serem passivas, não criativas e emotivas. Essas categorias não são bastantes para os Estudos de Gênero, já citados anteriormente, que tentam ressignificar a ideia de ligação direta entre gênero e sexo biológico como algo natural.

Com relação à patologia, os indivíduos que não vivenciam essas realidades são chamados de “transexuais”, termo ainda usado pelo CID e pelo DSM, ou “desviantes”, pela sociedade como um todo. Com os Estudos de Gênero, começa-se a pensar sobre a arbitrariedade dessa designação inicial tida como “natural”, e conclui-se que o gênero é fruto da construção e processos da identidade como forma de autoconhecimento. Uma pessoa pode se sentir pertencente ao padrão binário de gênero e se considerar uma pessoa “cisgênero”, se reconhecendo com o gênero que lhe foi designado no nascimento, ou pode se reconhecer diferentemente desse padrão, sendo assim, “transgênero”, podendo se considerar pertencente aos dois gêneros (homem/mulher), a nenhum, ou de forma fluida e etc.

Segundo Marie-Hélène Brousse, professora da Universidade de Lille II e uma das principais teóricas *queer* da França (2010):

Os critérios ditos biológicos (anatomia, hormônios, cromossomos, glândulas) são contraditórios, às vezes incoerentes. É só ver como os endocrinologistas forçam um antagonismo hormonal entre testosterona e estrogênio que não existe. Essas explicações de transexualidade estão impregnadas de hormônios como os fetos estão grudados ao ventre de suas mães. E não estamos preocupados com a origem biológica da heterossexualidade (BROUSSE, 2010).

Ainda hoje, existem estudos científicos que tentam manter o padrão binário, mas é necessário questionar qual o interesse existente por trás desses estudos. A produção dessas categorias de identificação de gênero se baseia na intenção de manter as relações de poder já citadas. O binário é uma influência opressora do “dimorfismo” corporal, é a ideia de que existem dois organismos distintos entre os humanos. Essa teoria biológica é falha por ser incapaz de explicar, por exemplo, os corpos intersexos (hermafroditismo).



Esse enquadramento de pessoas em gêneros e desejos é uma forma de castração que limita, reduz e aniquila as múltiplas possibilidades de vivência cultural, social, de prazer e de autoconhecimento e marginaliza quem não se enquadra: os “desviantes”. No Brasil, ainda não há legislação que criminalize o preconceito e a violência contra pessoas transgêneras, apesar de haver o projeto de lei intitulado “Lei João Nery” (PL 5.002/2013), que reconhece a identidade de gênero como um direito.

O uso do nome social por travestis, mulheres e homens transexuais foi permitido por um decreto assinado pela ex-presidente Dilma Rousseff, que garante o uso e o respeito pelo mesmo em todos os órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais. Outro projeto de lei, o PL 8.032/2014, conta com a aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres transexuais. Em 2017, a quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que uma pessoa transexual pode mudar o sexo registrado em sua identidade civil e fazer uso do nome social sem que tenha que realizar uma cirurgia de redesignação sexual.

Um dos problemas desse processo de criação de leis sobre a identidade de gênero está nas instituições educacionais que pouco investem nas orientações acerca do tema em si, do nome social, do preconceito, não há preparação na educação para que o assunto seja tratado com as crianças e adolescentes no Brasil, o que pode causar, inclusive, constrangimento para os alunos, professores, coordenadores e orientadores. Com relação à educação, Melucci (2004, p. 46) diz que “a aprendizagem não termina com o fim da idade evolutiva e nas diversas passagens da vida colocamos em questionamento e reformulamos a nossa identidade”. De acordo com o autor, “a identidade define a nossa capacidade de se reconhecer e de ser reconhecido” (MELUCCI, 2004, p. 50). Reconhecer o outro e ser reconhecido tem sua importância considerando as estruturas de constituição da identidade, que ocupam lugares na vida de um indivíduo desde as primeiras interações da infância. Essas relações acontecem a partir de alternativas e limites colocados no meio, na família, na escola e na vida social como um todo.

Para a socióloga Heleieth Saffioti (1992), o sexo transforma social e culturalmente os sujeitos em mulheres ou homens, contudo são as relações de gênero que formam o “ser homem” ou “ser mulher”, para a autora a sexualidade não ajuda na formação dos indivíduos. Processos sociais complexos são o campo onde se alojam os sujeitos e suas identidades de gênero, sendo assim, não se pode considerar a questão como processos naturalizados e biológicos, já que o gênero é socialmente moldado. Saffioti define essa questão da seguinte forma:

[...] a origem do gênero não é temporalmente discreta precisamente porque o gênero não é subitamente originado num certo momento no tempo, depois do qual ele adquire uma forma fixa. [...] não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente [...] o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através dessas normas, um estilo de viver o corpo no mundo. [...] O gênero é uma maneira de existir do corpo, e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. O corpo de uma mulher é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale dizer [...] que o gênero se constrói expressa através das relações sociais (SAFFIOTI, 1992, p. 189).

Para o psicanalista Robert Stoller (1993), a identidade de gênero se refere à mistura de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, tanto uma quanto a outra estão presentes em todas as pessoas de formas diferentes em cada uma. Stoller afirma que a questão de gênero não tem conotação com a Biologia já que a identidade de gênero está, para ele, relacionada com um comportamento psicologicamente motivado na relação indivíduo consigo mesmo e do indivíduo com o meio.

Isto posto, entende-se que as relações de gênero são dialéticas, refletem contradições e entendimentos diferenciados sobre gênero, que são internalizadas por diferentes atores sociais de qualquer dos sexos. Mulheres e homens passam por experiências diferentes, esse é um dos motivos para que, ainda hoje, ainda não se concretizem ideias que perpassam a igualdade de gênero; pensar sobre isso é pensar também sobre as relações de gênero e poder (já tratadas anteriormente) que dão base teórica para o entendimento dessa desigualdade e das identidades em si na contemporaneidade, expondo a ideia de que mulheres e homens possuem papéis e funções sociais diferentes. Essa distinção produz processos de desigualdade em todas as formas de relação entre indivíduos.

Compreender sobre o assunto é algo de difícil apreensão e que deixa brechas para o surgimento de análises vitimistas, essencialistas e biologizantes. Por isso a necessidade de abordar relações de poder, oferecer elementos críticos e dialéticos para o entendimento das diferenças postas pelo padrão binário. Essas relações são reveladas por meio das relações de gênero, intercalando relações sociais (classe, etnia, orientação sexual, por exemplo).

Um termo importante para a discussão da complexidade do gênero e a importância da desconstrução teórico-conceitual do binarismo é “cisnormatividade”, que é a malha discursiva que

marginaliza a transgeneridade como expressão de gênero. Esta supõe que as vivências e relações *cis* são saudáveis, naturais, “normais”; vive-se hoje sociedades e culturas frutos de uma racionalidade cisnormativa.

Problematizar as relações de poder expõe a desigualdade existente, que pode ser transformada por meio da luta e da resistência dos sujeitos. A superação dessas desigualdades exige uma sociedade com bases socioeconômicas diferentes da atual, principalmente no Brasil. O esclarecimento acerca da transgeneridade e da identidade de gênero e de poder como conceitos importantes para a contemporaneidade pode ser o caminho para dar evidência à existência do problema da subordinação feminina, da marginalização de pessoas transgêneras, gerando vontade para tornar a sociedade algo que não detenha os sujeitos de iguais condições. Lutas e reivindicações se manterão na busca de bases sociais igualitárias, de mudanças nas relações econômicas e produtivas que devem se conectar com as sociais, culturais e políticas para que nasça um sistema produtivo igualitário, sem dominação de classe, gênero, etc.

Eis o objetivo que moveu o desenvolvimento desta pesquisa: a intenção provocar pensamentos acerca da identidade de gênero e da transgeneridade. O discurso midiático analisado anteriormente deixa entender que muito se avançou nesse sentido, considerando o que é posto como norma pela sociedade com relação ao gênero e que não se mostra diferente na maioria da mídia televisiva que ainda influencia nesse sentido: exemplos midiáticos permanecem na tradição desse discurso normatizante, assim como pensamentos teóricos. É preciso repensar essa ideia, esses conceitos que tentam refletir sobre o gênero como algo não passível de uma mera binaridade, que é abstrata, insuficiente, ideologicamente construída; é preciso desfazer esse elemento ideológico que se reflete tanto em discursos majoritários midiáticos ou presentes em manifestações opinativas do senso comum.

## **Conclusão**

É importante destacar que a introdução das questões de gênero no campo das ciências sociais proporcionou o surgimento de novas abordagens para trabalhos e pesquisas feitas pelos estudos culturais e estudos de gênero, por exemplo. Ao que se pretendeu demonstrar aqui, o número de

trabalhos dedicados a esse tipo de estudo ganham, com o tempo, visibilidade e importância no meio acadêmico, contribuindo com a produção de novos conhecimentos e, provavelmente, despertando olhares e, conseqüentemente, novos pensamentos para uma educação não sexista.

Ao ter como horizonte a tentativa de responder qual é a importância da desconstrução do padrão de binário de gênero nas relações sociais contemporâneas e seus impactos na mídia, os autores de diferentes campos do saber elencados nesta dissertação levaram a perceber a importância do conhecimento produzido por eles acerca da identidade de gênero e da transgeneridade para se compreender o que acontece na prática, no decorrer da vida cotidiana. Os estudos teóricos apresentados tiveram como um de seus objetivos contribuir para que se entenda o estado da arte dos estudos sobre o gênero e estudos transgêneros em si, como também os primeiros estudos sobre as construções sociais de gênero, e suas raízes perceptíveis desde as primeiras manifestações e articulações do movimento feminista contemporâneo e da teoria/analítica *queer*.

Como foi visto ao longo deste trabalho, os estudos de gênero se desenvolveram mediante uma série de implicações que envolvem a utilização do termo “gênero” pelo movimento feminista e pelos movimentos da teoria *queer*, que buscavam reconhecimento científico e legitimidade acadêmica. Por meio de uma sucessão de discussões e impasses, a utilização do termo provocou a introdução de uma nova linha de pesquisa que visava entender as condições de vitimização dos gêneros pelas construções sociais nas quais eles estão inseridos. O movimento feminista e a teoria *queer* também fizeram surgir discussões e reflexões sobre sexualidade, direito ao corpo e, conseqüentemente, os movimentos LGBTQIA+, por exemplo.

A falta de representatividade e aceitação das identidades de gênero e sexualidades divergentes por parte da heteronormatividade, do machismo e da cisnormatividade é clara, por isso é preciso pensar na importância do rompimento destes silenciamentos originados das visões normatizadoras existentes nas sociedades e nas culturas de todo o mundo.

Tratando de representatividade, foi que se buscou analisar um produto midiático que foi a série televisiva *Liberdade de Gênero*, selecionada intencionalmente a partir do julgamento de que o conteúdo apresentado reportava com uma certa clareza para as possibilidades de questionamento e de desconstrução de um padrão binário de gênero, ao mesmo tempo que aponta para as

possibilidades de entendimento de uma visão múltipla das identidades de gênero presentes no cotidiano, na vida prática, nas interações sociais e afetivas.

Espera-se ter evidenciada a necessidade de mudança dos entendimentos rasos acerca não só do que já foi dito anteriormente, mas também do corpo e dos papéis de gênero, apresentados pelas instâncias reguladoras dos processos educativos de boa parte do mundo contemporâneo. Além disso, outra necessidade que parece ser evidente a partir dos estudos aqui apresentados é a da busca por mudanças que sejam direcionadas à valorização da diversidade e às diversas possibilidades de existência. Nesse sentido, é preciso pensar e considerar novos caminhos que deem visibilidade à diversidade ligada ao gênero e à sexualidade.

A partir do momento em que as categorias de gênero são reconhecidas, elas se configuram como fundamentais para a compreensão da igualdade entre homens, mulheres e todos os outros gêneros reconhecidos atualmente, com relação a direitos políticos, econômicos, sociais, familiares, trabalhistas e etc. Não obstante, a utilização do termo gênero apenas não é suficiente para aclarar as formas como se constroem social e culturalmente a dominação masculina sobre a feminina, a marginalização dos gêneros considerados divergentes, como as pessoas transgêneras e/ou as razões que reconhecem as diferenças relacionadas a papéis sociais dessas pessoas.

O termo gênero também não é suficiente para determinar as razões ou formas como as relações e identidades são construídas, desenvolvidas e alteradas. Da mesma forma, o termo sexo também se mostra insuficiente para justificar as diferenças entre os gêneros. Isso provavelmente acontece pelo fato de a identidade se construir não só a partir de processos mentais e de formação de personalidade, mas também a partir de relacionamentos entre pessoas e o meio sociocultural. As concepções acerca de masculinidade e feminilidade variaram em diferentes momentos históricos, de regras e leis de cada sociedade e cultura, de organização familiar e sociopolítica, de diferentes características, fatores, episódios, oportunidades, contextos, cenários, aspectos.

Os fatores citados anteriormente, desde o primeiro capítulo até o final leva a sociedade a construir, a partir dos movimentos feminista e *queer*, por exemplo, até a atualidade, uma nova concepção de gênero e sua importância para as sociedades, culturas e seus povos. Essas concepções são, então,

construídas socialmente, nas interrelações humanas, em que o termo gênero mostra, cada vez mais, sua fundamental importância para os indivíduos.

Atualmente, mesmo que a mulher tenha conseguido avanços relacionados às suas reivindicações, mesmo que as pessoas transgêneras tenham conseguido ter uma maior visibilidade através de lutas, de militância, de representações midiáticas e acadêmicas, esses grupos ainda são minimizados, patologizados e marginalizados por questões, como já ditas anteriormente, de poder social e político ainda fortemente sustentado pela cisnormatividade, pela heteronormatividade, pelo sexismo e pelo machismo, por exemplo. Entendendo esse procedimento como uma discriminação, ressalta-se que ainda é evidente sua manifestação em textos sociais falados e escritos. Por isso, a importância de pensar, estudar, falar, lutar sobre as questões envolvidas no sexo e no gênero a partir de novas abordagens e perspectivas teóricas, como os Estudos Culturais e os Estudos *Queer*/LGBTQIA+/Transgêneros.

É preciso destacar que em todo o contexto aqui apresentado esteve-se falando de uma cultura de minorias. Não é difícil concordar que haja nesses grupos uma enorme diversidade que espera ansiosamente por inclusão, voz e respeito por parte do restante da sociedade que, repetindo, é heteronormativa.

Conclui-se, portanto, que a identidade de gênero de uma pessoa é o resultado de diferentes experiências e aprendizagens que esta vive, interpreta e acumula a partir de suas relações interpessoais e com o meio dentro de seu contexto sociocultural, histórico e político. Sendo assim, pode-se pensar que a identidade de gênero é fluida e mutável ao longo da vida de um indivíduo, ao mesmo tempo em que é indelével por ser parte fundamental de cada pessoa.

## Referências

ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Ed. Abril cultural: Brasiliense, 1985.

AMÂNCIO, L. **Masculino e Feminino**: a construção social da diferença. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

AMBRA, Pedro. A psicanálise é cisnormativa? palavra política, ética da fala e a questão do patológico. *In: Periódicus*: n. 5, v. 1 maio-out. 2016. p. 101-120.

AMORIN, Linamar Teixeira de. Gênero: uma construção do movimento feminista? *In: Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Londrina, 2011.

AMORIM, M. **Vozes e silêncio no texto de pesquisa em ciências humanas**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 116, p. 7-19. 2002.

AROCENA, Felipe. **La mayoría de las personas son otras personas**: un ensayo sobre multiculturalismo em occidente. Montevideo: Estuario Editora, 2012.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **The Second Sex**. Trad. E. M. Parshley, Nova York: Vintage, 1973.

BEEMYN, Genny Brett. Transgender Political Organizing. *In: Encyclopedia of Gender and Society*. 2008. SAGE Publications. SAGE. Disponível em [http://www.sageereference.com/gender/Article\\_n424.html](http://www.sageereference.com/gender/Article_n424.html). Acesso 24 de abril de 2017.

Berriot-Salvadore, E. O discurso da medicina e da ciência. *In: G. Duby & M. Perrot (Eds.), História das Mulheres*. Vol (3). Porto: Afrontamento, 1991.

BERTINI, Marie-J. **Ni d'Eve ni d'Adam**: défaire la di"érence des sexes. Paris: Max Milo, 2009.

BETTCHER, Talia; GARRY, Ann. Introduction. *In: Hypatia - Special Issue: Transgender Studies and Feminism: Theory, Politics, and Gendered Realities* 24 (3), 2009.

BOCKTING, Walter O. **Transgender Coming Out: Implications for the Clinical Management of Gender Dysphoria**. In: BULLOUGH, Vern; BULLOUGH, Bonnie; ELIAS, James (eds.). *Gender Blending*. Amherst- NY: Prometheus Books, 1997.

BOZON, Michel e GIAMI, Alain. **Les scripts sexuels ou la mise en forme du désir – présentation de l'article de John Gagnon**. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n.128, p.68-72, juin. 1999.

BROUSSE, Marie Hélène. **Saber hacer femenino con la relación Las tres R: astucia, estrago y arrebató**. In: *Psicoanálisis Inédito*. 2010. Disponível em: <<http://www.psicoanalisisinedito.com/2016/02/marie-helene-brousse-saber-hacer.html>>. Acesso em: 29 de abril de 2017.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter**: on the discursive limits of sex. New York: Routledge, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: **JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer**. Barcelona: Icaria editorial, 2002, p. 55 a 81.

CANCIAN, Renato. Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa. *In: Especial para a Página 3*. Pedagogia & Comunicação. São Paulo, 2008.

CARIGNANO, María Laura Moneta. **O “mundo das bichas” em copi e perlongher**: identidade, gênero e literatura. Anais do SILEL. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

CECCARELLI, Paulo R. Psicanálise, sexo e gênero: Algumas reflexões. *In Diversidades: Dimensões de Gênero e sexualidade*. Rial, C.; Pedro, J.; Arende, S. (Org.) Florianópolis: Ed. Mulheres, 269-285, 2010.

CHODOROW, Nancy. **Family Structure and Feminine Personality**. *In Rosaldo, Michelle Z. and Louise Lamphere (orgs.): Women, Culture and Society*. Stanford: Stanford University Press, 1974.

COONELL, R. W. 1995. **Masculinities: Knowledge, power and social change**. Berkeley/Los Angeles: University of Califórnia Press.

COSTA, J. F. **A face e o verso**: estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

DEVREUX, A. M. **A teoria das relações sociais de sexo**: um quadro de análise sobre a dominação masculina. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005.

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. Disponível em: <<<http://www.cedes.unicamp.br>>>. Acesso em: 25 de abril de 2017.

DOUGLAS, Mary. **Natural Symbols. Explorations in Cosmology**. Londres, Routledge. 1970.

EAGLY, A. H. **Sex differences in social behavior**: a social-role interpretation. N.Y.: Erlbaum, 1987.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

FAIRCLOUGH, N. Thecnologisation of discourse. *In: C. Caldas-Coulthard & M. Coulthard. Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London: Routledge.

FISCHER, Rosa. Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. *In: SILVA, Luiz Heron (Org.). Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?* Petrópolis: Vozes, 1999, p. 18-32.

FISCHER, Rosa. **Televisão e educação: fruir e pensar a TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Edições Graal. Rio de Janeiro: 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III**: o cuidado de si. Edições Graal. Rio de Janeiro: 1985.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. 1920. *In: Obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Vol. 2, pp. 123-198. Rio de Janeiro: Imago, 2006.



FREUD, Sigmund. **Sobre as teorias sexuais das crianças**. 1908. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976. vol. IX.

GALLO, Silvio. Repensar a Educação: Foucault. *In: Educação e Realidade*. Porto Alegre, 2005.

GARII, Barbara. **Transgender Movement**. Encyclopedia of Activism and Social Justice. 2007. SAGE Publications. Disponível em: [http://www.sageereference.com/activism/Article\\_n867.html](http://www.sageereference.com/activism/Article_n867.html). Acesso em: 24 de abril de 2017.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONÇALVES, Marco Antonio. Produção e significado da diferença: **re-visitando o gênero na antropologia**. Lugar Primeiro, n. 4. 2000.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREGORI, M. F. Cenas e queixas: **um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed., 1. reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARE-MUSTIN, R; MARECEK J. **Asking the right questions**: feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, págs. 531-537. 1994.

HENRY, Stuart. **Social Deviance**. Cambridge-UK : Polity, 2009.

HORVATH, Aleksandra. Gender Transgression. In: **O'BRIEN, Jodi (ed.). Encyclopedia of Gender and Society**. Thousand Oaks - CA: Sage, 2009.

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory**: an introduction. New York: New York University Press, 1996.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro XI**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LAGO, Mara Coelho de Souza; TONELI, Maria Juraci Filgueiras; BEIRAS, Adriano; VAVASSORI, Maria Barreto; MÜLLER, Rita de Cássia Flores. **Gênero e pesquisa em psicologia social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

LAQUEUR, Thomas. **Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: **corpo e gênero dos gregos a Freud**. Trad. Vera Whately. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LANZ, Leticia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Editora Transgente: Curitiba, 2014.

LAURETIS, Teresa de. **Queer Theory: lesbian and gay sexualities**. In: *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 1991.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. Indiana University Press, 1987. Disponível: <http://pt.scribd.com/doc/81873993/A-Tecnologia-do-Genero-Teresa-de-Lauretis>. Acesso em: 03/06/2017.

LAURETIS, Teresa de. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOPES, Denilson. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.541-553.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. **Gênero: um novo paradigma?** *Cadernos Pagu* (11). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1998.

MELUCCI, A. **O jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global**. 1. ed., Editora Feltrinelli, 2004.

**Merriam-Webster Online Dictionary**. Disponível em: <<http://www.merriam-webster.com/interstitial-ad?next=%2Fdictionary%2Fgender>>. Acesso em: 19/07/2016.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Congresso de leitura do Brasil**, 16., 2007. Campinas: Unicamp, 2009.

MIRANDA, Olinson Coutinho; GARCIA, Paulo César. A Teoria Queer como representação da cultura de uma minoria. In: **III Encontro Baiano de Cult – Estudos em cultura**. 2012.

MORAWSKI, J.G. Toward the unimagined: feminism and epistemology in psychology. In **R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), Making Difference. Psychology and the construction of gender**. New Haven, CT: Yale University Press, 1990.

MORAWSKI, J.G. **Practicing feminisms, reconstructing psychology: notes on a liminal science**. Ann Harbour: University of Michigan Press, 1994.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea**. *Revista Psico*, v. 38, n. 3, pp. 216-223. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), setembro/dezembro de 2007.

NETO, Oswaldo Alves Lara. A teoria queer e as sexualidades no contexto brasileiro: desafios teórico-metodológicos. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 31, 2007. Caxambu, Minas Gerais, 2007.

NOGUEIRA, C. **Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Gênero: perspectiva feminista crítica na psicologia social**. Braga: Universidade do Minho, 1997.

OLIVEIRA, Francine. **Antes da chegada dos cristãos europeus, nativos norte-americanos reconheciam 5 gêneros.** Disponível em: <<http://br.blastingnews.com/cultura/2016/06/antes-da-chegada-dos-cristaos-europeus-nativos-norte-americanos-reconheciam-5-generos-00986887.html>>. Acesso em: 01/07/2016.

OLIVEIRA, Anay Stela; KNÖNER, Salette Farinon. **A construção do conceito de gênero: uma reflexão sob o prisma da psicologia.** Trabalho de Conclusão de Curso. Blumenau: FURB, 2005.

OLIVEIRA, A. **Feminismo.** Enciclopédia Luso-Brasileira. Lisboa: Verbo, 1969.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues; CASSAB, Latif Antônia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. *In: III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Maio de 2014, Universidade Estadual de Londrina. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas - Teorias Feministas.* Coord. Márcio Ferreira de Souza e Silvana Mariano. Disponível em <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10\\_Laís%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Laís%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf)> Acesso em 28 maio 2017.

**Online Etymology Dictionary.** Disponível em: <[http://www.etymonline.com/index.php?allowed\\_in\\_frame=0&search=gender](http://www.etymonline.com/index.php?allowed_in_frame=0&search=gender)>. Acesso em: 19/07/2016.

ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. Accounting for sexual meanings. *In: Sexual Meanings. The Cultural Construction of Gender and Sexuality.* Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

PASSARELLI, Anna Christina Porto Maia; MIRANDA, Rodrigo Lopes. **Gênero e Psicologia na história da psicologia.** Faculdade Pitágoras, Betim, Minas Gerais, Brasil; Universidade de São Paulo – USP, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Estud. pesqui. Psicol. Vol.14 no.2 Rio de Janeiro, ago. 2014.

PINO, N. P. **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos.** Cadernos Pagu, v. 28, p. 149-174, janeiro/junho de 2007.

PISCITELLI, Adriana. **Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil.** Cad. Pagu [online]. 2014, n.42 [citado 2014-09-09], pp. 159-199. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000100159&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100159&lng=pt&nrm=iso)>.

POCAHY, F. Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexual e homofóbica a partir da experiência do CRDH rompa o silêncio. *In: POCAHY, F. Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação.* Porto Alegre: Nuances, 2007.

REITER, Rayna. Men and Women in the South of France: Public and Private Domains. *In: Reiter, Rayna (org.): Toward an Anthropology of Women.* New York: Monthly Review Press, 1975.

RESKIN, B.; PADAVIC, I. **Women and men at work.** London: Pine Forge Press, 1994.

ROSALDO, Michelle. 1974. Women, Culture, and Society: A Theoretical Overview. *In: Rosaldo, Michelle Z. and Louise Lamphere (orgs.): Women, Culture and Society.* Stanford: Stanford University Press.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of sex. *In: Toward an anthropology of women.* Ranya R. Reiter (ed.). Monthly Review Press, 1975.

RUTHERFORD, A. O Feminismo precisa da Psicologia? Reconstruindo a história de uma relação. *In: F. T. Portugal & A. M. Jacó-Vilela (Orgs.). Clio-Psyché: Gênero, psicologia, história* (pp. 23-41). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2012.

SABADELL, Ana Lucia. Manual de Sociologia Jurídica: **introdução a uma leitura externa do Direito**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. *In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Feminismo radical: pensamento e movimento**. Revista Travessias –Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/travessias>> Acesso em: 21 de novembro 2016

STRYKER, Susan. (De)Subjugated Knowledges: An Introduction to Transgender Studies. *In: STRYKER, S.; WHITTLE, Stephen. The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 3, 1994.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In: Educação e Realidade*. Porto Alegre, jul/dez. 1990.

SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. 1998.

STOLLER, Robert. **Recherches sur l'identité sexuelle**. Paris: Gallimard, 1978.

STOLLER, Robert. **Presentations of gender**. London: Yale University Press. 1993.

SUÁREZ, Mireya. Enfoques feministas e antropologia. *In: Série Antropológica*. Brasília, 1995.

**The American Heritage Dictionary of the English Language**. 2000. Disponível em: <<https://ahdictionary.com/word/search.html?q=gender&submit.x=0&submit.y=0>>. Acesso em: 19/07/2016.

**The National Center for Transgender Equality; The Human Rights Campaign Coming Out Project. Coming Out as Transgender**. Washington - DC: NCTE, 2010.

**The National Center for Transgender Equality. Transgender Terminology** (updated January, 2014). Disponível em [http://transequality.org/Resources/TransTerminology\\_2014.pdf](http://transequality.org/Resources/TransTerminology_2014.pdf).

UNGER, R. K. (1990). Imperfect reflections of reality: psychology constructs gender. *In: R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Haven, CT: Yale University Press, 1990.

TORRES, Marco Antonio. A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: **heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas**. Dissertação de Doutorado, Universidade Federal, Belo Horizonte. 2012.

VALENTINE, David. **Imagining Transgender: an ethnography of a category**. Durham NC: Duke University Press, 2000.

VEIGA, C. G. Pensando com Elias as relações entre sociologia e história da educação. *In: L. M. de F. Filho, (Org). Pensadores sociais e história da educação* (pp. 139-166). Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

VIEIRA, Helena. **Teoria Queer, o que é isso?** São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/06/07/teoria-queer-o-que-e-isso-tensoes-entre-vivencias-e-universidade/>>. Acesso em: 30 de abril de 2017.

VIEIRA, Helena; LOUREIRO, Gabriela. Tudo o que você sabe sobre gênero está errado. **Revista Galileu**. Editora Globo: maio de 2016. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/05/tudo-o-que-voce-sabe-sobre-genero-esta-errado.html>>. Acesso em: 28 de abril de 2017.